

ELEIÇÕES SPGL



ESCOLA **informação**

N.º 286 abril . 2019 . MENSAL . 0,50€

2019

2023



16 DE MAIO 2019

| Corpos Gerentes | Conselho Fiscal | Conselho Geral |



Como Votar

Leia com atenção as seguintes instruções para votar

Eleição dos Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral para o quadriénio 2019-2023

Cara(o) associada(o),

No próximo dia 16 de maio de 2019, decorre a votação para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral do SPGL para o quadriénio 2019-2023.

O processo de votação será efetuado por escrutínio secreto, direto e universal. A divulgação dos programas das listas concorrentes, bem como dos locais e horários de funcionamento das Mesas de Voto, é feita através da revista **Escola-Informação** e no **site do SPGL** cuja consulta é essencial para uma votação informada e consciente.

Para votar, a(o) colega tem à sua disposição duas modalidades – presencial ou por correspondência. No caso de optar pela modalidade **por correspondência**, deve proceder da seguinte forma:

- 1 – preencher os boletins de voto;
- 2 – introduzir os boletins de voto, depois de preenchidos, no **envelope branco** e fechá-lo;
- 3 – introduzir este envelope branco e a credencial no **envelope de remessa livre**;
- 4 – enviar, tão rapidamente quanto possível para precaver eventuais atrasos dos correios, o **envelope de remessa livre** (não carece de selo, basta colocá-lo num marco do correio).

Chama-se a atenção dos colegas para que, de acordo com o Regulamento Eleitoral, **apenas serão considerados:**

- “os votos por correspondência levantados até às 18h do dia 17/05”;
- “os votos por correspondência levantados do apartado até às 18h do dia 20/05, desde que seja evidente o carimbo com data até 16/05”.

Nota muito importante: Para o tipo de correio em causa (Remessa Livre), é de contar com um possível atraso de 10 dias na distribuição.

Caso prefira a modalidade **Presencial**, deverá consultar, na revista Escola-Informação ou no site do SPGL, os locais e horários de funcionamento das Mesas de Voto e, no **dia 16 de maio de 2019**, dirigir-se a uma delas, munido do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou de qualquer outro documento identificativo com fotografia.

Todas as mesas terão à disposição dos associados um exemplar da revista Escola-Informação com os textos em que os proponentes justificam as suas propostas.

Informação

A recolha e o tratamento das imagens e dados constantes no espaço destinado a cada uma das listas é da exclusiva responsabilidade destas.



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luís Viana, Joaquim Veiguiña, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** Multiponto, S.A.. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

É TEMPO DE SERMOS SINDICATO UNIDOS VENCEREMOS!

SPGL - SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



Membro

FENPROF



website | sites.google.com/view/sermossindicato-spgl/
blogue | sermossindicato-spgl.blogspot.com
facebook | fb.me/spglsermossindicato



• **Professor Emérito** da Universidade de Lisboa / Instituto Superior Técnico.

• **Mandatário** da Lista A – “É Tempo de Sermos Sindicato. Unidos Venceremos!”, projeto candidato às Eleições para o SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, a realizar no dia 16 de Maio.

APRESENTAÇÃO

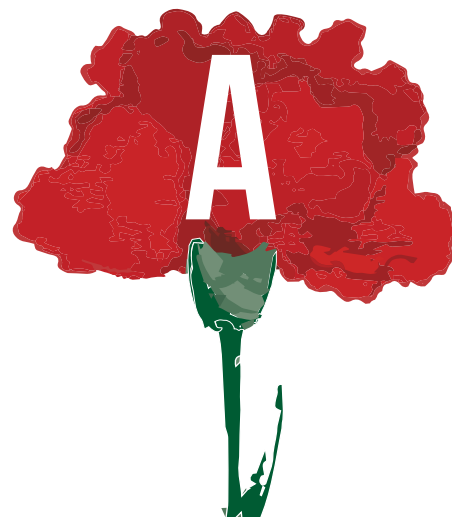
É com elevada confiança que aceito a missão de ser Mandatário da **Lista A – “É Tempo de Sermos Sindicato. Unidos Venceremos!”** candidata às Eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral do SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, no quadriénio 2019-2023.

Num contexto político-sindical em que se exige uma efetiva valorização dos professores, com vários problemas urgentes que se arrastam e que promovem a conflitualidade laboral e social, estou certo que este projeto agregador de homens e mulheres com diferentes experiências e sensibilidades, mas que em comum pretendem trabalhar por uma presença mais ativa nas Escolas, será capaz de imprimir a força necessária para a mudança, fazendo jus à génese deste grande Sindicato.

No ano do 45º Aniversário do 25 de Abril de 1974 e também do nosso Sindicato, herdeiro do trabalho

desenvolvido durante o fascismo pelos Grupos de Estudos dos Ensinos Preparatório e Secundário e do Sindicato de Professores do Ensino Particular, importa lembrar que a liberdade sindical é condição e garantia para a construção da unidade e defesa dos direitos e interesses de todos os trabalhadores.

Carlos Mota Soares
(Mandatário da Lista A)



Presidente



Brígida Batista
Sócia: 54912
AE Romeu Correia, Almada

Vice-Presidentes



Jorge Gonçalves
Sócio: 64725
AE Nun'Álvares, Seixal



Belandina Vaz
Sócia: 71710
EB 2,3 Piscinas Olivais, Lisboa



Augusto Figueiredo
Sócio: 17757 EB 1
Abrigada, Alenquer



Ricardo Miguel
Sócio: 66622
Ext. Coop. Benedita, Alcobaça

Coordenadora DR Lisboa



Rosa Duarte
Sócia: 37543
EB Maria Veleda, Loures

Coordenador DR Oeste



Vítor Miranda
Sócio: 67680
EB 2,3 Venda do Pinheiro, Mafra

Coordenadora DR Santarém



Maria Leonor Fonseca
Sócia: 51181
EB/JI Amiais Cima, Santarém

Coordenadora DR Setúbal



Rosa Vaz
Sócia: 54740
EB/JI Quinta dos Franceses, Seixal

DIREÇÃO CENTRAL

A

PROGRAMA

Educação - fator de emancipação individual e coletiva, promotora de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática.

As eleições para os Corpos Gerentes, Conselho Fiscal e Conselho Geral do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) para o Quadriénio 2019 – 2023 irão realizar-se no dia 16 de Maio.

Passados 4 anos das últimas eleições, diferente é o tempo político que vivemos depois de um longo e duro período fortemente penalizador dos direitos e condição económica e social dos professores e demais trabalhadores. A narrativa generalizada de “que se vivera acima das possibilidades” fez da classe docente um alvo fácil. Fecharam-se largas centenas de escolas por todo o país, congelaram-se as carreiras e os salários, milhares de professores foram afastados do sistema educati-

vo sobrecarregando os que ficaram e acentuando o recurso ao trabalho precário dos que, ano após ano, continuavam na injusta condição de contratados.

Fechou-se esse ciclo de penosa memória abrindo-se outro resultante de uma nova forma de olhar os resultados eleitorais, encontrando uma maioria no quadro da Assembleia da República que afastou os partidos da direita e o aprofundamento da sua política de empobrecimento dos portugueses e do país. As lutas desenvolvidas por muitos trabalhadores, incluindo os professores, deram consistência à solução encontrada e afastou a direita do governo do país.

Esta legislatura, que agora se encaminha para o seu termo, trouxe com ela fundadas esperanças e expectativas de tempos mais justos. Importa não desvalorizar o facto de se ter conseguido estancar o perigo rumo que vinha sendo seguido pelo governo anterior, evidente também nos avanços alcançados com a aprovação de algumas medidas favoráveis à Escola Pública, ao aces-

“(…) projeto agregador de homens e mulheres com diferentes experiências e sensibilidades, mas que em comum pretendem trabalhar por uma presença mais ativa nas Escolas, será capaz de imprimir a força necessária para a mudança, fazendo jus à génese deste grande Sindicato.”

so e sucesso educativo das crianças e jovens que a frequentam mas também aos professores, nomeadamente com o descongelamento das carreiras e o fim da PACC, entre outras, para as quais deram importante contributo os partidos da esquerda parlamentar.

Com o passar do tempo é tempo de fazer balanço e é legítimo constatar que o capital de esperança inicial se vai esgotando sem que outras medidas de fundo sejam tomadas. O défice e os superiores interesses ditados por Bruxelas voltam a ser invocados para impedir que outros

avanços sejam alcançados. Falta uma aposta clara no desenvolvimento do país de que a Educação é um importante pilar. A Escola Inclusiva que a todos acolhe e a todos dá de acordo com as suas necessidades e potencialidades é um sonho impresso numa folha de papel faltando-lhe os meios para se concretizar. Muitos são os jovens impedidos de frequentar o Ensino superior por falta de condições económicas que suportem o custo das propinas, alojamento e alimentação.

Este sentimento de mais uma oportunidade perdida generaliza-se a outros setores e camadas da população portuguesa. À preocupação com o Sistema Nacional de Saúde e com a sua gritante falta de meios para dar uma resposta cabal às necessidades das populações, junta-se a falta de investimento nos restantes serviços públicos, os baixos salários, os problemas de habitação e dos transportes públicos. Aos professores, o governo impõe a sua arrogante intransigência negando-lhe o direito à recuperação de 9A 4M 2D do tempo de serviço trabalhado e não repercutido na sua carreira. Simultaneamente assiste-se ao sorvedouro de dinheiros públicos de que a Banca e os grandes interesses económicos continuam a beneficiar.

Há razões para a frustração, sim. Sabemos o que nos custou inverter o rumo que o anterior governo

impunha ao país e, sem qualquer margem para dúvida, não o queremos de volta. Queremos ser professores e fazer da Escola um espaço de aprendizagem e de participação democrática, de alegria e de esperança.

Como direito constitucional, o direito à educação deve ser assegurado a todos os cidadãos através de uma política pública de ensino, que garanta serviços de proximidade e de qualidade. Só assim é possível contribuir para a formação integral do indivíduo e para o desenvolvimento de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico, e assim capacitá-lo para uma intervenção activa e consciente na sociedade, transformando-o em agente de mudança e de progresso.

Houve avanços que importa ampliar e aprofundar, o que só será possível com um forte movimento sindical unitário e com a luta dos trabalhadores e das populações. Com o objetivo de contribuir para esse designio, sempre no seio da FENPROF, esta candidatura, de professores para professores, afirma:

“É Tempo de Sermos Sindicato”
certos de que só
“Unidos Venceremos!”

1. Razões desta candidatura

Defender a Escola Pública, Valorizar e Dignificar a Profissão Docente

Esta é uma candidatura construída a partir das escolas com professores, educadores de infância e investigadores comprometidos com a luta sindical e com a defesa da escola pública e da classe docente. A candidatura que propomos é composta por dirigentes, delegados e ativistas sindicais que vêm acompanhando de perto os problemas que nos afetam no desempenho das nossas funções docentes.

Defendemos a carreira docente exigindo a recuperação integral do tempo de serviço congelado, não aceitando qualquer discriminação relativamente à generalidade das

“Esta é uma candidatura construída a partir das escolas com professores, educadores de infância e investigadores comprometidos com a luta sindical e com a defesa da escola pública e da classe docente.”

DIREÇÃO CENTRAL

Vice-Coord.
DR Lisboa



Paulo Gonçalves
Sócia: 60771
ES Odivelas,
Odivelas

Vice-Coord.
DR Oeste



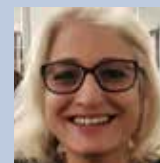
Maria de Los Angeles
Sócia: 50635
ES Fernão Pó,
Bombarral

Vice-Coord.
DR Santarém



Maria de Fátima Castro
Sócia: 50552
EB1 Santa Maria,
Torres Novas

Vice-Coord.
DR Setúbal



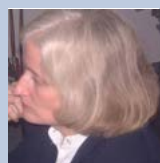
Ana Teresa Santos
Sócia: 50729
Escola Básica
da Cruz de Pau,
Seixal



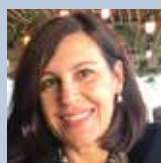
Ágata Sofia Pereira
Sócia: 65144
EB1, JI Venteira,
Amadora



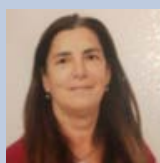
Alexandre Magrinho
Sócia: 56151
ISP Setúbal,
Setúbal



Ana Maria Araújo
Sócia: 45145
EB 2,3 Nuno
Gonçalves,
Lisboa



Ana Catarina Samartinho
Sócia: 66213
EB Visconde
de São Gião,
Torres Novas



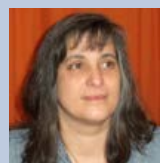
Ana Isabel Vasconcelos
Sócia: 60663
EB1 Paulino
Montez, Lisboa



Ana Margarida Ferreira
Sócia: 77213
Socied.
Filarmónica
Gualdim Pais



Ana Paula Amaral
Sócia: 75173
AE Reynaldo
dos Santos, Vila
Franca de Xira



Ana Paula Jesus
Sócia: 50886
EB 2/3 Dr. António
Chora Barroso,
Torres Novas



outras carreiras da administração pública, nem à carreira docente na Madeira e nos Açores. Consideramos necessário reforçar a luta por melhores condições de trabalho nas escolas, pelo cumprimento dos horários, pelo reforço do pessoal não docente, pela diminuição do número de alunos por turma e por um regime de aposentação justo que permita aos docentes terminar a sua carreira com dignidade. Lutar pelo fim de contratações sucessivas para necessidades que são permanentes e de horários incompletos que são contabilizados como horário parcial para a segurança social. Defendemos e lutamos por um modelo de gestão democrática que envolva a comunidade educativa nos processos de tomada de decisão mais estruturantes, com eleição de

órgãos colegiais, que ponha fim ao cargo “unipessoal” de Diretor. Defendemos que a construção de uma escola pública, democrática, inclusiva e de qualidade incumbe ao Estado, que não pode nem deve alienar essa responsabilidade. Assim, propomos aprofundar a luta contra a municipalização da Educação.

No Ensino Superior Universitário e Politécnico mantêm-se as consequências do subfinanciamento. Estas instituições continuam a sobreviver à custa do trabalho precário, com professores e bolseiros de investigação sujeitos à precariedade, a baixos salários e horários desregulados. Por isso se torna necessário continuar a lutar por melhores condições de trabalho e pela sua integração nos quadros.

“Ao longo dos tempos foi através da sua luta organizada que os professores, com os seus sindicatos no âmbito da FENPROF, alcançaram conquistas importantes (...)”

Ao longo dos tempos foi através da sua luta organizada que os professores, com os seus sindicatos no âmbito da FENPROF, alcançaram conquistas importantes de que se poderá destacar a consagração do Estatuto da Carreira Docente.

Esta candidatura, consciente da necessidade de reforçar a Luta de todos os docentes, desde a Educação Pré-escolar ao Ensino Superior, passando pelo Básico e Secundá-



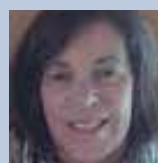
Anabela Almeida

Sócia: 39366
ES Marquesa de Alorna, Lisboa



Anabela Laranjeira

Sócia: 75561
EB 1 Santo Condestável, Lisboa



Anabela Raposo

Sócia: 63892
EB Rogério Ribeiro, Almada



Andreia Catarina Pereira

Sócia: 76875
A Voz do Operário, Lisboa



António Paz Gomes

Sócio: 19632
Aposentado, Almada



António Barreiras

Sócio: 73731
EB 2/3 Vale de Milhaços, Seixal



António Guerreiro

Sócio: 71022
Universidade Lusófona



Bárbara Vaz

Sócia: 75544
EB1/JI Laranjeiras, Lisboa



Bárbara Ramires

Sócia: 74662
A Voz do Operário, Lisboa



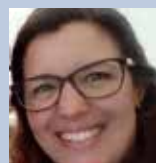
Carla Leão

Sócia: 71865
EB 2,3 Manuel da Maia, Lisboa



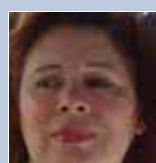
Carlos Gaspar

Sócio: 61112
ES Dr. José Afonso, Seixal



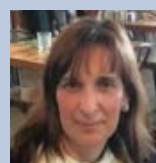
Catarina Teixeira

Sócia: 71239
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Lisboa



Cecília Oliveira

Sócia: 34804
AE António Gedeão, Almada



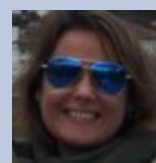
Clara Rodrigues

Sócia: 75580
EB1/JI Quinta dos Franceses, Seixal



Cristina Pereira

Sócia: 59844
JI Vale da Pedra, Cartaxo



Dina Correia

Sócia: 68607
EB N°3 Laranjeiro, Almada

rio, tanto no Ensino Público como no Privado, apresenta-se com o lema **“É tempo de Sermos Sindicato! Unidos Venceremos”** pela necessidade de construir a mudança e o reforço do SPGL, colocando-o no caminho que compete ao movimento sindical de classe – Defender os professores e os seus direitos laborais - valorizando a participação e envolvimento dos sócios nos processos de tomada de decisão, na atividade sindical quotidiana nas escolas, na ação reivindicativa e na luta organizada. Impõe-se um maior empenho na sindicalização de mais professores e educadores, na eleição de delegados sindicais e no reforço do apoio necessário

“Promover espaços de diálogo e reunião - nas escolas, com núcleos sindicais ativos e nos órgãos centrais do Sindicato (...)”

à sua acção junto dos professores em cada escola. Conhecer e intervir sobre a realidade das escolas, garantindo um acompanhamento eficaz na deteção e resolução de problemas, construindo uma maior unidade entre os professores. Promover espaços de diálogo e reunião

- nas escolas, com núcleos sindicais ativos e nos órgãos centrais do Sindicato, com a valorização da Assembleia Geral de Sócios e das Assembleias de Delegados Sindicais - ou seja, promover a vida democrática do SPGL construindo a unidade necessária à defesa firme das nossas reivindicações.

Afirmamos **“É Tempo de Sermos Sindicato. Unidos Venceremos!”** porque o projecto unitário que integramos é o único, pela sua proposta e acção, capaz de colocar o SPGL no caminho que os professores e as escolas precisam. Vamos à luta por um SPGL forte, reivindicativo e presente nas escolas, capaz de agregar em si a força e a luta dos professores, investigadores e educadores em defesa dos seus direitos e reivindicações. Capaz de reforçar a FENPROF, Frente Comum e CGTP-IN, capaz de construir a escola pública, democrática, gratuita, inclusiva e de qualidade para todos.

“É Tempo de Sermos Todos Sindicato. Só unidos Venceremos!”

2. É tempo de sermos sindicato!

Defender os Professores, valorizar a participação, construir a mudança e o reforço do SPGL

Defendemos um modelo de sindicalismo assente nos princípios de fundação do SPGL. Um sindicalismo combativo, de massas e de classe, centrado nas escolas e baseado num profundo conhecimento dos problemas concretos dos professores, educadores, investigadores, no público ou no privado, no ativo ou aposentados. Impõe-se um maior empenho na sindicalização de mais professores e educadores, na eleição de delegados sindicais e no reforço do apoio necessário à sua ação junto dos professores em cada escola.

Defendemos a necessidade de conhecer e intervir sobre a realidade das escolas, garantindo um acompanhamento eficaz na deteção e resolução de problemas, construindo uma maior unidade entre os professores. Uma ação sindical que garanta a participação de todos na construção de propostas e na mobilização para a ação.

O nosso projeto de unidade acredita que a força dos sindicatos é a

LISTA A

DIREÇÃO CENTRAL

Efetivos



Dulce Maria Franco
Sócia: 73214
EB da Pontinha, Odivelas



Dulce Carvalho
Sócia: 53346
AE das Laranjeiras, Lisboa



Edith Maria Carvalho
Sócia: 66388
Centro Escolar Serra D'Aire, Torres Novas



Elsa Machado
Sócia: 75722
E. P. Agrícola D. Dinis-Paiã, Odivelas



Eunice Reis
Sócia: 70847
EB1 do Conado, Lisboa Lis



Fernanda Esberard
Sócia: 73199
AE Vergílio Ferreira, Lisboa



Francisco Santos
Sócia: 32628
Aposentado, Amadora



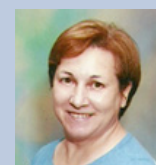
Gisela Valente
Sócia: 74060
EB N.º 4 Póvoa de Santa Iria, Vila F. de Xira



Helena Dinis
Sócia: 58160
AE Samora Correia, Benavente



Helena Dias
Sócia: 65464
ES Luís de Freitas Branco, Oeiras



Ilda Reis
Sócia: 42596
EB Barbosa du Bocage, Odivelas



Ilda Santos
Sócia: 55259
EB Miquelina Pombo, Almada



Inês Alexandre
Sócia: 73322
JI Casal Popular da Damaia



Isabel Cristina Correia
Sócia: 55893
CPBES Arrente-la - JI Pica Pau, Seixal



“Vamos à luta por um SPGL forte, reivindicativo e presente nas escolas, capaz de agregar em si a força e a luta dos professores, investigadores e educadores em defesa dos seus direitos e reivindicações.”

força dos trabalhadores unidos, independentemente do seu vínculo laboral, organizados, reivindicativos e em movimento, a partir dos locais de trabalho. Naturalmente, esta força organizada é inseparável da capacidade de direção, organização, intervenção e ação, firme e combativa, da sua associação de classe – o Sindicato.

No entanto, são vários os relatos de colegas que atualmente não reconhecem a presença do Sindicato

no seu local de trabalho, algo indispensável para uma efetiva transformação que os tempos exigem, no sentido de melhorar as nossas condições de vida e de trabalho.

Assim, torna-se indispensável uma alteração da prática sindical que garanta:

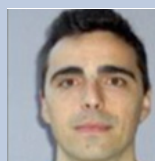
- > um aumento da sindicalização, que inverta a grande perda de sócios e o enfraquecimento dos coletivos sindicais das escolas.
- > o aumento do número de delegados sindicais, de modo a garantir a ligação a todas as escolas e o reforço da ação sindical;
- > a realização de reuniões descentralizadas de delegados sindicais por forma a potenciar a intervenção destes nas suas escolas;
- > a organização regular de ações

de formação sindical para delegados e dirigentes sindicais;

- > o desenvolvimento de processos que permitam a comunicação rápida e eficaz com os delegados e dirigentes sindicais, nomeadamente através da edição de informação aprofundada e detalhada e com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação;
- > o reforço da participação dos docentes da Educação Pré-Escolar e dos ensinos básico, secundário e superior, tanto do público como do privado, na atividade sindical, bem como dos docentes aposentados;
- > a promoção de espaços de diálogo e reunião - nas escolas, com núcleos sindicais ativos e nos órgãos centrais do Sindicato, com a valorização da Assembleia Geral de Sócios e das Assembleias de Delegados Sindicais, valorizando a vida



Jaime Pinho
Sócio: 33985
ES D. João II,
Setúbal



Joaquim Ventura
Sócio: 74697
Escola Prof.
Comunicação e
Imagem, Lisboa



Jorge Cadima
Sócio: 35767
Inst. Sup. Agronomia,
Lisboa



Jorge Alves
Sócio: 39452
Faculdade de
Belas Artes de
Lisboa



José António Coelho
Sócio: 57030
Aposentado



José Grachinha
Sócio: 57030
EB Reguengo Grande,
Lourinhã



José Manuel Silva
Sócio: 45195
EB Santa Iria,
Tomar



Júlia Freire
Sócia: 32874
E. Sec. Manuel
Cargaleiro,
Seixal



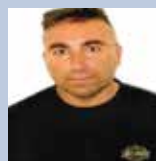
Lídia Pinto
Sócia: 36018
EB Barbosa
du Bocage,
Setúbal



Lígia Galvão
Sócia: 3731,
Aposentada,
Almada



Lucília Pita
Sócia: 51183
ES Dr. José
Afonso, Seixal



Luís Miguel Bento
Sócio: 69352
EB 2,3 João
Villaret, Loures



Luísa Chumbinho
Sócia: 76176
EB 2,3 Gaspar
Correia, Loures



Madalena dos Santos
Sócia: 54070
Faculdade de
Direito, Lisboa



Manuel Guerra
Sócio: 77055
Escola Artística
António Arroio,
Lisboa



Manuela F. G. Amoedo
Sócia: 47292
AE Mem Martins,
Sintra

democrática do SPGL e construindo a unidade necessária à defesa firme das nossas reivindicações;

> a importância da atividade sindical para a democracia e para a defesa dos interesses dos profissionais da educação, nomeadamente quanto à realização de reuniões, exercício dos direitos de manifestação e greve e afixação e divulgação de informação;

> a abertura e funcionamento regular das delegações, permitindo melhores condições para o contacto entre os professores e para a atividade sindical.

Afirmamos “É tempo de sermos sindicato! Unidos Venceremos!” porque o projeto de unidade que integramos é o único, pela sua proposta e ação, capaz de colocar o SPGL no caminho que os professores e as escolas precisam!

3. As Lutas dos Professores em Defesa da Profissão Docente e da Escola Pública

3.1. Situação Profissional dos Professores

Os professores e educadores não estão dispostos a abdicar da recuperação do tempo de serviço

trabalhado – **9A 4M 2D** – pelo que a “**Lista A - É tempo de Sermos Sindicato. Unidos Venceremos!**” afirma que o tempo trabalhado tem que ser contado e que daremos voz aos professores nesta e noutras justas reivindicações.

Não aceitamos a discriminação que o governo nos quer impor, quer relativamente aos colegas das Regiões Autónomas, quer relativamente à generalidade das carreiras da Administração Pública, num claro atropelo ao princípio da igualdade consagrado na nossa Constituição.

Defendemos a posição da FENPROF da recuperação do tempo de serviço faseada em 7 anos, 545 dias nos seis primeiros anos e 141 no último ano, contabilizados a partir de 1 de janeiro de 2019, respeitando o princípio da sustentabilidade e racionalidade económica do país. Defendemos também que, por opção do docente, o tempo possa ser parcial ou totalmente contabilizado para o cálculo da aposentação. O mesmo princípio deve estar subjacente para a dispensa do requisito da obtenção de vagas para acesso ao 5º e 7º escalões, podendo o tempo a recuperar ser parcial ou totalmente mobilizado para ultrapassar este constrangimento.

Defendemos que a tempo de serviço igual corresponda o mesmo escalão e igual remuneração. Con-



DIREÇÃO CENTRAL

Efetivos



Maria José Brites
Sócia: 75750
Creche P. Rio de Mouro, Sintra



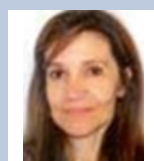
Maria de Lurdes Martins
Sócia: 64491
AE Miguel Torga, Amadora



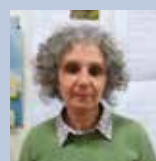
Maria Manuela Gonçalves
Sócia: 68436
EB Lisboa n.º 36, Lisboa



Maria S. Simões
Sócia: 43088
EB1/JI António Torrado, Abrantes



Maria Nazaré Canhoto
Sócia: 58485
EB 2,3 Pedro J. Magalhães, V. F. Xira



Maria Teresa Oliveira
Sócia: 46883
ES Madeira Torres, Torres Vedras



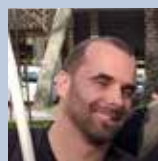
Maria Teresa Santos
Sócia: 44538
EB D. Dinis N.º1, Odivelas



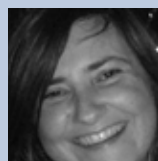
Mário Jorge Amoreira
Sócio: 62401
EB Carlos Ribeiro, Seixal



Mário Júlio Reis
Sócio: 37035
EB 1 Vale da Pinta, Cartaxo



Mário Roque
Sócio: 75582
AE Nun'Álvares, Seixal



Paula Fernandes
Sócia: 66832
E. Fernando Pessoa, Lisboa



Paulo Arsénio
Sócio: 48559
EB S. João da Talha, Loures



Paulo Jorge Silva
Sócio: 74710
E. P. Agrícola D. Dinis-Paiã, Odivelas



Pedro Miguel Santos
Sócio: 73977
AE Arruda dos Vinhos

testamos qualquer tipo de estrangulamento da carreira dos professores como sejam a “obtenção de vaga” para acesso ao 5º e 7º escalões.

- Lutamos contra a precariedade na profissão docente, que representa cerca de 35% da precariedade em toda a Administração Pública, atingindo mesmo os 42% se se incluírem os colegas do Ensino Superior.

Denunciamos a utilização da chamada norma travão como um estratagema para o governo fingir que cumpre a Diretiva Europeia de 1999, ao mesmo tempo que mantém tantos docentes com 20 anos de serviço ou mais na situação de vínculo precário.

Denunciamos igualmente a farsa que se desenrola ao nível do Ensino Superior com o processo Prevpap, em que apenas 7% dos requerimentos apresentados pelos colegas tiveram desfecho favorável.

Defendemos que a estabilidade profissional e pessoal, cuja ausência é tantas vezes referida nos estudos de stress, é condição essencial para um eficaz desempenho da profissão, refletindo-se positivamente na qualidade de ensino ministrado aos alunos.

- Defendemos um regime especial de aposentação que tenha em

conta o elevado desgaste físico e psíquico que o exercício da profissão acarreta e que atinge um número crescente e alarmante de docentes.

Não podemos ignorar o facto de todos os estudos levados a cabo desde 2010 evidenciarem que as percentagens de docentes em situação grave de stress ou mesmo burnout têm evoluído desde cerca de 34% em 2010 para 66% em 2016 e para 71% em 2018.

Não aceitamos que o mesmo governo que se diz preocupado com o elevado número de docentes de baixa médica (12%), submeta os colegas a situações tão difíceis como estas, com o conseqüente prejuízo para si próprios e para a sua saúde, mas também para as suas famílias e para os seus alunos.

Não aceitamos que o mesmo governo que reconhece ser o envelhecimento da classe docente um problema, nada faça para alterar a situação de haver em todo o país apenas 126 docentes com idade inferior a 35 anos e de exigir mais de 66 anos de idade para aceder à aposentação.

- Lutamos contra a desregulação dos horários de trabalho, cada vez mais sobrecarregados com experiências pedagógicas desacompanhadas dos necessários recursos

materiais e humanos, a contribuir para o estado de exaustão em que se encontram os colegas.

Denunciamos o aumento do horário semanal entre 4 a 6 horas apurado em inquérito aos docentes abrangidos pela implementação da flexibilidade curricular, a que se juntam as inúmeras reuniões resultantes do decreto da Educação Inclusiva, publicado tardiamente e sem qualquer preparação.

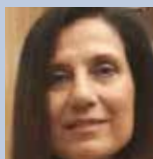
Exigimos a clarificação definitiva entre componente letiva e não letiva, deixada ao arbítrio das Direções das escolas e geradora das situações mais díspares, bem como a inclusão das horas destinadas a reuniões no horário semanal.

Apoiamos a posição da FENPROF de fazer Greve ao sobretrabalho, que os tribunais e o próprio ME reconhecem não poder ser sujeita a descontos, a todo o trabalho que exceda o que está registado no horário.

Exigimos que a única medida que compensava os docentes do desgaste da profissão, o artigo 79º do ECD, volte a ser incluído na componente individual de trabalho e aplicado a partir dos 40 anos de idade, admitindo-se um regime transitório de aplicação aos 45 anos.



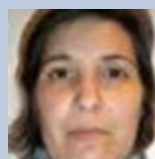
Pedro Miguel Trindade e Lima
Sócio: 48359
Instituto Superior Técnico, Lisboa



Rosa Balão
Sócia: 77294
ES Jorge Peixinho, Montijo



Rui Miguel Nabais
Sócio: 62766
Acad. Música de Almada, Almada



Sandra Cruz
Sócia: 68830
EB 2,3 Pedro Eanes Lobato, Seixal



Sílvia Jermias
Sócia: 62826
AE de Sines, Sines



Susana Torres
Sócio: 68913
AE Romeu Correia, Almada



Teresa Sepúlveda
Sócia: 18344
AE Madeira Torres, Torres Vedras



Vanda Cachapa
Sócia: 76701,
AE Fragata do Tejo, Moita



Vítor Vasconcelos
Sócio: 70970
E Sec. Romeu Correia, Almada

DIREÇÃO CENTRAL

Suplentes



João Guincho
Sócio: 55782
EB Luís Sttau Monteiro, Loures



Luís António Barbosa
Sócia: 60865
EB Alto dos Moinhos, Sintra



Dora Sofia Esteves
Sócia: 73602
EB D. Carlos I, Sintra



Rui Manuel Oliveira
Sócio: 33114
ES Gil Vicente, Lisboa



Ana Paula Batista
Sócia: 40497
EB1 Santo António, Tomar

3.2. Aposentação e docentes aposentados

Consideramos que a recusa do ME em discutir as propostas da FENPROF, de reverter parte do tempo congelado para efeitos de aposentação, não só constitui uma afronta aos docentes como entra em contradição com as declarações que o próprio ME tem feito publicamente, reconhecendo que a classe está muito envelhecida, ocupando um vergonhoso 2º lugar na Europa, mas nada fazendo para promover o seu rejuvenescimento. Um estudo recente elaborado pela Universidade Nova de Lisboa, no âmbito de uma parceria estabelecida com

a FENPROF, concluiu que 75% dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário exercem a sua atividade em situação de exaustão emocional, sendo que 24% apresentam sinais críticos ou extremos. Do conjunto de professores, 84% afirmaram que, se pudessem, se aposentariam, o que quase coincide com a percentagem de docentes com 40 ou mais anos (85.5%), numa classe profissional em que 50% dos seus ativos apresenta elevados índices de cansaço.

Não reconhecer que esta é uma profissão de rápido desgaste, a exigir condições especiais de

de infância e professores dos ensinos básico e secundário exercem a sua atividade em situação de exaustão emocional (...)

aposentação, é comprometer a qualidade do ensino, é martirizar os docentes, é negar-lhes um fim de vida com a merecida dignidade. Por isso defendemos um regime que permita a aposentação sem penalizações aos 36 anos de serviço, admitindo que transitoriamente se reúnam essas condições aos 40 anos de carreira contributiva. Por isso também, e ligado à luta pela recuperação total dos 9 anos, 4 meses e 2 dias do tempo congelado, defendemos que os docentes possam optar por reverter esse tempo ou parte dele para efeitos de aposentação.

Em relação ao sector de aposentados do SPGL a ação da **Lista A – “É tempo de sermos sindicalato. Unidos venceremos!”** será pautada por dois eixos fundamentais:

1. Reforçar a ação reivindicativa, em consonância com o Sector de Aposentados da FENPROF e da Inter-Reformados da CGTP-IN;

“75% dos educadores



DIREÇÃO CENTRAL

Suplentes



João Paulo Dias
Sócia: 37679
ES Dr. Solano de Abreu, Abrantes



Anabela Mota
Sócia: 75412
AE Templários, Tomar



Vítor Maló Machado
Sócio: 33687
Instituto Superior Técnico, Lisboa



Paulo Jorge Alves
Sócio: 63231
ISCTE-IUL, Lisboa



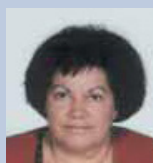
Célia Neto
Sócia: 34805
EB 2,3 Gualdim Pais, Tomar



Rosália Lanita
Sócia: 61203
EB 23 Dr. António Augusto Louro, Seixal



Maria Amália Canelo
Sócia: 62192
AE Luís Ataíde, Peniche



Adélia Goulart
Sócia: 39131
Aposentada



Maria Eduarda Carmona
Sócia: 19961
EB D. Luís Mendonça Furtado, Barreiro



João Manuel Neves
Sócio: 51397
Aposentado



Hélder Fernandes
Sócio: 54709
EB Moita, Moita



Luísa Ramos
Sócia: 34261
E. Secundária Romeu Correia, Almada



João Luís Bogalho
Sócio: 55894
ES Rio Maior, Rio Maior



Carla Cabral
Sócia: 75184
ES Manuel Cargaleiro, Seixal

2. Dar continuidade às atividades de índole cultural e recreativa, numa perspetiva de envelhecimento ativo, dirigidas aos sócios aposentados, ouvindo as suas sugestões e propostas e enquadrando-as no âmbito do trabalho sindical do SPGL.

3.3. Escola pública democrática, gratuita, inclusiva e de qualidade para todos

Em defesa da Gestão democrática

A **Lista A – “É Tempo de Sermos Sindicato! Unidos Vencemos!”** considera que o atual modelo de gestão da Escola Pública empobrece a vida das escolas e, como tal, coloca no topo das suas exigências o regresso à gestão democrática.

Desde 2008 que os professores manifestam o seu descontentamento com o atual modelo, sentem que a gestão das escolas perdeu os últimos laivos de democracia, com a substituição do órgão de gestão colegial por um órgão unipessoal, com a substituição da eleição desse órgão pela comunidade escolar por um pequeno grupo de intervenientes, com a desvalorização do Conselho Pedagógico, órgão praticamente composto por elementos nomeados sem que representem verdadeiramente as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e com o seu esvaziamento de competências de decisão.

Defendemos a reversão deste modelo e lutaremos por uma mudança de paradigma que assente em três princípios fundamentais, os quais são condição necessária para que haja uma efetiva gestão democrática das escolas: eleição para os órgãos diretivos em assembleia eleitoral, a constituir para o efeito, integrada pela totalidade do pessoal docente e não docente em exercício efetivo de funções nos AE ou ENA, por representantes dos alunos no ensino secundário, bem como por representantes dos pais e encarregados de educação, e dos detentores dos principais cargos nas escolas pelos seus pares, assim como a colegialidade dos órgãos de direção e de gestão intermédia e a participação nos processos de tomada de decisão.

Contra a Municipalização da Educação

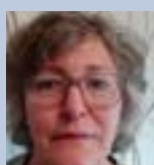
O Decreto-Lei 21/2019, de 30 de Janeiro concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. Este quadro de transferência de competências representa um acréscimo de responsabilidades para os municípios para as quais este não tem capacidade de resposta quer em termos de recursos humanos, o que conduzirá certamente à externalização dos serviços e gradualmente à privatização dos mesmos, quer em termos de financiamento o que provocará o agravamento

de assimetrias, resultantes de desiguais capacidades financeiras dos municípios, pondo em causa o sucesso escolar e educativo, o princípio da igualdade de oportunidades e o direito universal de acesso a uma Escola Pública gratuita e de qualidade para todos.

A **Lista A – “É Tempo de Sermos Sindicato! Unidos Vencemos!”** defende que cabe às escolas a gestão de recursos educativos, aquisição de bens, planeamento e gestão dos estabelecimentos de ensino, que devem continuar a ser as escolas a desempenhar, aquilo que sempre exerceram com qualidade e que é da sua estrita competência.

Autonomia e Flexibilidade Curricular

Assente em pressupostos alegadamente positivos, o que se passa no terreno, porém, poderá pôr em causa essa tese, revelando a sua verdadeira intenção. Decisões tomadas à margem da comunidade educativa, particularmente das escolas e dos seus professores, sucessivas reuniões que agravam, ainda mais, a sobrecarga horária dos docentes, uma visão do currículo que pode pôr em causa a matriz preconizada na Lei de Bases do Sistema Educativo (comprometendo o princípio da igualdade dos alunos no acesso ao currículo, incluindo o acesso ao ensino superior) ou a carência de recursos são, apenas, alguns dos problemas que estão associados à forma como, nas escolas, este regime está a ser implementado.



Manuela Veloso
Sócia: 248
Aposentada



Júlia Ceriaco
Sócia: 19943
E. S. de
Jácome Ratton,
Tomar



Maria Alice Figueira
Sócia: 40352
AE Álvaro Velho, Barreiro



José Manuel Reis
Sócio: 38101,
CE Olival,
Ourém



Guilhermina Abreu
Sócia: 52363
ES Amora,
Seixal



Ana Josefina Gonçalves
Sócia: 37546
EB nº3
Montalvão,
Setúbal

A

Presidente



Paulo Macedo
Sócio: 50954 AE
Templários,
Tomar

Vice-Presidente



Vítor Ferreira
Sócio: 77128
AE Luísa Todi,
Setúbal

Secretária



Fernanda Rodrigues
Sócia: 35756
ES António
Gedeão, Almada

Vogais



Áurea Duarte Ferreira
Sócia: 21220
Escola Artística
António Arroio,
Lisboa



Maria Leonor Silva
Sócia: 56804
ES António
Gedeão, Almada

Suplentes



Maria Lúcia Gonçalves
Sócia: 21596
EB da Zona Verde,
Entroncamento



Carlos Manuel Costa
Sócio: 57258
EB 2,3 D. Luís de
Ataide, Peniche



Helena Barateiro
Sócia: 41157
JI Carregado,
Alenquer



Regina Marques
Sócia: 42976
Escola Superior de
Educação, Setúbal



Isabel Rodrigues
Sócia: 54828
E. Artística António
Arroio, Lisboa



Hélder Pires
Sócio: 71273
EB Ourém,
Ourém

Por uma Escola verdadeiramente inclusiva

Após a publicação apressada do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, a sua implementação nas escolas veio comprovar muitos dos alertas e críticas feitas por diversas organizações e pelos professores que se viram confrontados com inúmeras dificuldades. E foi isso mesmo que se apurou no estudo promovido pela FENPROF.

Desde logo, 87,3% dos Agrupamentos de Escolas / Escolas Não Agrupadas (AE/ENA) consideraram que a publicação tardia do diploma dificultou a organização das escolas e a aplicação do novo regime de inclusão e 69,3% afirmaram que se devia ter adiado por um ano a sua implementação de forma a que as escolas e os professores se reorganizassem e dele se apropriassem, sem pôr em causa a qualidade do trabalho educativo com todos os alunos, particularmente com aqueles que mais necessitam de apoio e recursos específicos para o seu desenvolvimento e aprendizagem,

sendo que, de acordo com o referido estudo, 27,3% dos alunos com problemáticas mais complexas ficaram mesmo sem os apoios de que necessitavam.

Mesmo considerando e valorizando os avanços concetuais, filosóficos e educativos deste novo regime relativamente ao anterior, os mesmos esbarram na dura realidade que grita que não é possível “fazer omeletes sem ovos”. Faltam assistentes operacionais, terapeutas, docentes especializados, psicólogos e, em muitas escolas, faltam também espaços adequados e condições materiais para uma verdadeira Escola Inclusiva que a todos acolha e a todos dê de acordo com as suas necessidades e potencialidades.

A **Lista A** acompanha a FENPROF nas suas propostas para mitigar os efeitos da precipitação na implementação de um regime fundamental para a educação e a inclusão escolar:

> Que a experiência do ano ainda em curso seja tida em conta para uma primeira revisão do regime

“Faltam assistentes operacionais, terapeutas, docentes especializados, psicólogos e, em muitas escolas, faltam também espaços adequados e condições materiais para uma verdadeira Escola Inclusiva que a todos acolha e a todos dê de acordo com as suas necessidades e potencialidades.

de educação inclusiva, no sentido de corrigir aspetos negativos e esclarecer dúvidas que resultam da insuficiência de esclarecimentos por parte do ME, designadamente através do manual de Apoio à Prática;

> Que seja respeitada a autonomia das escolas na tomada de decisões de natureza pedagógica, incluindo na redução do número de alunos por turma, entre outras;

> Que sejam reforçados os recursos existentes nos AE/ENA, nomeadamente os recursos humanos que estão em falta, devendo, para esse efeito, o Ministério da Educação colocar os profissionais necessários;

> Que seja criado o grupo de recrutamento da Intervenção Precoce, com a colocação de docentes especializados em todos os AE/ENA;

> Que, tendo em conta as dificuldades e constrangimentos identificados pelos AE/ENA, a aplicação do regime de educação inclusiva ainda não tenha, neste e no próximo ano letivo, qualquer implicação no processo de avaliação externa das escolas;

> Que o presente ano letivo e o próximo sejam considerados como de transição para a plena aplicação do regime de educação inclusiva, tendo em conta que, em muitos AE/ENA, pouco foi possível avançar pelas razões identificadas.

Equipas educativas nas escolas / AE

As equipas multidisciplinares (que de “multi” têm muito pouco) de apoio à inclusão (EMAI) previstas e criadas após a publicação do DL n.º 54/2018, de 6 de julho, têm-se revelado muito aquém do que é efetivamente necessário para dar resposta adequada e atempada a todos os alunos.

A **Lista A** defende a criação de equipas educativas constituídas por docentes e técnicos (psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e professores com especialização em áreas diversas) que assegurem uma cabal resposta às necessidades de todos os alunos. Uma equipa que trabalhe para um objetivo comum, com um grupo de alunos/turma, onde sejam definidas e acompanhadas as estratégias adequadas às aprendizagens globais e individuais dos alunos e ao seu bem-estar.

Redução do número de alunos por turma

A **Lista A** acompanha e defende as propostas da Fenprof para a redução do número de alunos por turma e o rácio de docentes de educação especial /número de alunos:

> Na **Educação Pré-escolar**, a relação deve ser de 19 crianças para 1 docente, alterando-se para 15 quando se trate de grupos homogêneos de 3 anos; 10 crianças nos grupos heterogêneos (no que respeita à idade) que incluam crianças que beneficiem da medida de redução de turma no seu RTP;

> No **1.º Ciclo do Ensino Básico**, o número de alunos por turma não deve exceder 19 e, em casos excecionais, no máximo dois anos de escolaridade, sendo que as turmas que integrarem alunos que beneficiem da medida de redução de turma no seu RTP ou mais que um ano de escolaridade não devem ser constituídas por mais de 12 ou 15 alunos, respetivamente.

> Nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, o número de alunos por turma não deverá ultrapassar os 25, sendo que, no caso de as turmas integrarem alunos que beneficiem da medida de redução de turma no seu RTP não deverão ultrapassar os 20 alunos.

> Na **Educação Especial**, o número de docentes de EE a colocar deve respeitar o rácio de 1 docente por cada 200 alunos matriculados na escola/agrupamento, adequando esta média/rácio ao tipo, características e diversidade da população. No caso de se encontrarem matriculados alunos com problemáticas de alta intensidade e baixa frequência e/ou alunos que beneficiem de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e inclusão deverá ser reforçado o número de docentes colocados, ajustando-o às necessidades específicas destes alunos.

Currículo e Avaliação

Defendemos uma escola pública que promova a formação integral do indivíduo e o desenvolvimento de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico, e assim capacitá-lo para uma intervenção ativa e consciente na sociedade, transformando-o em agente de mudança e progresso.

Para tal, o currículo deve integrar diferentes áreas do conhecimento, sem desvalorizar umas em benefício de outras, assegurando que as mudanças que nele ocorram resultem de uma prévia e ponderada avaliação sem margem para experimentalismos que possam pôr em causa a aprendizagem dos alunos e a imprescindível segurança de quem o leciona.

Lutamos por uma avaliação que respeite as diferenças, onde a relação da avaliação com o currículo não se concretize na padronização de práticas que desvalorizam o conhecimento em prol de resultados e do “treino” para os exames nacionais, traduzidos em rankings resultantes da aplicação de critérios que comparam o incomparável, penalizando as escolas que desenvolvem a sua ação educativa em condições mais desfavoráveis. Opomo-nos à seleção precoce realizada através do “encaminhamento” dos alunos com resultados inferiores para a via profissional, numa lógica discriminatória de seleção social e de degradação do estatuto e importância da formação profissional.

A



4. Setores Educativos: Reivindicações específicas

Educação Pré-Escolar

Com a publicação das novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) em 2016 elevou-se o patamar de qualidade educativa a que todas as crianças dos 3 aos 6 anos têm direito. Ao Educador de Infância é pedido que assuma com profissionalismo a valorização da componente educativa, vertente fundamental no processo do desenvolvimento e aprendizagem das crianças que frequentam a educação pré-escolar. Valorizar o que a criança sabe, as suas competências únicas, de modo a que possa desenvolver todas as suas potencialidades. Isto significa que percorrerá um caminho em direção ao que não sabe, envolvendo-se na sua própria aprendizagem porque “um bom começo vale para toda a vida”!

Para cumprir este desígnio será necessário que aos educadores de infância sejam asseguradas condições de trabalho compatíveis com o que se lhes exige.

Não esqueçamos a importância de assegurar às famílias equipamentos educativos públicos e de qualidade que possam dar resposta às crianças dos 0-3 anos. Não esqueçamos que ainda não é devidamente reconhecida a importância do papel dos educadores de Infância em contexto de creche. Tudo faremos para o conseguir!

Na Educação Pré-Escolar (EPE) a Lista A compromete-se a defender:

- > A criação de uma rede pública de creches, tutelada pelo Ministério da Educação e que assegure uma resposta educativa de qualidade para as crianças nos primeiros 3 anos assegurando a devida valorização do Educador de Infância neste contexto educativo;

- > A valorização da educação dos 0 aos 3 anos, como um direito das crianças e não, apenas, como uma resposta social;

- > O reconhecimento do tempo de serviço dos educadores de infância em creche como serviço docente;

- > O alargamento da Rede Pública de Educação Pré-Escolar de forma a garantir a universalidade da oferta educativa a todas as crianças a partir dos 3 anos;

- > Estabelecimento de um quadro legislativo que sustente a intervenção das autarquias e clarifique os processos de financiamento necessários à generalização qualificada da oferta das Atividades de Animação e Apoio à Família, que permita colocar recursos humanos com formação adequada;

- > Acabar com a prática generalizada de responsabilizar os educadores de infância pelos grupos de outros educadores que se encontrem em situação de falta, contrariando o que estipula o artigo 82º do ECD, e exigir que seja criada uma bolsa de recursos com educadores que possam colmatar essa necessidade;

- > A obrigatoriedade da frequência das crianças no ano anterior à sua entrada no 1º ciclo;

- > A valorização da matriz educativa da EPE e do importante contributo que esta dá como primeira etapa da Educação Básica ao nível do desenvolvimento integral do indivíduo

e da garantia de igualdade de oportunidades no acesso e ao sucesso educativo, dotando os Jardins de infância de espaços e materiais adequados que permitam concretizar os altos padrões de qualidade que as OCEPE estabelecem;

- > Defendemos ainda que o elevado desgaste profissional e pessoal que a monodocência acarreta, conjugado com as exigências que decorrem de trabalhar com crianças tão pequenas, implica a criação de um regime compensatório, nomeadamente na diminuição do tempo necessário para a aposentação, conjugada com a melhoria das reduções da componente letiva do horário de trabalho, previstas no artigo 79º do ECD.

1º Ciclo do Ensino Básico

Escola Inclusiva

- > Defendemos a inclusão de todas as crianças, de forma harmoniosa e equilibrada nas turmas, respeitando a diversidade e as necessidades específicas de cada uma, como previsto no decreto-lei nº54 /2018, exigindo as necessárias condições para uma efetiva articulação entre os docentes titulares de turma e os de Educação Especial e respeitando o disposto legalmente quanto ao número de alunos por turma cujo RTP determine a aplicação da medida de redução de turma.

Autonomia e horários de trabalho

- > Defendemos uma maior autonomia das escolas deste ciclo agilizando as tomadas de decisão



Abílio Diogo
Sócio: 28745
Aposentado



Diamantino Oliveira
Sócio: 28006
Aposentado



Rogério Mota
Sócio: 1383
Aposentado



João Domingos Rato
Sócio: 19046
Aposentado



Francisco Farinha
Sócio: 50998
ES Jácome Rattón, Tomar

CONSELHO FISCAL

A

Suplentes



Manuel Pinto André
Sócia: 11591
Aposentado



Maria Manuela Calado
Sócio: 58374
Câmara Municipal do Seixal, Seixal



Filipe Vintém
Sócio: 61935
AE Templários, Tomar

e pugnamos para que os/as coordenadores/as de estabelecimento e de departamento curricular tenham direito a um maior crédito horário para poderem cumprir as cada vez maiores exigências inerentes aos cargos.

> Defendemos horários de trabalho claramente estabelecidos, que cumpram o disposto no ECD sobre Componente Letiva e Não Letiva, respeitem os normativos legais sobre AEC e mancha horária e sem os subterfúgios que hoje redundam num efetivo aumento do horário de trabalho, nas suas várias componentes, de acordo com o que, sobre esta matéria, a FENPROF preconiza.

> Tal como na Educação Pré-escolar, relativamente às condições de aposentação defendemos também para o 1ºCEB um regime compensatório da monodocência.

Substituição de professores em situação de falta

> Acabar com a prática generalizada de responsabilizar os professores do 1ºCEB por grupos de alunos de outros professores que se encontrem em situação de falta, contrariando o que estipula o artigo 82º do ECD, e exigir que seja

criada uma bolsa de recursos com professores que possam colmatar essa necessidade. O mesmo se passa com os docentes de apoio educativo quando chamados a substituir outros docentes em situação de falta, prejudicando, dessa forma, as crianças que dele necessitam.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

Num momento em que se acentua a desregulação da profissão docente e as incertezas organizacionais e curriculares é essencial uma visão de conjunto da escola pública que queremos e do papel dos professores no seu desenvolvimento.

A Lista A compromete-se a defender:

> a regulação das normas gerais para a elaboração de horários de trabalho que respeitem a natureza da profissão docente e que sejam pedagogicamente adequadas, sem que os docentes tenham um número excessivo de turmas, de níveis e de alunos, nem obrigados a trabalhar em várias escolas do mesmo agrupamento muito distantes entre si.

> Acompanhamos com preocupação o mal-estar docente resultante de situações de violência nas escolas e de indisciplina dos alunos na sala de aula. Lutamos por uma Escola que ofereça condições para o trabalho cooperativo e colaborativo entre docentes, permitindo a sua prática sistemática, pois para problemas coletivos não existem soluções individuais.

> Defendemos a alteração do modelo de avaliação de desempenho docente, de forma a deixar de ser limitador da autonomia e criatividade dos professores, burocratizado, assumido como um instrumento para condicionar a legítima progressão na carreira.

> Defendemos a criação de verdadeiras equipas multidisciplinares de intervenção em áreas como a saúde, o serviço social, o apoio psicológico, entre outras, que permitam aos professores e educadores centrarem o seu empenho no ensino e na educação, não se dispersando por múltiplas tarefas burocráticas e inúmeras funções que outros técnicos podem executar com melhor preparação.

> Defendemos a eliminação dos percursos de aprendizagem soluções impostas com o objetivo de elitizar o acesso ao conhecimento, discriminando crianças e jovens

a quem foi precocemente negada a igualdade de oportunidades.

> Defendemos um processo de debate alargado em torno da revisão curricular dos ensinos básico e secundário, respeitadora da função docente e dirigida a uma educação integral e emancipadora dos nossos alunos.

Educação Especial

Tratando-se de um setor transversal a todos os ciclos de ensino, reafirmamos a urgência de intervir para a clarificação do papel do professor de educação especial e exigir a necessária regulamentação do Decreto-Lei n.º 54/2018 de 6 de julho.

> Que seja criado o Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce, com a colocação de docentes especializados em todos os AE/ENA;

> Ressarcir os professores de educação especial pelos gastos que têm na deslocação entre escolas, quando para as efetuar utilizam o seu próprio carro. Não sendo obrigatório, sabemos que só a utilização de carro próprio permite uma melhor rentabilização dos recursos docentes de educação especial no âmbito dos AE. Não é aceitável que isso se faça a expensas dos próprios mesmo

quando as distâncias são curtas – 3 Km alguns dias por semana a multiplicar por todas as semanas do ano letivo são muitos quilómetros.

> Reforçar as equipas Multidisciplinares de Apoio à Inclusão (EMAI) nas escolas, com profissionais de diversas especialidades e áreas de intervenção (professores, terapeutas, psicólogos, assistentes sociais, mediadores,...) assegurando as condições necessárias a uma verdadeira Escola Inclusiva que a todos acolha e a todos dê de acordo com as suas necessidades e potencialidades.

> Alargar os lugares de quadro dos grupos de recrutamento de EE, garantindo os apoios especializados aos alunos que deles necessitam;

> Exigir o respeito pelos horários de trabalho, designadamente da componente não letiva de estabelecimento e do conteúdo funcional dos docentes de EE;

> Lutar pela existência de formação contínua na área da Educação Inclusiva para todos os docentes.

Ensino Superior

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), sindicato integrante da FENPROF, constitui a principal frente sindical de

intervenção em defesa do ensino superior como serviço público e função social do Estado. O SPGL tem um papel determinante na defesa dos direitos laborais dos docentes e investigadores e das suas condições de carreira, assim como no combate à precariedade no ensino superior público e privado.

A candidatura 'É Tempo de Sermos Sindicato-Unidos Venceremos' defende um sindicato forte, propondo contrariar o processo de degradação do actual SPGL, cada vez mais afastado das instituições de ensino superior, como se demonstra pelo défice de delegados e reuniões sindicais e de informação sindical nas nossas universidades e politécnicos. Para reverter este processo é necessário envolver e mobilizar os docentes e investigadores para a intervenção no sindicato.

Assumimos este compromisso, marcando presença regular nas instituições, procurando alargar o número de delegados sindicais e fazendo crescer o SPGL sempre no caminho da defesa dos direitos e reivindicações dos docentes e investigadores:

> O subfinanciamento do ensino superior público e do sistema científico e tecnológico nacional tem tido consequências

DIREÇÃO REGIONAL LISBOA

Efetivos



Ana Cristina Viegas
Sócia: 64478
AE de Santa Catarina, Oeiras



Ana Inês Fernandes
Sócia: 72362
EB Alcabideche, Cascais



Ana Isabel Duarte
Sócia: 74827
EB/Sec Passos Manuel, Lisboa



Ana Luísa Freitas
Sócia: 73504
EB1/JI do Conadado, Lisboa



Ana Margarida Sequeira
Sócia: 37547
EB da Pontinha, Odivelas



Ana Maria Alves
Sócia: 36619
EB Eduardo Luna Carvalho, Sintra



Ana Maria Moura
Sócia: 52185
EB 2,3 Olaias, Lisboa



António Augusto Barata
Sócia: 36528
E.S. Padre Alberto Neto, Sintra



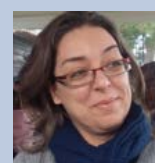
Belmira Alegre
Sócia: 58154
EB Pedro de Santarém, Lisboa



Carla Isabel Silva
Sócia: 71156
A Voz do Operário, Lisboa



Carlos Manuel Alves
Sócio: 73300
EB Maria Vele-da, Loures



Cláudia Canhoto
Sócia: 62366
EB1 Portela, Lisboa



Cristina Gentil Ferreira
Sócia: 75930
EB Bairro Padre Cruz, Lisboa



Dalila Sequeira
Sócia: 44345
ES Lindley Cintra, Lisboa

gravíssimas para os docentes e investigadores que nelas trabalham, algumas conseguidas ao abrigo dos estatutos e regimes que regulam o funcionamento das universidades e politécnicos nacionais.

> O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) acentua o sistema binário entre o ensino universitário e o ensino politécnico tendo contribuído, desde a sua entrada em vigor, para a degradação das carreiras e da liberdade académica, da representatividade e da vida democrática, para a transformação das instituições de ensino superior público em fundações e para a criação de instituições privadas sem fins lucrativos, através das quais docentes e investigadores são contratados sem que possam ter acesso às carreiras afectas à função pública. O regime fundacional, já implementado em algumas instituições de ensino superior do país, abriu caminho à privatização do ensino superior público, implicando a perda de direitos dos docentes – como a perda do acesso à ADSE ou à licença sabática – e facilitando o aumento das diferenças salariais e o aumento dos horários de trabalho. Em simultâneo, tem vindo a acentuar a precarização das relações laborais e a falta de democracia interna nas instituições. Pela defesa da escola

pública, dos direitos de docentes e de investigadores, defendemos a revogação do regime fundacional e a revisão do RJIES.

> A situação laboral dos docentes do ensino superior tem-se vindo a deteriorar através, nomeadamente, da estagnação das carreiras, dos cortes salariais e da implementação de uma duvidosa e subjectiva Avaliação de Desempenho.

> A desregulação da carreira de docente, a parca contratação e o consequente envelhecimento do corpo docente são uma realidade das instituições de ensino superior, da qual faz parte também a destruição da carreira de investigador. Esta situação, potenciada pelo Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), pelo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC) e pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) tem conduzido à generalização dos vínculos precários de docentes e de investigadores.

• O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) e o Decreto-Lei 57/2016 (que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento), não estão, como é hoje claro, a responder à resolução dos vínculos precários no

sector.

• Defendemos um combate sério à precariedade. Nesse sentido, é fundamental proceder-se a uma revisão do ECDU e do ECIC, no que respeita à clarificação da categoria profissional de docente convidado (ECDU) ou à reintrodução das categorias de Estagiário e de Assistente de Investigação (ECIC), assim como à revogação do EBI com a sua substituição por contratos de trabalho para os investigadores. Por uma qualificação do ensino superior, lutaremos por melhores condições de trabalho e pelo fim da precariedade dos docentes e dos investigadores. Por um SPGL forte, reivindicativo e presente nas Universidades e Politécnicos, vamos à luta!

Ensino Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional, IPSS e Misericórdias

A defesa e valorização da profissão docente faz-se, também, no âmbito do ensino privado (particular e cooperativo, artístico especializado, profissional, IPSS e Misericórdias). Nestes setores, os direitos laborais dos seus profissionais agravaram-se substancialmente,



David Luna de Carvalho
Sócio: 42267
EB 2,3 Padre Alberto Neto, Sintra



Elisabete Santos
Sócia: 53518
EB Luz-Carnide, Lisboa



Elisabete Dias
Sócia: 76703
A Voz do Operário, Lisboa



Elsa Robalo
Sócia: 77316
Escola A. Música do Conservatório Nacional, Lisboa



Ermita Castro
Sócia: 36432
E.S. José Cardoso Pires, Loures



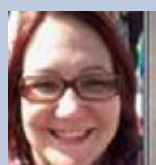
Eva Costa
Sócia: 57091
ES Pedro Alexandrino, Odivelas



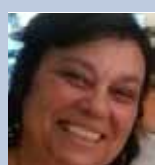
Gabriela Barros
Sócia: 76386
Casa Pia de Lisboa, Lisboa



Guilherme Vicente
Sócio: 56585
EB 2,3 Fernando Pessoa, Lisboa



Isabel Tavares
Sócia: 65436
FORSDI - Centro Sagrada Família, Lisboa



Isabel Viegas
Sócia: 44596
E Sec. Camilo Castelo Branco, Oeiras



Isilda Andrade
Sócia: 66943
Casa Pia de Lisboa, Lisboa



José Fontan
Sócio: 20844
Aposentado



Lúcia Lacerda
Sócia: 55221
EB Luz-Carnide, Lisboa



Maria Cândida Valpradinhos
Sócia: 69408
EB Maria Veleda, Loures



Maria da Assunção Calé
Sócia: 39050
EB de Telheiras, Lisboa



Maria Dulce Arrojado
Sócia: 44345
AE Reynaldo dos Santos, V. F. Xira

nomeadamente nos últimos três anos, na sequência do contrato coletivo de trabalho (CCT) celebrado entre a Confederação Nacional de Educação (CNEF) e a FNE e outras organizações sindicais.

Este CCT provocou um violento aumento dos horários de trabalho, bem como da duração da carreira, fortes reduções salariais e o não reconhecimento do tempo de serviço docente prestado para efeitos de progressão na carreira, entre outros. Há, igualmente, uma inaceitável discriminação dos docentes do Ensino Profissional e do Ensino Artístico Especializado relativamente aos docentes dos outros setores, no que se refere à estrutura de carreira e às tabelas salariais, no Profissional, e à organização do horário letivo semanal, no caso do Artístico.

Também o modelo de financiamento dos ensinos artístico e profissional, por inadequado e insuficiente, tem acarretado graves prejuízos às escolas e aos seus profissionais, nomeadamente no que se refere ao direito mensal à remuneração.

Por outro lado, os frequentes abusos, chantagens e ameaças das entidades patronais relativas à tentativa de inibição do exercício dos direitos sindicais e laborais por parte dos docentes, colocam particulares

exigências ao nível do apoio jurídico e sindical a estes profissionais. É o caso de muitas IPSS e Misericórdias que se têm sistematicamente recusado a aplicar as convenções coletivas destes dois setores.

Neste quadro exige-se uma ação ainda mais forte de um Sindicato que, defendendo intransigentemente a Escola Pública, deverá defender, de forma igualmente intransigente, os direitos dos docentes que exercem a sua atividade no setor privado, através da intervenção sindical ao nível da contratação coletiva, frente fundamental para a valorização destes profissionais.

É com estas preocupações que a Lista A se propõe lutar:

> Pela celebração de um CCT que valorize e dignifique a função docente nestes setores, com o reconhecimento de todo o tempo de serviço docente prestado para efeitos de progressão na carreira e que aproxime as condições de exercício da profissão destes docentes das que se aplicam aos seus colegas do ensino público, nomeadamente no que respeita a horários de trabalho e a remunerações. Independentemente da salvaguarda de especificidades próprias do ensino artístico especializado e do ensino profissional, deverá ser um CCT que abranja todos os docentes de igual forma, sem discriminações

negativas;

> Pela aplicação e efetivo cumprimento das convenções coletivas das IPSS e Misericórdias, através de denúncias na ACT e/ou processos de mediação laboral na DGERT;

> Por um financiamento justo e adequado às necessidades e especificidades dos ensinos profissional e artístico, que permita o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o cumprimento do pagamento mensal de vencimentos e garanta aos docentes uma carreira adequada às funções que exercem.

Rede Pública de Ensino Artístico

A importância da educação artística na formação dos jovens é hoje um dado adquirido pelos diversos agentes educativos.

O alargamento da educação artística a todos os alunos das nossas escolas implica, naturalmente, a mobilização de profissionais especializados para o desempenho de tarefas educativas no domínio das artes. Nesse sentido, preconizamos a adoção de medidas que promovam, na prática, o contacto dos alunos com a prática artística a partir dos primeiros anos

Efetivos



Maria Eugénia Coelho
Sócia: 32400
A.E. Eça de Queirós, Lisboa



Maria Isabel Costa
Sócia: 76296
EB Maria Veleda, Loures



Maria João Pereira
Sócia: 76655
EB Vasco Santana, Odivelas



Maria José Miguens
Sócia: 68415
AE Quinta de Marrocos, Lisboa



Maria Manuela Mata Seta
Sócia: 66985
EB1 Sttau Monteiro, Loures



Maria Margarida Fajardo
Sócia: 65944
EB1 Prof. Romeu Gil, V. F. Xira



Maria Elisa Manero
Sócia: 76697
EB e Sec Passos Manuel, Lisboa



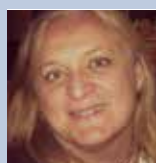
Patrícia Diógenes Pereira
Sócia: 59176
AE Benfica, Lisboa



Raúl Bernarda
Sócio: 77349
EB e Sec. Passos Manuel, Lisboa



Rita Sofia Páscoa
Sócio: 62606
EB1 Prof. Romeu Gil, V. F. Xira



Sandra Cristina Baptista
Sócia: 77253
EB D. Domingos Jardo, Sintra



Sara Alves
Sócia: 77171
AE Dr. Sousa Martins, V. F. Xira



Sílvia Fialho
Sócia: 65507



Sofia Isabel Mendes
Sócia: 71095
EB 2,3 dos Castanheiros, Odivelas



de escolaridade, nomeadamente através da colocação de docentes para o desempenho de tarefas de coadjuvação.

Consideramos, por outro lado, que importa reforçar o papel do ensino artístico na Escola Pública, desde logo através do alargamento da rede pública do ensino especializado da música, da dança e demais áreas artísticas.

Sendo de saudar a adoção recente de medidas legislativas possibilitando que, pela primeira vez, os docentes integrados nos grupos de recrutamento M e D tenham passado a contar com um regime jurídico próprio, continua sem solução a situação

de precariedade laboral dos professores acompanhadores das escolas públicas de Dança.

Do mesmo modo, é urgente proceder à atualização da Portaria n.º 693/98, de 3 de Setembro, a fim de estabelecer efetiva correspondência entre o número (insuficiente) de subgrupos ali constantes e aquela que vem sendo a oferta formativa nas escolas.

A Lista A compromete-se a intervir no sentido de colocar a educação artística ao alcance de todos os alunos que desejem frequentá-la e a lutar por melhores condições de trabalho e de estabilidade profissional para os seus docentes.

VOTA A



Aurélio Martins

Sócio: 77180
AE António Sérgio, Sintra



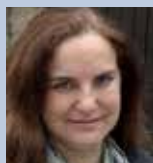
Ana Isabel Pereira

Sócia: 72913
AE Ferreira de Castro, Sintra



Nuno Miguel Morgado

Sócia: 76122
EB D. Fernando II, Sintra



Maria Isabel Silva

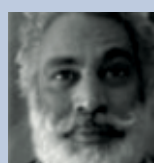
Sócia: 66671
EB Barbosa du Bocage, Odivelas



Susana Matos

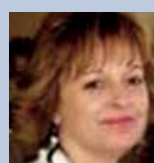
Sócia: 61178
EB 2,3 Piscinas Olivais, Lisboa

Suplentes



Francisco Caldas

Sócio: 63549
Escola Artística António Arroio, Lisboa



Ana Rosa Domingos

Sócia: 43887
Desempregada



Maria Elisabete Carmo

Sócia: 75401
APSCR, Vila Franca de Xira



Maria Dulce Vales

Sócia: 76696
Santa Casa da Misericórdia, Lisboa



Orlanda Rodrigues

Sócia: 56602
CML, Loures



Pedro Nuno Mota

Sócio: 48500
Escola de Dança do Conservatório Nacional, Lisboa



Rosa Maria Ramos

Sócia: 41384
AE Alapraia, Cascais



Sónia Cristina Baptista

Sócia: 62828
AE Cardoso Lopes, Amadora



João Manuel Cravo

Sócio: 52037
EAC/EPET, Lisboa



Cláudia Cristina Medroa

Sócia: 59539
EBI Manique do Intendente,



Maria do Rosário Barros

Sócia: 3750
Aposentada



Andreia Susana Alves

Sócia: 76240
EB 2,3 Gaspar Correia, Loures



Anabela Pacheco

Sócia: 59443
AE Piscinas Olivais, Lisboa

LISTA A - A UNIDADE DE TODOS OS ROFESSIONES:

PORQUE É TEMPO DE SERMOS TODOS SINDICATO E SÓ UNIDOS VENCEREMOS

A **Lista A** apresenta-se às eleições do SPGL convicta de que impulsionará e projetará o SPGL como uma verdadeira força motriz, capaz de defender e concretizar as reivindicações dos professores, educadores e investigadores.

O projeto de unidade que integramos – **Lista A** - constitui-se na Unidade de Todos os Professores, independentemente das suas convicções político-ideológicas e reflete na sua essência o objetivo dos seus fundadores – **O Sindicato Como um Instrumento de Ação!**

O Sindicato é A Força de Todos

Nós, professores, educadores e investigadores, de todos os que lutam pela dignificação e valorização da carreira docente nas escolas públicas e privadas, nas universidades. De todos os que querem transformar a Escola Pública num espaço de aprendizagem, conhecimento, participação democrática, de alegria e de esperança. De todos os que assumem a Educação como fator de emancipação individual e coletiva, promotora de uma sociedade mais justa, fraterna e democrática.

É esta a linha de ação da Lista A!

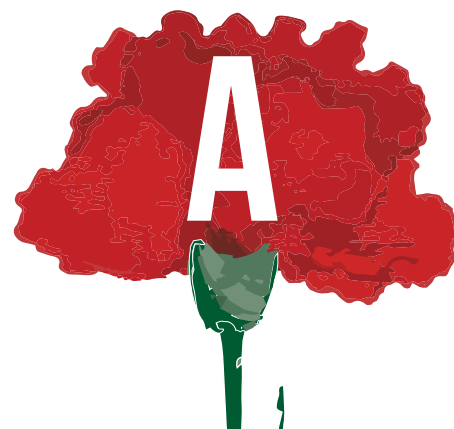
Na convicção de que é na Unidade que conseguiremos de novo a afirmação de um SPGL representativo de Todos os docentes, apelamos ao Voto na Lista A!

POR UM SPGL verdadeiramente FORTE, REIVINDICATIVO e PRESENTE NAS ESCOLAS, capaz

de agregar em si a força e a luta dos professores, investigadores e educadores em defesa dos seus direitos e reivindicações.

Porque “É Tempo de Sermos Todos Sindicato e Só Unidos Venceremos”, **VOTA LISTA A!**

VOTA A 



DIREÇÃO REGIONAL OESTE

Efetivos



Ana Cristina Pena
Sócia: 53749
C. Escolar de Arranhó, Arruda dos Vinhos



Ana Cristina Costa
Sócia: 75239
AE Damião de Góis, Alenquer



Ana Isabel Guerra
Sócia: 53628
JI do Ameal, Torres Vedras



Ana Paula António
Sócia: 51257
AE Raúl Proença, Caldas da Rainha



Carla Maria Alves
Sócia: 60998
EB 2,3 Visconde Chancelheiros, Alenquer



Carlos Alberto Timóteo
Sócia: 53051
ES Fernão Pó, Bombarral



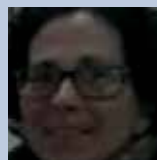
Carlos Salvador Vasconcelos
Sócia: 50032
EB St.º Onofre, Caldas da Rainha



Maria Conceição Carinhas
Sócia: 70882
ES de Peniche, Peniche



Maria da Conceição Fernandes
Sócia: 72288
AE S. Gonçalo, Torres Vedras



Maria Graça Figueiredo,
Sócia: 36478
EB Malveira, Mafra



Maribel Silva
Sócia: 75274
EB 2,3 Dr. João das Regras, Lourinhã



Orlando José Correia
Sócia: 75251
AE da Abrigada, Alenquer



Rui Jorge Gineto
Sócia: 67556
AE Atouguia da Baleia, Peniche



Vera Cristina Pedro
Sócia: 53747
EB Pêro de Alenquer, Alenquer



Albina Maia
Sócia: 50961
Escola Raúl Proença, Caldas da Rainha



Zurita Marques
Sócia: 44093
JI Sapataria, Sobral de Monte Agraço



Teresa Olhero
Sócia: 77421
AE Abrigada, Alenquer



Aline Marcelino
Sócia: 11152
Aposentada



Joaquina Loureiro
Sócia: 51009
AE Abrigada, Alenquer

VOTA A 



**DIREÇÃO REGIONAL
SANTARÉM**

Efetivos



Anabela Simão
Sócia: 56721
EBI Fernando Casimiro Pereira da Silva, R.Maior



Ana Maria Junceiro
Sócio: 50912
ES Jácome Raton, Tomar



Ana Maria Guia
Sócia: 50971
AE Templários, Tomar



Fernando Jorge Martins
Sócia: 75900
EBS Ourém, Ourém



Isabel Maria Jesus
Sócia: 57506
EB 2/3 Dr. António Chora Barroso, Torres Novas



Luís Neves
Sócio: 65300
ES Ourém, Ourém



Margarida I. Gabriel
Sócia: 38680
ES Dr. Ginestal Machado, Santarém



Maria Cristina Veiga
Sócia: 68347
EB1 de Alcanena, Alcanena



Paula Maria Simões
Sócia: 54226
EB 1 Chamusca, Chamusca Mafra



Paulo Jorge Rosa
Sócio: 54229
EB 1 Santa Maria, T. Novas



Silva Marília Pereira
Sócio: 57289
AT Templários, Tomar



Susana Marquês
Sócia: 56107
ES Jácome Raton, Tomar

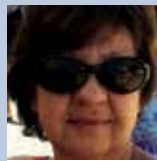
Suplentes



Maria João Gonçalves
Sócia: 71844
CE de Constância



Rui Manuel Martins
Sócio: 42559
Escola D. Manuel I, Santarém



Isabel Ceia Moura
Sócia: 42871
EB Vale de Sanaterém



Albertina Pires
Sócia: 37647
C. Escolar Constância e Montalvo, Constância



José Manuel Rodrigues
Sócio: 39381
AE Marcelino Mesquita, Cartaxo



Cláudio Saragoça
Sócio: 71490
EBS Ourém, Ourém



Carla Cristina Oliveira
Sócio: 67234
EB 2,3/ S. Pedro Ferreiro, Ferreira do Zêzere



Domingos Silva
Sócio: 43140
EB 2,3 IV Conde de Ourém, Ourém

A

VOTA A 



António Carlos Godinho
Sócio: 39525
ES Jácome Raton, Tomar

DIREÇÃO REG. SETÚBAL

Efetivos



Alexandre Martins
Sócia: 67067
EB Dr. António Costa, Almada



Ana Maria Paulino
Sócia: 35341
ES Sebastião da Gama, Setúbal



Ana Paula Contreiras
Sócia: 63605
EB n°7 Baixa da Banheira, Moita



Ana Paula Pereira
Sócia: 73414
AE Miradouro de Alfazina, Almada



Arnaldo Cardoso
Sócio: 73224
EB 2,3 Paulo da Gama, Seixal



Cesaltina Pita
Sócia: 50987
EB da Alebrança, Almada



Eduardo Silva
Sócio: 73045
ES Fernão Mendes Pinto, Almada



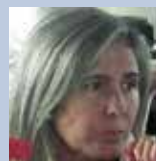
Helena Cristina Freitas
Sócia: 65888
EB1/JI Vale Flores, Almada



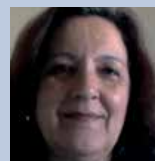
Henrique Gonçalves
Sócio: 50248
Escola Básica 2,3/S Michel Giacometti



João Pedro Ricardo
Sócio: 63181
EB1 Feijó, Almada



Maria Antónia Crespo
Sócio: 49278
AE Alcácer do Sal, Alcácer



Maria Carlos Ribeiro
Sócio: 70995
EB Elias Garcia, Almada



Maria Isabel Diogo
Sócia: 72802
ES Baixa da Banheira, Moita



Maria João Almodôvar
Sócia: 53708
CPBES Arrente-la, Seixal



Maria José Cantarinha
Sócia: 43787
AE Santo António, Barreiro



Maria Manuela Tomaz
Sócia: 50869
JI Lagameças, Palmela



Mário Rui Silva
Sócio: 49130
Escola Básica Vale Rosal, Almada



Matilde Farinha
Sócio: 67307
AE Emídio Navarro, Almada



Paula Lino
Sócia: 56190
AE Nun'Álvares, Seixal



Paulo Cartuxo
Sócio: 75566
ES Alfredo dos Reis Silveira, Seixal



Sílvia Sobral
Sócia: 70215
Academia de Música de Almada, Almada



Emília Costeira
Sócio: 51119
AE Anselmo Andrade, Almada

Suplentes



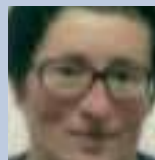
Maria Luísa Salsa
Sócia: 42736
EB El Rei D. Manuel I Alcochete



Vanda Malacção
Sócia: 62697
EB D. Luís Mendonça Furtado, Barreiro



Júlia Rebelo
Sócia: 42443
Assoc. de Serv. Sociais de Trab. Autar. do Seixal, Seixal



Anabela Berto
Sócia: 62549
ES Pinhal Novo, Palmela



Carlos Curto
Sócio: 62254
EB Barboda du Bocage, Setúbal



Inês Lopo
Sócia: 71315
EB/JI Nun'Álvares, Seixal



José Caçador
Sócio: 34564
EB Carlos Garaté, Almada



Maria Margarida Santos
Sócia: 55650
AE Cercal do Alentejo, Santiago do Cacém



Maria Antonieta Paixão Rosa
Sócia: 61950
EB 2,3 Luísa Todí, Setúbal

VOTA A



A

DIREÇÃO DA ÁREA ACADÉMICA UNIVERSITÁRIA I

Efetivos



Cristina Pratas Cruzeiro
Sócia: 75015
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas UNL



Gil Santos Júnior
Sócio: 77354
Faculdade de Ciências UL



Isabel Araújo Branco
Sócia: 73114
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas UNL



João Cruz
Sócio: 65332
Faculdade de Belas Artes UL



Sérgio Pereira da Silva
Sócio: 63028
Faculdade de Belas Artes UL

Suplentes



António Sousa Dias
Sócio: 58364
Faculdade de Belas Artes UL



Tomás Maia
Sócio: 62318
Faculdade de Belas Artes UL



Fernando Guerreiro
Sócio: 20418
Faculdade de Letras UL



Victor Paulo Silva
Sócio: 56398
Universidade Aberta

DIREÇÃO DA ÁREA ACADÉMICA UNIVERSITÁRIA II

Efetivos



Ana Vinhas Novais
Sócia: 53197
Instituto Sup. de Agronomia



Ilídio Tomás Lopes
Sócio: 77172
Instituto Superior de Ciências e Tecnologias



João Rafael Santos
Sócio: 71121
Facul. de Arquitectura de Lisboa



Luís Ganja Cardoso
Sócio: 74560
Faculdade de Medicina de Veterinária



Pedro Miguel Fonseca
Sócio: 73371
Instituto Sup. Ciências Sociais e Políticas

Suplente



Catarina Casanova
Sócia: 56403
Instituto Sup. Ciências Sociais e Políticas

DIREÇÃO DA ÁREA ACADÉMICA POLITÉCNICA

DIREÇÃO DA ÁREA ACAD. SUP. PARTICULAR E COOP.



Ana Cristina Gomes
Sócia: 67461
Escola Sup. Educação Santarém



Herlander Ferreira
Sócio: 74167
Escola Sup. Gestão e Tecnologias



João Paulo Pires
Sócio: 60693
Escola Superior de Educação IP Setúbal



Maria Isabel Coelho
Sócia: 69639
Instituto Superior de Engenharia de Lisboa



André Levy
Sócio: 71767
Instituto Superior de Psicologia Aplicada



António Filipe Rodrigues
Sócio: 66114
Universidade Europeia e Políticas Veter-



Cecília Tomás
Sócio: 67640
Universidade Católica Portuguesa aa



José Manuel Zaluar
Sócio: 26199
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

**CONSELHO
GERALL**

Efetivos



José Manuel Vargas
Sócio: 34739
Aposentado



Óscar Soares
Sócio: 11470
Aposentado



Francisco Santos
Sócio: 32628
Aposentado



Maria Júlia Lello
Sócia: 74721
Aposentada



Maria do Carmo Lopes
Sócia: 143
Aposentada



António Fernando Silva
Sócio: 76848
ES Amadora



Margarida Rente
Sócia: 51860
EB Santa Iria,
Tomar



Celeste Almeida
Sócia: 37833
ES D. Sampaio,
Almada



Paulo Adelino Gonçalves
Sócio: 54670
ES Henrique
Nogueira,
Torres Vedras



Alda Vitória Coutinho
Sócia: 39961
ES Miraflores,
Oeiras



José Manuel Godinho
Sócio: 44329
AE António
Gedeão, Almada



Ângelo Rodrigues
Sócio: 60199
ES Cacilhas
Tejo, Almada



Maria D. Pereira
Sócia: 51023
EBS Luís de
Camões, Con-
stância



António José Silva
Sócio: 3727
Aposentado



Nuno Cabanas
Sócio: 53618
EBI Colares,
Sintra



Alexandre Louro
Sócia: 66404
Casa Pia de
Lisboa, Lisboa



Maria da Conceição Ângelo
Sócia: 31070
Aposentada



José Jorge Lemos
Sócio: 48231
AE Artur
Gonçalves,
Torres Novas



Elsa Pires
Sócia: 38207
ES Fernão Pó,
Bombarral



Luís Alberto Rodrigues
Sócia: 57108
EB Laranjeiro
n.º 3, Almada



Rute Barata
Sócia: 73100
Escola Artística
António Arroio,
Lisboa



António Pita Roque
Sócio: 75754
ES João de
Barros, Seixal



Eurico Sequeira
Sócio: 47082
AE Alcochete,
Alcochete



Isabel Cristina Neves
Sócia: 46648
EB Elias Garcia,
Almada



Filomena Maria Moraes
Sócia: 54944
EB1 Santa Clara,
Lisboa



Joaquim Baltazar
Sócio: 54443
EB 2,3 Naveg.
Rodrig. Soromen-
ho, Sesimbra



Álvaro Neves
Sócio: 72191
CERCI, Lisboa



Rita Magrinho
Sócia: 12
Aposentada



Guilhermina Ârnedo
Sócia: 38841
AE Terras de
Larus, Seixal



Nuno Costa
Sócia: 65313
ES du Bocage,
Setúbal



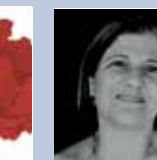
Ana Maria Fonseca
Sócia: 76171
Escola Dr. Ruy de
Andrade,
Entroncamento



Luísa Rodrigues
Sócia: 58576
EBS Passos
Manuel, Lisboa



Carla Alexandra Santos
Sócia: 77195
EB Aqualva 2,
Sintra



Diclinda Baudouin
Sócio: 15531
Aposentada



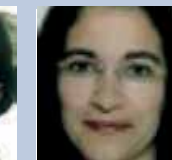
Domítia Mendes
Sócia: 55251
EB S Luís de
Camões,
Constância



Joaquim Gonçalves
Sócio: 6071
Aposentado



Ana Cristina Lopes
Sócia: 44990
AE Gil Paes,
Torres Novas



Maria Manuela Guerreiro
Sócia: 51188
AE Paulo Gama,
Seixal



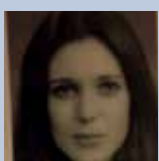
Maria Manuel Calvet Ricardo
Sócio: 1522
Aposentada



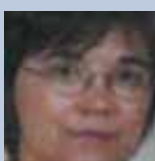
Maria Antónia Coelho
Sócia: 67103
AE Caparica,
Almada



Mónica Amaro
Sócia: 64447
EB Carlos
Ribeiro, Seixal



Hélia Santos
Sócia: 4749
Aposentada



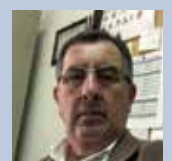
Cacilda Silva e Costa
Sócia: 40076
ES Henriq. No-
gueira, T. Vedras



Mário Morgado
Sócio: 9112
Aposentado



Rosa Maria Chorão
Sócia: 54025
EB António Bento
Franco, Mafra



Francisco Bartolomeu
Sócio: 28877
Aposentado

Suplentes

2019/23

VOTA S

16/MAIO

**UM SPGL
AINDA MAIS
FORTE**



www.umspglaindamaisforte.blogspot.com

LISTA S -UM SPGL AINDA MAIS FORTE

Para as eleições do próximo 16 de Maio constituímos uma equipa que alia a experiência de quem nos últimos mandatos tem dirigido o SPGL com a visão e juventude daqueles que iniciam agora a sua caminhada como dirigentes sindicais. Construámos uma equipa coesa, profundamente ligada aos professores, educadores e investigadores, do setor público e do privado e cooperativo, do superior e do não superior, do especial, do pré-escolar e de todos os níveis da escolaridade, no ativo e aposentados.

Os professores, os educadores e os investigadores conhecem-nos. Corporizamos uma das matrizes marcantes e distintivas do SPGL – a ligação real às escolas e aos docentes consubstanciada em numerosas reuniões sindicais, em plenários, em manifestações, mas também no princípio de que os dirigentes devem manter trabalho letivo nos estabelecimentos de ensino a que pertencem, trazendo desse modo para a tomada de decisões as reais opiniões dos docentes e investigadores.

O SPGL continua a ser o maior e mais forte sindicato de professores em Portugal e podemos afirmar que para isso têm contribuído o trabalho, a dedicação e a competência dos dirigentes, dos delegados sindicais e dos ativistas que constituem esta LISTA S. Mas queremos torná-lo ainda maios, ainda mais forte.

Mantemos-nos fiéis ao princípio fundador do SPGL: tudo o que diz respeito à escola e à educação diz respeito ao sindicato. Por isso, defendemos com firmeza os direitos dos docentes e investigadores, mas intervimos também na construção de uma escola de qualidade, onde o valor e o rigor das aprendizagens se conjuguem com a formação de cidadãos para uma sociedade inclusiva, democrática, orientada por critérios de justiça e igualdade.

A construção de sociedades democráticas, orientadas por princípios de justiça e igualdade sociais precisa de sindicatos fortes e respeitados. Está nas suas mãos contribuir para que o SPGL seja ainda mais forte para continuar a contribuir para o futuro da Educação, para a valorização da profissão docente e desenvolvimento da investigação científica

VOTE LISTA S – “UM SPGL AINDA MAIS FORTE”



DIREÇÃO CENTRAL

Presidente



José Feliciano C. Costa
2º, 3º/Sec, EB José Afonso -
Alhos Vedros, Moita. Membro da
atual direção, do C. N. da
FENPROF e da C. E. da
USSetúbal/CGTP-IN



Albertina Pena
1º ceb, EB Parque Silva
Porto, AE Quinta de
Marrocos, Lisboa



António Manuel Lopes Anes – 2º,
3º/Sec, Escola Artística António
Arroio, Lisboa
Membro da atual direção e do
Conselho Nacional da FENPROF

Vice - Presidentes



Anabela Pinharanda Delgado
2º, 3º/Sec, ESec do Lumiar,
Lisboa. Membro da atual direção
e do Secretariado Nacional da
FENPROF



Vanda B. Silva
1º ceb, EB Cremilde
Castro e Norvinda Silva,
AE Trafaria, Almada



Cremilde Maria Mata Canoa
– Pré-escolar, EB do Bairro
dos Arneiros, AE Raul
Pronça, Caldas da Rainha
Membro da atual direção

Tesoureira

COORDENADORES REGIONAIS

Direção Regional de Lisboa



Branca Maria Pestana Gaspar
- 2º, 3º/Sec, ESec António
Damásio, Lisboa. Membro da
atual direção, do S. Nacional
da FENPROF e do C. N. da
CGTP-IN



Ana Cristina Nunes Gouveia –
Especial, EB Piscinas -
Olivais, Lisboa. Membro da
Direção Central

Direção Regional de Santarém



**Vítor Manuel Ribeiro
Bento** – 2º, 3º/Sec, ESec
Marquesa de Alorna,
Almeirim. Membro da
atual direção e do C. N. da
FENPROF



**Luísa Maria Gonçalves T.
Barbosa** – 2º, 3º/Sec, EB
Alexandre Herculano,
Santarém

Direção Regional do Oeste



João Olímpio Mateus Santos –
1º ceb, EB Alenquer, Alenquer.
Membro da atual direção, do C.
N. da FENPROF e Coord. da
Direção Regional do Oeste



Maria da Graça M. Dias – 2º,
3º/Sec, EB de Freiria, Torres
Vedras. Membro da atual
direção, do C. N. da FENPROF
e Coord. da D. Regional do
Oeste

Direção Regional de Setúbal



Maria Felizarda Barradas –
2º, 3º/Sec, EB nº 1 de Santo
André, Santiago do Cacém.
Membro da atual direção, do
C. N. da FENPROF e Coord.
da Dir. Regional de Setúbal



**Isabel Maria dos Santos
Tavares** – 2º, 3º/Sec, EB
Quinta do Conde, Sesimbra

Efetivos



Abel Honorato Rosário Lourenço – 2º, 3º/Sec, EB Prof. Galopim de Carvalho, Sintra, Membro da atual direção, do Conselho Nacional da FENPROF e Coordenador da Direção Regional de Lisboa.



Ana Rita Santos Pereira Lourenço – 1º ceb, EB Alexandre Herculano, Lisboa, Membro da atual direção.



Cristina Maria Manso Diogo – 1º ceb, EB Maria Luciana Seruca, Oeiras Membro da atual direção.



Adélia Joana dos Santos Pinéu – EB Marquesa de Alorna, Lisboa, Membro da atual direção.



António Joaquim Silva Fonseca Quitério – Pré-escolar, JI da Venda do Pinheiro, Mafra, Membro da atual direção, do C. N. da FENPROF e da Com. Executiva da USLisboa/CGTP-IN.



Deolinda Marques Fernandes – Part e Ipss, A. A. S. Bairro 2 de Maio, Lisboa Membro da atual direção, do Conselho Nacional da FENPROF.



Adelina Maria Martins Silva – Pré-escolar, EB nº 3 de Belas, Sintra, Membro da atual direção.



António José Coelho Nabarrete – Aposentado, Lisboa, Membro da atual direção e do Conselho Nacional da FENPROF.



Eduardo Carlos Amoedo Mesquita – Part e Ipss, Externato de São José, Lisboa. Membro da atual direção, do Conselho Nacional da FENPROF



Ana Cristina Rodrigues Martins – 1º ceb, AE Trafaria, Almada.



António Manuel Silva Verdugo – 2º, 3º/Sec, EB Fernando Casimiro Pereira da Silva, Rio Maior, delegado sindical.



Elizabete Rosário da Silva Zagalo – 2º, 3º/Sec, EB Vialonga, Vila Franca de Xira Membro da atual direção



Ana Margarida Grenho Ferreira – Superior, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.



António Miguel da Silva Avelás – Aposentado, Lisboa Membro da atual direção e do Conselho Nacional da FENPROF.



Elvira Dalila Leal Pereira Dias – 2º, 3º/Sec, ESec Luís de Freitas Branco, Oeiras, Membro da atual direção e da Direção USLisboa/CGTP-IN



Ana Isabel Batalha Fernandes Domingos – Part e Ipss, AIPICA, Almada, Membro da atual direção.



Arnaldo Silva Marques Pata – 2º, 3º/Sec, ESec Pinhal Novo, Palmela



Fernando Alberto Peixoto Afonso – Especial, ESec do Bocado, Setúbal.



Ana Mafalda Seixas Romão Correia Pernão – 2º, 3º/Sec, Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Lisboa.



Belmira Cristina Gomes Fernandes - Especial, AE Mouzinho da Silveira, Moita.



Francisco António Janeiro Inácio – 2º, 3º/Sec, EB Marquesa de Alorna, Lisboa Membro da atual direção



Ana Paula Menino S. Marques de Alegria – Pré-escolar, EB Alfeite, Almada.



Carla Alexandra Felisberto Carvalho – 1º ceb, EB Bairro São Miguel, Lisboa.



Francisco José Martins Silva – 2º, 3º/Sec, ESec Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha



Ana Paula Silva Ramos Rodrigues – 2º, 3º/Sec, EB Professor Noronha Feio, Queijas, Oeiras Membro da atual direção e do Conselho Nacional da FENPROF.



Carla Maria Silva Araújo Coelho – 2º, 3º/Sec, ESec Dr. Solano Abreu, AE nº 1 de Abrantes, Membro da atual direção.



Graça Maria Cabral Sousa Morgado Santos – Part e Ipss, Colégio Eduardo Claparede, Lisboa, Membro da atual direção e do Secretariado Nacional da FENPROF



Ana Rita Avelino Bernardes Filipe – Especial, EB António Chora Barroso, Torres Novas.



Carlos Manuel Barroso Leal – 1º ceb, EB nº 1 do Cacém, Sintra, Membro da atual direção.



Hugo Sá da Bandeira Wever – 2º, 3º/Sec, EB da Pontinha, Odivelas, Membro da atual direção.



Isabel Maria Lopes dos Reis – 2º, 3º/Sec, EB nº 1 de Santo André, Santiago do Cacém, Membro da atual direção.



José Manuel Viegas Neves – Superior, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa Membro da atual direção



Maria do Céu Carreira Lopes – 2º, 3º/Sec, ESec S. João da Talha, Loures, Membro do atual Conselho Geral e delegada sindical



Isabel Maria Pestana Gaspar Santos Pereira – Aposentada, Lisboa, Membro da atual direção e da direção da IR da USLisboa/CGTP-IN



Luís André Ladeira Seixas Carmo – Superior, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, Membro da atual direção.



Maria do Céu Garcia Silva – Pré-escolar, AE de Benavente, Benavente, Membro da atual direção, do C. N. da FENPROF, Coor. da Direção Regional de Santarém



João Avelino Passos Cunha Serra – Aposentado, Lisboa Membro da atual direção e Presidente do Conselho Nacional da FENPROF.



Luís Filipe Rodrigues Viana – 2º, 3º/Sec, ESec Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures Membro da atual direção.



Maria Dulce Marçal Marques – Part e Ipss, Escola de Música Nª Senhora do Cabo, Oeiras



João Carlos Carvalho Fonseca Pereira – 2º, 3º/Sec, EB Padre Abílio Mendes, Barreiro, Membro da comissão de professores contratados e desempregados e delegado Sindical.



Luís Manuel Costa Cravo Silva – 2º, 3º/Sec, EB Sec Frei Gonçalo Azevedo, Cascais, Membro da atual direção.



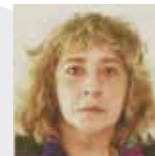
Maria Jorge Almas Marchantinho – Especial, AE de Alfovelos, Amadora Membro da atual direção



João Evangelista Trigo – 2º, 3º/Sec, E Sec. Sebastião da Gama, Setúbal, Membro da atual direção, do Conselho Nacional da FENPROF e da direção USSetúbal/CGTP-IN



Luís Pedro Saldanha Miranda – Part e Ipss, E Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, Torres Vedras.



Maria Teresa Antunes dos Santos – Part e Ipss, Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, Lisboa, Membro da atual direção.



João Maurício Ferreira Abreu Santos – 2º, 3º/Sec, EBSec Pedro Nunes, Lisboa



Manuel Dias Micaelo – 1º ceb, EB Bairro da Ponte, AE Raul Proença, Caldas da Rainha, Membro da atual direção e do Secretariado Nacional da FENPROF.



Maria Urquida Rodrigues Jardim – 1º ceb, EB de Praias do Sado, Setúbal, Membro da atual direção.



Joaquim António Costa Franco Pagarete – Aposentado, Oeiras, Membro do atual Conselho Geral



Manuel José Vilaça Fonseca Vasconcelos – Aposentado, Lisboa, Membro da atual direção.



Mário Luís Valada Santos Correia – 2º, 3º/Sec, ESec Damião de Goes, Alenquer



Joaquim Jorge Jesus Paiva Veigunha – 2º, 3º/Sec, ESec Rainha D. Amélia, Lisboa, Membro da atual direção, do Conselho Nacional da FENPROF



Marcos António André Pinheiro Souza – 2º, 3º/Sec, Escola de Dança do Conservatório Nacional, Lisboa, Membro da atual direção.



Mário Pedro Rosado Berjano – Part e Ipss, Externato Nª Sª do Rosário, Cascais, Membro da atual direção.



Jorge Marques Martins – 2º, 3º/Sec, EB Sec Mães D'Água, Falagueira, Amadora Membro da atual direção



Maria Clara Évora Águas – Part e Ipss, Colégio Moderno, Lisboa, Membro da atual direção.



Nazaré Maria Martins Gomes Mota – 2º, 3º/Sec, EB Sec. Prof. Armando de Lucena, Malveira, Mafra, Membro da atual direção.



José Luís Gorção Henriques Cirilo Machado – 2º, 3º/Sec, ESec Damião de Goes, Alenquer, Membro da atual direção.



Maria de Fátima Laranjo Alentejano – 1º ceb, EB Arq. Gonçalo Ribeiro Teles, Lisboa, Membro da atual direção.



Nuno Alexandre Gaspar Andrade – 1º ceb, EB nº 4 de Santo André, Santiago do Cacém, Membro da atual direção



Osvaldo Visitação Caldeira – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Membro da atual direção.



Sandra Raimundo Sabino – Part e Ipss, Externato Santa Joana, Sesimbra, Membro da atual direção.



Alexandre Jorge Ribeiro da Silva – 2º, 3º/Sec, ESec Sebastião da Gama, Setúbal, Membro da atual direção.



Patrícia Ferreira Amado Carreira – 1º ceb, EB nº 1 Baixa da Banheira, Moita, Membro da atual direção.



Sílvia Iolanda Barata Timóteo – 2º, 3º/Sec, ESec Matias Aires, Sintra, Membro da atual direção.



António Pedro Coelho Monteiro Magalhães – 2º, 3º/Sec, EB Mafra, Mafra, Delegado Sindical



Paula Cristina Loio Santos – Pré-escolar, EB Olaias, Lisboa, Membro da atual direção.



Tiago Sousa Derrixa – Part e Ipss, Academia Amadores de Música, Lisboa, Membro da atual direção.



Maria Emília Santos Marques Guerreiro – Aposentado, Setúbal, Membro do atual Conselho Geral.



Paulo Jorge Granjo Simões – Superior, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.



Duarte Martins Lamas de Oliveira – Part e Ipss, Academia Musical dos Amigos das Crianças, Lisboa

Suplentes



Paulo Jorge Marques da Graça Franco – 2º, 3º/Sec, EB das Olaias, Lisboa, Membro da atual direção



Sandra Maria Gião Abrantes Gonçalves – 2º, 3º/Sec, CED Nuno Álvares Pereira, Casa Pia de Lisboa, Delegada Sindical.



Carla Sofia Marcelino Chainho – 1º ceb, EB nº 2 Sines, Sines, Membro da atual direção.



Pedro Miguel Morais Santos Nunes – Part e Ipss, Colégio Bartolomeu Dias, Santa Iria de Azoia, Loures, Membro da atual direção



Albertino Conceição Ferreira – Aposentado, Setúbal, Membro da atual direção.



Maria Helena Bento Estanqueiro – 2º, 3º/Sec, Escola Artística António Arroio, Lisboa.



Ricardo Gil Ventura Furtado – 2º, 3º/Sec, ESec. do Cartaxo, Cartaxo, Membro da atual direção.



Eduarda Maria Silva Ribeiro Mota – 2º, 3º/Sec, ESec Henriques Nogueira, Torres Vedras



Ana Sofia Gaspar Luta Marques – Part e Ipss, INETE, Lisboa



Ricardo José Calha Bolou – 1º ceb, EB Alvito, Óbidos, Membro da atual direção



Ana Sofia Rocio Crespo Nobre Soares – 1º ceb, EB Telha Nova, Barreiro, Delegada Sindical.



Gracinda Leonor Nobre Coutinho dos Santos – Pré-escolar, EB Labrugeira, Alenquer.



Rui Capão Andrade – 2º, 3º/Sec, ESec Sebastião e Silva, Oeiras.



Manuel Armando Oliveira Pereira dos Santos – Superior, Universidade de Évora, Évora



José Paulo Lopes de Oliveira Ribeiro – 1º ceb, EB Frei André da Veiga, Santiago do Cacém. Delegado sindical.



Sandra Maria Amaro Baeta Alvarez – 1º ceb, EB Sesimbra, Sesimbra, Membro da atual direção.



Irina Duque Felício – 1º ceb, EB D. Dinis, Odivelas.



Inácia Lopes Godinho – 2º, 3º/Sec, ESec de Sampaio, Sesimbra, Delegada sindical.



Luís António Ferreira da Costa
Atalaia – 2º, 3º/Sec, ESec Marquesa de Alorna, Almeirim.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente



Maria da Conceição Gomes M. Farinha Neves – 2º, 3º/Sec, ESec de Sampaio, Sesimbra
Delegada sindical suplente.



Artur Oliveira Moura Baptista – Aposentado, Lisboa, Atual Presidente da MAG



Gentil de Sousa Pena Duarte – 2º, 3º/Sec, ESec. do Cartaxo, Cartaxo



Maria de Fátima Fernandes Meneses Jacinto – Especial, ESec Madeira Torres, Torres Vedras.



Bráulio Lopes Martins – Aposentado, Peniche
Atual Vice-Presidente da MAG



Teresa Jorge Andrade Lopes Curto – Aposentada, Moita

Vice-Presidente



Maria Teresa Barbieri Ataíde Malafaia – Aposentada, Lisboa
Membro da atual direção.



Bráulio Lopes Martins – Aposentado, Peniche
Atual Vice-Presidente da MAG



Joaquim António Sarmiento Guerreiro – Aposentado, Almada



Maria Teresa Ribeiro Pereira – 1º ceb, EB de Carvalhal, Grândola
Membro da atual direção.



Fernanda da Conceição Descalço Fernandes Ferrão – Aposentada, Amadora, Vogal da atual MAG.



Berta Maria Bessone Ferreira Alves – Aposentada, Cascais

Secretária



Olinda Maria Viana C. Machado – 2º, 3º/Sec, EB Pero de Alenquer, Alenquer.



Fernanda da Conceição Descalço Fernandes Ferrão – Aposentada, Amadora, Vogal da atual MAG.

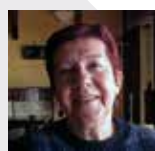


Berta Maria Bessone Ferreira Alves – Aposentada, Cascais

Vogais



Paula Fátima Coelho Velosa Fernandes – 2º, 3º/Sec, EB D. Pedro II, Moita, Delegada sindical.



Almerinda Lopes Bento – Aposentada, Almada.



Augusto Francisco Rebotim Pascoal – Aposentado, Montemor-o-Novo



Rosa Maria dos Santos Pereira Simões – 1.º ceb, EB de Benavente, Benavente.



Everilde Maria de Oliveira Pires – Aposentada, Santarém
Membro da atual direção



Augusto Francisco Rebotim Pascoal – Aposentado, Montemor-o-Novo



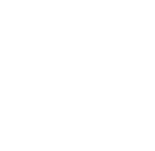
Vanessa Conceição Martins Fernandes – Part e Ipss, Associação Resgate Instituto Condessa Cuba, Oeiras.



José Monteiro Henriques Rocha – 2º, 3º/Sec, E Sec. de Peniche, Peniche
Membro da atual direção



Jorge Manuel Serra de Almeida – Aposentado, Lisboa
Membro do atual Conselho fiscal



Margarida Lopes – Aposentada, Lisboa



José Manuel Dias Gonçalves – Aposentado, Almada
Membro do atual Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal Presidente

Vogais



Rui Nunes Lopes Curto – Aposentado, Moita.



Ana Paula Vieira de Melo – 2º, 3º/Sec, EB Sec D. João V, Amadora Delegada sindical



Cristina Maria Quirino Matos Vilarigues Passeiro – Part e Ipss, Centro Social e Paroquial São Domingos de Rana, Cascais, Delegada sindical



António Reves Deodato – 2º, 3º/Sec, ESec. da Rainha Dona Amélia, Lisboa, Vogal da atual MAG



Ana Rita Soares e Simas Duarte Costa – Especial, EB Engenheiro Ressano Garcia, AE Padre Bartolomeu de Gusmão, Lisboa Membro da atual direção



David Caldas Garrido Oliveira – 2.º, 3.º/Sec, EB Vialonga, Vila Franca de Xira

Suplentes



Ana Cristina Gonçalves Mateus – 2º, 3º/Sec, ESec. Raul Proença, Caldas da Rainha, Delegada sindical



Armandina Maria Santos Monteiro – 1º ceb, EB nº 2 de Aqualva, Sintra, Membro da atual direção



Eduarda Marisa Falcão Silva Coimbra – Part e Ipss, Associação Solidariedade Social Moradores das Patameiras, Odivelas



Mário Sérgio Pais Silva Bonito – Aposentado, Lisboa



Armando José Almeida C. F. Almas – Part e Ipss, Colégio Amor de Deus, Cascais Delegado sindical



Ermelinda Gonçalves Botelho Rosa – 1º ceb, EB Frei Luís de Sousa, Lisboa



Maria Emília Silva Cruz – 1º ceb, EB Alberto Valente, Palmela



Artur Ricardo Ferreira Pereira Prata Pontes – 1º ceb, EB Águas Livres, Amadora



Fernando Adriano Rocha Albino Cordeiro Lobato – Especial, EB das Olaias, Lisboa Membro da atual direção

Direção Regional de Lisboa



Abílio Marques Pires – 1º ceb, EB Paulino Montez, Lisboa. Membro da atual direção.



Carlos Norberto Coelho Barros – 2º, 3º/Sec, EB dos Olivais, Lisboa Membro da atual direção



Helena Maria Pires Pacheco Amaral – 1º ceb, EB Parque Silva Porto, Lisboa



Alexandra Cristina Fonseca Gomes – Part e Ipss, Creche e Jardim Infância Nª Sª Fátima, Santa Casa Misericórdia de Oeiras, Oeiras Delegada sindical



Carmelinda Maria Santos Pereira – Aposentada, Oeiras Membro do atual Conselho Geral



Isabel Craveiro Ferreira – 1º ceb, EB Padre Himalaia, Amadora



Alexandre Manuel Azevedo Oliveira – Part e Ipss, Colégio Cesário Verde, Lisboa



Cátia Cristina Carvalho Domingues – 1º ceb, EB Cacém nº 1, Sintra



Joana Andreia Mota Correia Alves Costa – Part e Ipss, Centro Cultural e Recreativo Crianças do Cruzeiro e Rio Seco, Lisboa

Suplentes



João José Pinheiro Gonçalves – 2º, 3º/Sec, EB Avelar Brotero, Odivelas.



Patrícia Alexandra Rafael Camilo Lage – Part e Ipss, ABEIV, Vila Franca de Xira



Cátia Sofia Fernandes Ferrão – 1º ceb, AE Amadora Oeste, Amadora



José Joaquim Azevedo de Araújo – 2º, 3º/Sec, ESec. Camilo Castelo Branco, Carnaxide, Oeiras Delegado sindical



Pedro Alexandre de Sousa Mota – 1º ceb, EB de Fetais, Loures Membro da atual direção



Célia Maria Manuelito Figueira Fonseca – Pré-escolar, EB Pedro de Santarém, Lisboa



Lígia Esteves dos Santos – Especial, EB Santo António dos Cavaleiros, Loures Membro da atual direção



Penélope Pereira Coelho – 2º, 3º/Sec, EB Alapraia, Cascais.



Isabel Maria Maia Oliveira Faria – Especial, CED Nª Senhora da Conceição, Casa Pia de Lisboa Delegada sindical



Maria Natália Aranda Costa - 2-º, 3.º/Sec, EB Sec Aquilino Ribeiro, Oeiras



Ricardo Miguel Simões Almeida Oliveira Godinho – 1º ceb, EB Piscinas, Olivais, Lisboa



Sandra Paula Torres Silva – 1º ceb, EB Veiga Ferreira, Famões, Odivelas



Margarida Côrte-Real Cunha Simões – Pré-escolar, EB Raul Lino, Lisboa Membro da atual direção



Rita Helena Gouveia Franco – Part e Ipss, Conservatório de Música de Sintra, Sintra Delegada sindical



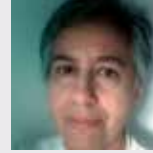
Ana Paula Timóteo Vieira de Sousa – 2º, 3º/Sec, EB Piscinas, Lisboa



Maria Eduarda Lopes Trindade Gordino – 1º ceb, EB Águas Livres, Amadora



Rui Pedro Lourenço Paiva – Part e Ipss, Academia de Música dos Amigos das Crianças, Lisboa Delegado sindical



Ana Paula Silva Pinto – 2º, 3º/Sec, ESec Arco Iris, Loures Membro da atual direção



Maria José de Oliveira Mateus T. P. Sousa – 2º, 3º/Sec, EB Prof. Pedro d'Orey da Cunha, Amadora Membro da atual direção



Rute Maria Gaspar Sousa – Part e Ipss, Externato de São José, Lisboa



Catarina Margarida R. Ferreira Faria – Part e Ipss, Santa Casa da Misericórdia de Azambuja, Azambuja



Maria José Nascimento Nunes – Part e Ipss, CBEI Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira Delegada sindical



Vanda Maria Calado Ferreira da Costa – 2º, 3º/Sec, EB Cardoso Lopes, Amadora



Paula Cristina Melgueira Antas – Part e Ipss, Centro de Bem Estar Infantil, Vila Franca de Xira



Marta Maria Justino Régio Salvado – 1º ceb, EB Casais de Trigache, Famões, Odivelas Membro da atual direção



Virgínia Rosário Baptista – 2º, 3º/Sec, Escola Artística António Arroio, Lisboa



Ana Estela Marques Bernardo – 1º Ceb, EB Nossa Senhora Pópulo, , Caldas da Rainha, Membro da atual direção



Olga Bastos Martins – Part e Ipss, CERCI, Lisboa Membro da atual direção



Vitória La Salette Brito Estevães e Leitão Veiga – 2º, 3º/Sec, EB Fernando Pessoa, Lisboa

Direção Regional do Oeste



Ana Rita Cosme Teixeira Ferreira – Especial, EB Freguesia da Encarnação, Ericeira, Mafra
Membro da atual direção



Nuno Alexandre Paiva Carvalho Vasconcelos – 2º, 3º/Sec, EB e Sec. Fernão do Pó, Bombarral
Membro da atual direção



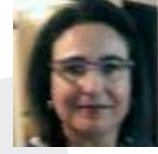
Margarida Sofia Dantas Silva Quintão Caldeira – Part e Ips, Escola Serviços e Comércio do Oeste, Torres Vedras



Ana Sofia Figueiredo Machado – 2º, 3º/Sec, EB Freiria, Torres Vedras, Delegada sindical



Sérgio Filipe Coutinho do Rosário – 2º, 3º/Sec, EB Sec Prof Armando Lucena, Mafra



Fernanda Cristina Ferreira Bento – Part e Ips, Santa Casa Misericórdia de Mafra, Mafra



Carmelina Helena Faria da Silva – Part e Ips, Externato de Penafirme, Torres Vedras
Membro da atual direção



Shirley Marta Silva – 2º, 3º/Sec, EB Sec. Josefa de Óbidos, Óbidos



Maria da Conceição de J. Anjinho – Pré-escolar, JI da Cabeça Gorda, Torres Vedras,
Delegada sindical



Fernando de Jesus Fernandes António – Aposentado, Caldas da Rainha, Membro da atual direção



Carla Gertrudes Simões Henriques Franco – Part e Ips, Associação Popular de Sobral de Monte Agraço



Adérita Mourisco Conceição – Aposentada, Abrantes
Membro da atual direção



Francisco José Henriques – 2º, 3º/Sec, EB do Carregado, Alenquer,
Membro da atual direção



Maria Adelina Valdeira Silva Barreto – Especial, AE da Lourinhã, Lourinhã



Alexandrina Maria Oliveira Carvalho – 2º, 3º/Sec, ESec de Benavente, Benavente



Gonçalo Manuel Gomes Bernardino – 2º, 3º/Sec, EB do Maxial, Torres Vedras
Membro da atual direção



Maria Isabel Silva Gonçalves – 2º, 3º/Sec, EB António Bento Franco, Ericeira, Mafra



Américo António Moura Pereira – 1º ceb, EB Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes,
Membro da atual direção



Isabel Maria Gonçalves Pereira – Especial, EB Sec. Cadaval, Cadaval



Maria de Fátima Rodrigues Fernandes – Pré-escolar, JI Casais da Serra, Caldas da Rainha



Ana Isabel Batista Almeida Moleiro – 1º ceb, EB José Tagarro, Cartaxo
Membro da atual direção



Leonel do Nascimento Pereira – 1º ceb, AE Joaquim Inácio da Cruz Sobral, Sobral de Monte Agraço, Vogal da atual MAG



Maria João Afonso Parente Mota – 2º, 3º/Sec, EB Atouguia da Baleia, Peniche



Ana Paula Dias Gonçalves Palma – 2º, 3º/Sec, ESec Cartaxo, Cartaxo



Manuel Lopes Martins – 2º, 3º/Sec, ESec de Peniche, Peniche
Membro da atual direção



Eugénia Margarida Martins Tavares – 1º ceb, EB Alenquer, Alenquer



António Conceição Filipe Duarte Rato – 2º, 3º/Sec, EB D. Sancho I, Pontével, Cartaxo, Membro da atual direção



Margarida Maria de Carvalho Tourita – Pré-escolar, EB Sobral de Monte Agraço, Sobral de Monte Agraço, Membro da atual direção



Suplentes

Direção Regional de Santarém

Direção Regional de Setúbal



Célia Maria Vieira de Jesus – Pré-Escolar, JI Santo Estêvão, Benavente, Membro da atual direção



Lina Maria Gonçalves da Silva – 2º, 3º/Sec, ESec Jorge Peixinho, Montijo Delegada sindical



Gláucia Leal da Silveira – Part e Ipss, Conservatório de Música Jaime Chavinha, Torres Novas Membro da atual direção



Agostinho Leonel Belfo Machado – 2º, 3º/Sec, EB Cruz de Pau, Seixal, Membro da atual direção



Maria Albertina Salzedas Duarte – 1º ceb, EB Marco Cabaço, Almada



Fabíola Cruz Neto Cardoso – 2º, 3º/Sec, ESec Dr Ginestal Machado, Santarém



Ana Catarina Gualberto dos Santos – 2º, 3º/Sec, ESec. de Palmela, Palmela Vogal da atual MAG



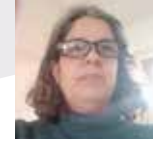
Maria da Conceição Almeida Reboredo – 1º ceb, AE Vale de Milhaços, Seixal, Membro da atual direção



Marta Luísa Branco Cachulo Rodrigues Raio - 1º ceb, EB nº1 de Benavente, Benavente



Ana Lúcia Chainho Gonçalves Mendes – Part e Ipss, Creche e JI de Grândola



Maria Francisca Lopes Carvalho Cardoso Leitão – 2º, 3º/Sec, EB Fragata do Tejo, Moita, Membro da atual direção



Maria Cristina Lopes Torre – 2º, 3º/Sec, EB de Marinhas do Sal, Rio Maior



Ana Maria Gomes Salguero – 2º, 3º/Sec, EB da Boa Água, Quinta do Conde, Sesimbra Membro da atual direção



Maria Teresa Calçada Santos Crespo Nunes – 2º, 3º/Sec, EB Quinta da Lomba, Barreiro Membro da atual direção



Teresa Maria Nunes Cordeiro – 2º, 3º/Sec, ESec Marquesa de Alorna, Almeirim, Membro da atual direção



Anabela Rosmaninho de Almeida – 2º, 3º/Sec, ESec. Augusto Cabrita, Barreiro



Rosa Maria Dias Rodrigues – 1º ceb, EB Cidade Sol, Barreiro Delegada sindical



Tereza Maria Oliveira Sécio – Pré-escolar, EB Bemposta, Abrantes, Membro da atual direção



Carlos Manuel Silva Leal – 2º, 3º/Sec, EB Dr. António Augusto Louro, Seixal



Rute Maria Piquete Ramião – Pré-escolar, EB nº 2 de Alhos Vedros, Moita, Delegada sindical

Suplentes



Ana Paula Marques Lopes – 1º ceb, EB Maria Lucília Moita, Abrantes, Membro da atual direção



Elga Marina Cruz Duarte Leal Fernandes – 2º, 3º/Sec, EB Sec. Professor Ruy Luis Gomes, Almada



Sandra Maria Bolinhas de Matos Coelho – 2º, 3º/Sec, ESec Poeta Joaquim Serra, Montijo, Membro da atual direção



Armando Augusto F. Santos – 2º, 3º/Sec ESec. Sá da Bandeira, Santarém, Delegado sindical



Lénea Cristina Chainho Mateus Gonçalves – 2º, 3º/Sec, EB Sec Ordem de Santiago, Setúbal



Sónia Cristina Ribeiro Oliveira – 1º ceb, EB da Liberdade, Montijo Delegada sindical

Direção de Área Académica Universitária 1



Sónia Liliana Rodrigues Fernandes – 2º, 3º/Sec, EB José Afonso, Moita
Delegada sindical



Maria Luzia Fouto Prates – 2º, 3º/Sec, ESec. de Palmela,
Palmela
Delegada sindical suplente



Catarina Isabel Sousa Gaspar – Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa



Susana Rita da Silva Barroso – 2º, 3º/Sec, EB Álvaro Velho, Lavradio,
Barreiro
Membro da atual direção



Lídia Maria Simões Barata – Part e Ipss, Creche JI ATL Varino, SCM Alhos Vedros
Membro da atual direção,
delegada sindical



Diana L. J. Cunha Reis – Faculdade de Ciências,
Universidade de Lisboa



Vítor Fernando Barros – 2º, 3º/Sec, EB Mouzinho da Silveira,
Moita, Delegado sindical



Fernanda Maria Matos Costa Teixeira – Part e Ipss, Centro Social e Paroquial Cristo Rei, Almada, Delegada sindical



Guilhermina Augusta Pelicano Jorge – Faculdade de Letras,
Universidade de Lisboa
Membro da atual direção



Angelina Maria Carinhas Soares – 2º, 3º/Sec, EB Aranguez, Setúbal, Membro da atual direção

Suplentes



Olga Maria Mourato Xufre – 1º ceb, EB Aranguez, Setúbal
Membro da atual direção



Sandra Cristina Amado Sequeira Moura – Creche e JI “O Sol”, Cáritas de Setúbal, Setúbal
Delegada sindical



Jorge Silva Macaísta Malheiros – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Célia Maria Conceição Monteiro Parreira Alves – 2º, 3º/Sec, ESec. Poeta Al Berto, Sines, Delegada sindical



Ana Cristina Pimenta Vitorino – Part e Ipss, Nuclisol Jean Piaget, Santo André, Santiago do Cacém
Delegada sindical



José Luís Capelo Martinez – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova, Lisboa. Delegado sindical

VOTA LISTA S

Isabel de Almeida Santos Soares Manteigas – 1º ceb, EB Alto do Moinho, Vale Milhaços

VOTA LISTA S

Emídio César da Silva Machado – 2º, 3º/Sec, EB Aranguez, Sebastião da Gama, Setúbal

Suplentes



Luís Miguel Rodrigues Vitorino Santos – 2º, 3º/Sec, EB D. Luís Mendonça Furtado, Barreiro



Mónica Sofia Moreira Martins Valadas – 2º, 3º/Sec, ESec Poeta Joaquim Serra, Montijo



Alcinda Maria Pinheiro de Sousa – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa



Anabela da Silva Reis – 2º, 3º/Sec, EB Vasco da Gama, Sines



Maria Teresa Galhavano Fragoso – 1º ceb, EB Montalvão, Setúbal
Membro da atual direção



Maria da Conceição Pombo de Freitas – Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Sandra Maria da Silva Duarte – Especial, AE Augusto Cabrita, Barreiro

VOTA LISTA S

Andreia Patrícia da Câmara Correia – 1º ceb, EB Quinta do Conde, Sesimbra



Francesco Vacchiano – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa



Roberto Falanga – Instituto de Ciências Sociais, Lisboa



Daniel Alexandre Silva Seabra Lopes – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa

Direção de Área Académica Universitária 2



António Manuel Raminhos Cordeiro Grilo – Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Jorge Luis Firmino Nunes – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa. Membro da atual direção



Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa



Maria João de Mendonça e Costa Pereira Neto – Superior, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa. Membro da atual direção

Direção de Área Académica Politécnica



Maria Rita Duarte Raposo – Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa



Ana Maria Morais Cravo Sá – Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa



Sónia Infante Girão Frias Piepoli – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Célia Cristina Correia Ferreira – ESAD, Caldas da Rainha, Instituto Politécnico Leiria. Membro da atual direção



Vasco Miguel Gomes Nunes Manquinho – Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Elsa Cristina da Costa Ferreira – Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal. Membro da atual direção

Suplentes



Ana Margarida da Costa Ricardo – Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST-ID), Lisboa



Maria Clara Rodrigues Silva Brito – Escola Superior de Educação de Santarém, Instituto Politécnico de Santarém. Membro da atual direção



Rosa Brígida Almeida de Quadros Fernandes – Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Instituto Politécnico de Tomar. Membro da atual direção



António Carlos Almeida Figueiredo – Instituto Superior Técnico, desempregado, Lisboa

Suplentes



Cédric Claude Bernard Grueau – Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, Instituto Politécnico de Setúbal



Isilda Maria Lopes de Sousa Ramos Leitão – Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Cascais



João Eduardo Nascimento Costa – Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, Oeiras



Luísa Maria Correia Azevedo Espiney – Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, Lisboa



Manuel Jesus Matos – Instituto Superior Engenharia de Lisboa, Lisboa



Mário Nuno Neves Silva Mata – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de

Direção de Área Académica Superior Particular e Cooperativo



Ana Maria Pimenta Iglésias – Instituto de Arte e Design (IADE), Lisboa. Membro da atual direção



Carina Isabel Bento Marques Coelho – Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, Lisboa



Rolando Nuno Matos Ferreira Silva – Aposentado, Abrantes. Membro do atual Conselho Geral



Palmira Casadinho Galaio Belga – Aposentada, Lisboa. Membro do atual Conselho Geral



Carla Alexandra Vargas de Oliveira – Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Membro da atual direção



Almiro José Oliveira Lopes – Aposentado, Peniche. Membro do atual Conselho Geral

VOTA LISTA
S

Maria Isabel Pinto Ventura – Aposentada, Lisboa



Sílvia Rosado Correia – Instituto de Arte e Design (IADE), Lisboa. Membro da atual direção



Carlos Jorge Martins Silva Paula – 2º, 3º/Sec, ESec Marquês de Pombal, Lisboa



Sílvia Elisa Saraiva R. Gomes Baptista – Aposentada, Lisboa

Suplente



Sandra dos Anjos Orta de Sousa – Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa



Delfim Pedro Pereira de Jesus Ramos – Escola Artística António Arroio, Lisboa. Membro do atual Conselho Geral



Olga Guilhermina de Almeida Saúde – 1º ceb, EB Monte Abraão, Sintra. Membro da atual direção

Conselho Geral



Paulo de Oliveira Sucena – Aposentado, Lisboa. Presidente do atual Conselho Geral



Rui Nunes Lopes Curto – Aposentado, Moita. Membro do atual Conselho Geral

VOTA LISTA
S

Maria Angélica Serrão Queiroz Curto – Aposentada, Almada



Maria Helena Pereira Gonçalves – Aposentada, Sintra. Membro da atual direção e do Conselho Nacional da FENPROF



Maria Inez Gonçalves Marques – Aposentada, Amadora. Membro do atual Conselho Geral



Francisco José Borges Pereira César – 2º, 3º/Sec, EB Sec Prof Ruy Luís Gomes, Almada



Maria Manuela Franco Esteves – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa. Membro do atual Conselho Geral



Maria Beatriz Bueri Alves Antero Martinho – Aposentada, Santarém. Membro do atual Conselho Geral



Rui Alexandre de Oliveira Faiva – Part e Ipss, Externato de São José, Lisboa



Maria Deolinda Marques Dias Martin – Aposentada, Amadora



Fernando Jesus Machado Pimenta – Aposentado, Setúbal. Membro da atual direção



Angelina Maria de Jesus Marques – Pré-escolar, EB nº 6 Barreiro, Barreiro. Membro da atual direção



Vitália Maria Dias Ribeiro – 2º, 3º/Sec, ESec Santo André, Barreiro



Maria do Rosário do Carmo F. Marto – 2º, 3º/Sec, EB Roque Gameiro, Amadora



Ester Maria Santos Marques – 1º ceb, EB de Águas Livres, Amadora. Membro da atual direção



Maria Isabel Tinoco Vaz Oliveira – 2º, 3º/Sec, ESec D. João II, Setúbal. Membro da atual direção



João Paulo Vasconcelos Raposo – 2º, 3º/Sec, EB Patrício Prazeres, Lisboa. Membro da atual direção



Carla Sofia Matos Mendes – Pré-escolar, EB Nossa Senhora do Pópulo, Caldas da Rainha



Sálvia Maria Marques Fontinha – 2º, 3º/Sec, EB Vale da Amoreira, Moita



Ana Isabel Batista Almeida Moleiro – 1º ceb, EB José Tagarro, Cartaxo. Membro da atual direção

VOTA **S**
LISTA

**UM SPGL
AINDA MAIS
FORTE**



1. POR UMA EDUCAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, MAIS IGUALITÁRIA, MAIS DEMOCRÁTICA

As eleições para os corpos gerentes do nosso sindicato (2019-2013) decorrem no fim de uma legislatura que se iniciou com uma originalidade no que respeita ao nosso país: a formação de um governo minoritário do PS com o apoio expresso e negociado com os partidos à sua esquerda. Uma solução política que afastou a direita do poder e que criou fundadas expectativas de inverter a desastrosa política social e económica do governo anterior, nomeadamente no campo da educação. No final da legislatura, contudo, e sem esquecer um conjunto de medidas positivas, quer no que respeita à educação quer no que respeita aos trabalhadores em geral, a sensação de profundo desânimo é a que domina. Desânimo que resulta de se ter perdido uma oportunidade de, com os professores, investigadores e educadores, se terem dado passos decisivos na continuação da melhoria do nosso sistema educativo, ainda fortemente marcado pela “exclusão” que se traduz no número ainda elevado de retenções, de abandono precoce, da insuficiência do apoio aos alunos com necessidades educativas especiais e de um elevado número de jovens afastados do ensino superior, resultado de um nítido subfinanciamento orçamental da Educação. Temos consciência de que o que se vive na Escola e no sistema educativo está fortemente ligado à política geral: este sentimento de desânimo que atinge a classe docente é da mesma natureza da que atinge os trabalhadores e os cidadãos mais progressistas, preocupados com a crise imposta ao Serviço Nacional de Saúde, com a crise de habitação com os baixos salários, com o insuficiente investimento público, com a persistência de uma legislação laboral que reti-

rou direitos aos trabalhadores. Em suma: a consciência de que travamos o avanço das forças de direita, protagonizadas pelo anterior governo do PSD e CDS, mas que os passos dados na construção de uma sociedade mais justa e igual foram demasiado tímidos.

POR UM MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO, SOLIDÁRIO E ATUANTE

Ao movimento sindical, um dos pilares mais sólidos na construção de uma sociedade mais democrática e de resistência às políticas antisociais do neoliberalismo - exige-se um difícil equilíbrio: a intransigência na defesa dos direitos de quem trabalha, a luta persistente por melhores condições de trabalho, e o combate às injustiças sociais, impedindo o regresso da direita ao poder, que se traduziria num dramático retrocesso social, nomeadamente no campo da Educação. O SPGL, integrado na FENPROF, com uma presença forte nas escolas, através de numerosas reuniões sindicais e plenários, com forte presença nas “ações de rua”, com informação clara e constante dirigida aos professores e educadores tem dinamizado a participação dos professores nas diversas lutas levadas a cabo pelo movimento sindical docente. Em consonância com a CGTP-IN e a Frente Comum, estruturas de que faz parte, o SPGL tem participado ativamente na vida sindical do país.

A lista que protagonizamos - **Um SPGL Ainda Mais FORTE** - está em continuidade do trabalho desenvolvido pelos corpos gerentes que agora cessam o seu mandato. Temos consciência das dificuldades que o trabalho sindical apresenta nos tempos atuais, reconhecemos campos em que se pode e deve melhorar, mas afirmamos sem hesitação que os candidatos que apresentamos se caracterizam por uma presença firme, persistente e lúcida na luta pelos direitos dos docentes, na construção de uma

escola de qualidade para todos, assente no primado da construção de uma escola pública de qualidade e na luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática. Alicerçado na participação democrática e combativa de professores e investigadores, a **LISTA S - “Um SPGL ainda mais FORTE** - será o caminho para a obtenção de resultados positivos que reinstalem a esperança e a alegria no exercício de profissões exigentes, cuja dignidade e valorização urge incrementar: a profissão docente e a investigação científica.

2. DEFENDER A PROFISSÃO, MELHORAR A ESCOLA PÚBLICA

EXIGIMOS RESPEITO

Decorrem estas eleições para o SPGL num momento em que ainda é incerto o resultado da intensa luta dos professores pela recuperação, para todos os efeitos, do tempo de serviço “roubado” pelos governos anteriores, traduzido em **“9 anos, 4 meses e 2 dias”**, (para muitos professores e educadores, por via das medidas de transição entre as várias versões do ECD, o tempo perdido é ainda maior!)

Os professores e educadores têm plena razão na sua exigência: tempo trabalhado tem de ser contado! A justiça desta reivindicação é de tal modo evidente que nenhum partido político com assento parlamentar a contesta: a Assembleia da República aprovou por unanimidade em janeiro de 2018 uma Recomendação ao Governo nesse sentido. As regiões autónomas da Madeira e Açores já consagraram a recuperação deste tempo de serviço. Mas o governo insiste em não aceitar a recomendação, simula reuniões e fez publicar o decreto que pretende apagar definitivamente mais de 6,5 anos do tempo de facto trabalhado. O SPGL tem participado e vai continuar a participar de forma ativa nas inúmeras ações de luta por este objetivo. **Um**

SPGL Ainda Mais FORTE vai continuar a lutar, porque a contagem de todo o tempo de serviço é uma questão de respeito pelo trabalho dos professores e educadores. **Não ao apagão!**

Respeito é também devido **aos professores do Ensino Superior e aos investigadores e trabalhadores científicos;** os primeiros confrontam-se com bloqueios vários no ingresso e progressão das suas carreiras; os segundos lutam contra a precariedade da sua situação laboral e a exploração a que as instituições do ensino superior os sujeitam. Muitos deles estão em condição de beneficiarem da aplicação do PREVPAP, mas a tal tem obstado a posição de reitores e diretores, com beneplácito do governo. **Um SPGL Ainda Mais FORTE** continuará a apoiar e a dinamizar as suas justas lutas e reivindicações.

DEFENDER O ESTATUTO DE CARREIRA DOCENTE (ECD)

Uma das explicações mais plausíveis para o comportamento do governo no que se refere à recuperação do tempo de serviço (9A 4M 2D) é a intenção (mal disfarçada) de pôr em causa o Estatuto de Carreira Docente do ensino não superior, anulando a condição de “corpo especial” e remetendo a profissão docente para a carreira geral da administração pública. Consumar-se-ia assim um ataque ainda mais intolerável à profissão docente.

A desvalorização e desconsideração da profissão docente levada a cabo quer por Maria de Lurdes Rodrigues quer por Nuno Crato, e agora também por Brandão Rodrigues ameaçam por em causa o futuro da Educação em Portugal.

Um SPGL Ainda Mais FORTE mobilizará os docentes em defesa do seu estatuto de carreira, particularmente no que respeita a horários de trabalho, vinculação, regime de avaliação e progressão na carreira. O ECD, conquistado em 1990 e melhorado em 1999, sofreu um for-

te ataque em 2005. Precisa de ser melhorado, não destruído. **Um SPGL Ainda Mais FORTE** será um bastião na defesa de um ECD que dignifique a profissão docente.

HORÁRIOS QUE NOS PERMITAM SER PROFESSORES E EDUCADORES

A denúncia persistente da sobrecarga horária que incide sobre os professores, produzida sobretudo por inúmeras reuniões “não previstas”, pela concretização de sucessivos projetos que obrigam a horas de trabalho “extra” e a trabalhos burocráticos de cuja utilidade é legítimo duvidar, e a greve cumprida pelos docentes com recusa a reuniões fora do horário de trabalho já conduziram a resultados positivos: **o Ministério da Educação foi obrigado a reconhecer que o que não está marcado no horário não pode ser exigido** e, a ser realizado, deve ser considerado trabalho extraordinário. É uma vitória que urge consolidar. **Um SPGL Ainda Mais FORTE** continuará a exigir o cumprimento do horário dos docentes: 35 horas/semanais com respeito pela divisão entre trabalho letivo, não letivo de estabelecimento e individual consignada no ECD. Mas a melhoria das condições de trabalho exige também a diminuição do número de alunos por turma e, em muitos casos, a diminuição do número de turmas atribuídas ao professor. Só assim os docentes poderão dar a resposta individualizada a cada aluno, combater a indisciplina, e desenvolver nos alunos sólidos hábitos de trabalho. Porque só assim podemos realizar com rigor a nossa profissão de professores e educadores, condição essencial para a qualidade da escola pública.

VINCULAÇÃO DOS PROFESSORES CONTRATADOS

Na legislatura que agora termina, fruto de uma intensa e prolongada luta dos docentes, melhorou-se o acesso à vinculação através do mecanismo conhecido por “norma

travão”, reduzindo o número de anos necessários. O número de docentes vinculado superou claramente o número do anterior governo. Mas continua a existir um significativo número de docentes que se mantém fora da carreira e sem acesso à norma travão, apesar de terem muitos anos de serviço. Tal acontece porque nem sempre conseguem horário completo. Merecem destaque, entre outros, os docentes especializados do ensino artístico, incluindo os das chamadas “técnicas especiais” que, incompreensivelmente, foram excluídos da aplicação dinâmica desta norma prevista para outros docentes do ensino artístico. **Um SPGL Ainda Mais Forte** continuará a exigir a vinculação destes docentes **reivindicando a alteração da chamada “norma travão”, a sua aplicação a todos os docentes.**

DEMOCRATIZAR A GESTÃO. GARANTIR A AUTONOMIA DA ESCOLA

Foi instituído um modelo de gestão e administração escolar centrado no poder alargado de um diretor, com redução profunda da intervenção dos docentes e subalternização do conselho pedagógico e outros órgãos de funcionamento da escola. O que se traduz na diminuição da democracia na vida das escolas.

Está em curso uma campanha, lançada pela FENPROF, com o objetivo de rever o atual modelo de gestão, defendendo o regresso a uma gestão colegial, ao aumento do poder de intervenção do conselho pedagógico e da participação dos professores e educadores na vida das suas escolas/agrupamentos. **Um SPGL Ainda Mais Forte** dinamizará esta campanha que deve tornar-se um dos objetivos centrais da ação reivindicativa.

A garantia da democracia nas escolas/agrupamentos exige firme oposição a todas as tentativas de, a coberto da transferência de competências para os municípios, em curso, os poderes autárquicos ganharem o poder de intervir ilegiti-

mamente na esfera do que deve ser do domínio exclusivo das escolas: a gestão pedagógica, métodos de ensino, organização de turmas e de horários, gestão de pessoal adstrito ao funcionamento das escolas, etc. **Um SPGL Ainda Mais Forte** é a garantia da defesa da autonomia das escolas! **Um SPGL ainda mais Forte opor-se-á firmemente à municipalização** do ensino na medida em que ela conduzirá a variadas formas de caciquismo, de nepotismo e de submissão dos interesses gerais a interesses particulares. **Um SPGL Ainda Mais Forte** incentivará um debate aberto, sem preconceitos, em torno da criação e participação nos conselhos municipais de Educação, na definição das Cartas Educativas de cada concelho, na colaboração entre as escolas e as autarquias no respeito pela autonomia de cada setor.

APOSENTAÇÃO: A RESPOSTA A UMA CLASSE ENVELHECIDA E EXAUSTA

A FENPROF promoveu recentemente, em colaboração com a FCSH, um estudo bem fundamentado evidenciando o elevado grau de desgaste físico e emocional de grande parte da classe docente (ensino não superior). Dados recentemente publicados evidenciam o elevado envelhecimento dos docentes em exercício (são escassos os docentes com menos de 30 anos!) e o perigo que tal situação representa para o sistema educativo tem sido sublinhado por várias organizações nacionais e internacionais. Ao sujeitar os professores e educadores às cada vez mais gravosas condições de acesso à aposentação e a enormes cortes salariais para a “aposentação antecipada” o governo está a pôr em causa a Educação. O corpo docente está envelhecido, exaurido e a necessitar de rejuvenescimento. **Um SPGL Ainda Mais Forte continuará a reivindicar condições específicas e mais favoráveis para a aposentação dos docentes**, nomeadamente, e

como medida transitória, a aposentação sem cortes aos 40 anos de serviço.

Um SPGL ainda Mais Forte exigirá que as juntas médicas a que os docentes se sujeitam por razões de saúde agravadas os tratem com decência e dignidade, pondo termo à prática de reenviar para as escolas docentes que objetivamente não tem condições físicas para continuarem a lecionar, ferindo a sua dignidade pessoal e profissional.

3. UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Durante a atual legislatura foram tomadas algumas medidas positivas para a melhoria da escola pública (e também das escolas do ensino particular e cooperativo). Marcando uma rutura com as posições de elitismo de Nuno Crato, eliminaram-se os exames no 4º e 6º anos (que o anterior ministro introduziu à revelia das opiniões dos pedagogos), abandonou-se o projeto de seleção precoce dos alunos entre o ensino regular e os profissionais – o afamado (?) modelo alemão - incentivaram-se medidas tendentes à diminuição do insucesso escolar, que tem vindo, de facto, a diminuir graças ao profissionalismo e competência da classe docente, abandonou-se o pérfido projeto do cheque-ensino e combateu-se os abusos existentes nos contratos de associação com os colégios.

A definição do “perfil do aluno” no fim do secundário mereceu o aplauso dos professores e educadores e da comunidade escolar; embora menos consensuais, medidas como a introdução da área de cidadania nos currículos e os diplomas de gestão flexível dos currículos podem potenciar melhorias na qualidade das aprendizagens. O SPGL incentivará entre os docentes o debate sobre estes diplomas.

Mas para que a Escola cumpra o seu papel de contribuir para uma sociedade mais justa é necessário:

- continuar o combate ao insucesso e ao abandono escolar, implicando a **melhoria da formação inicial dos docentes** e a possibilidade de as escolas terem docentes para a recuperação de atrasos nas aprendizagens:

- a real **valorização do ensino profissional**, nomeadamente alterando as regras de acesso ao ensino superior de modo a que os estudantes que optarem pelas vias profissionais tenham, realmente, possibilidade de acesso.

- **reformular o processo de formação contínua**, afastando cada vez mais a relação direta entre a frequência de formação e as exigências para a progressão na carreira, garantindo a sua gratuidade e assumindo-a como um direito consignado no ECD, devendo ocorrer em horários adequados integrados no horário semanal dos docentes.

- a existência de **funcionários em número suficiente**

- a Escola Pública deve possibilitar a todos “o regresso à escola” quando por qualquer motivo alguém não completou a escolaridade de 12 anos. É necessário reorganizar o ensino noturno para que esse direito se concretize tendo em atenção, nomeadamente os transportes e as escolas onde funcionam. Devem estruturar-se **processos de ensino à distância que facilitem o complemento da escolaridade interrompida**.

-o fim, mesmo que progressivo, das propinas no ensino superior.

Apesar das dificuldades que resultam da escassez de financiamento, da falta de assistentes operacionais, do desgaste dos docentes, da estrutura de mega -agrupamentos, a Escola Pública ganhou uma qualidade que nos deve orgulhar, mas tem ainda possibilidade de melhorar. **Um**

SPGL Ainda Mais FORTE continuará a matriz de sempre do nosso sindicato: a defesa e conquista dos direitos dos professores e educadores está ao serviço da qualidade da escola pública em cuja construção nos empenhamos desde a fundação do SPGL. **Um**

SPGL Ainda Mais FORTE lançará um aprofundado **debate sobre o que mudar na formação inicial dos docentes, o papel a desempenhar pela formação contínua e o modo como o sindicato deve intervir nestes domínios**.

ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO. IPSS. MISERICÓRDIAS

O SPGL tem-se afirmado como o sindicato mais representativo dos docentes destes setores de ensino, incluindo as vertentes do ensino artístico especializado e profissional. Provam-no o recurso que o SPGL tem vindo a fazer junto do Ministério do Trabalho (DGERT) do procedimento que permite a mediação com as direções dos estabelecimentos e instituições com o objetivo de resolução de conflitos laborais. Foi também a intervenção do SPGL junto do Provedor de Justiça que conduziu à alteração do Estatuto de Aposentação que veio permitir o direito à aposentação antecipada aos ex-subscritores da CGA em situação de desemprego de longa duração.

O SPGL tem-se empenhado na **negociação de um novo CCT** que dignifique a função docente nos Ensinos Particular e Cooperativo, Artístico Especializado e Profissional, fortemente degradada com o acordo celebrado entre a FNE e a AEEP. Na inexistência de um CCT que respeite os professores, o SPGL tem procurado assinar Acordos de Empresa, o que já foi conseguido com alguns colégios e escolas do setor.

Um SPGL Ainda Mais FORTE continuará esta intervenção dinâmica na dignificação da função docente nestes setores exigindo:

- a **celebração de um CCT que reponha direitos**, respeite os docentes e valorize a sua carreira e que não discrimine os docentes do Ensino Profissional relativamente aos docentes de outros setores, principalmente no que respeita à estrutura de carreira e salários, assim como os docentes do Ensino Artístico especializado no que res-

peita à organização do seu horário letivo semanal, sem prejuízo de adequações decorrentes de especificidades destas modalidades de ensino.

- o reconhecimento para efeito de progressão na carreira de **todo o tempo de serviço** prestado noutros estabelecimentos de ensino particular e público.

- a exigência de as **verbas** necessárias para o funcionamento das escolas com contratos estabelecidos com o M.E serem **transferidas atempadamente** de modo a permitir o seu normal funcionamento, nomeadamente no que respeita ao pagamento mensal de vencimentos.

- a exigência de um **financiamento** adequado às necessidades do **Ensino Profissional** de modo a assegurar a qualidade desta oferta educativa.

Um SPGL Ainda Mais FORTE desencadeará uma reflexão e discussão alargadas no que respeita ao **ensino artístico especializado** sobre o estatuto dos docentes a exercerem funções nesta área de ensino.

DOCENTES das IPSS e das MISERICÓRDIAS

O SPGL teve papel determinante nas negociações do CCT para as IPSS (publicado em 22/10/2017) e do Acordo Coletivo de Trabalho para as Misericórdias, publicado em 15/10/2016. **Um SPGL Ainda Mais FORTE** continuará a defender estes docentes:

- exigindo a aplicação e cumprimento efetivo das convenções coletivas aplicáveis

-negociando condições de trabalho que se aproximem das condições do ensino público.

Um SPGL Ainda Mais FORTE não desistirá de lutar pelo reconhecimento do tempo de serviço dos educadores de infância a exercerem em creche para todos os efeitos, incluindo carreiras e concursos.

Um SPGL Ainda Mais FORTE exigirá que o Ministério da Educação passe a titular pedagogicamente as creches.

Um SPGL Ainda Mais FORTE exigirá que haja um rigoroso controlo e cuidada fiscalização dos financiamentos públicos a estabelecimentos de ensino privado.

ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

1. A asfixia financeira do Ensino Superior Público

Portugal continua a apresentar níveis de investimento no Ensino Superior e na Ciência que ficam abaixo das médias europeias e muito distantes dos objetivos definidos para 2030. A tão alardeada convergência continua a ser uma miragem e continua a não existir uma estratégia integrada para o desenvolvimento deste sector. De resto, esta deverá incluir sempre uma previsão de custos e definição de mecanismos de financiamento, sendo claro que, em qualquer circunstância, é absolutamente crucial reforçar o financiamento estrutural, por via do orçamento do estado (OE), invertendo a tendência de aposta no financiamento competitivo, essencialmente proveniente de fundos europeus.

A redução das transferências do OE para o Ensino Superior tem tido inúmeras implicações, entre as quais a estagnação na carreira,. Também a falta de investimento em equipamentos e na manutenção de edifícios tem prejudicado a qualidade de vida e de trabalho nas instituições do Ensino Superior Público. Nalguns casos, as verbas provenientes do OE não chegam a cobrir 80% das despesas com salários, tendo o resto de ser obtido recorrendo às verbas provenientes das propinas dos alunos e a mecanismos de financiamento competitivo.

Entretanto, o sufoco financeiro em que as instituições vivem, por imposição de sucessivos governos, impede que a exigência, recentemente introduzida na lei dos graus e diplomas, do cumprimento de rácios mínimos de docentes de carreira para a acreditação de cursos, venha a trazer o benefício de reforço da

qualidade científica e estabilidade que potencialmente comporta.

A estabilização e qualificação dos corpos docentes no Ensino Superior Público

A prolongada política de desprezo pela qualificação e estabilidade laboral dos docentes do Politécnico levou à consagração de um regime transitório com vista a reduzir os elevadíssimos níveis de precariedade, que combinou a entrada na carreira com a obtenção das habilitações exigidas pela revisão da carreira de 2009. Esta luta em que o SPGL se empenhou fortemente teve resultados muito positivos, pese embora a falta de condições de apoio à obtenção do doutoramento que se verificou na generalidade das escolas e instituições. Esta luta só ficará completa quando se conseguir que **os leitores das universidades** portuguesas tenham acesso a um regime transitório visando a sua estabilidade laboral.

A aplicação deste regime transitório contribuiu para um aumento muito significativo do número de professores doutorados no Politécnico, capacitando as instituições para virem a atribuir o grau de doutor. Este passo vai no sentido da concretização de **um sistema de Ensino Superior unitário, integrado e diversificado**, pelo qual o SPGL e a FENPROF se têm batido.

A desregulação no Ensino Superior Particular e Cooperativo

No Ensino Superior Particular e Cooperativo, em que os níveis de precariedade e a arbitrariedade ultrapassam, muitas vezes, os limites mais impensáveis, e apesar do empenho do SPGL na negociação com o governo de um instrumento regulador da contratação e da carreira, este continua a não cumprir com as suas obrigações, não tendo ainda legislado sobre esta matéria.

Verificam-se abusos nas cargas letivas atribuídas e na contratação a prazo sem limites, o que contraria o estabelecido no Código do Trabalho. Os salários são em geral bastante inferiores aos praticados nas instituições públicas, o que convida os docentes à acumulação. A precariedade e os baixos salários impedem muitos docentes de se dedicarem à investigação. São necessárias medidas destinadas à criação de corpos docentes permanentes em todas as instituições do ensino superior privado, adequadamente dimensionados e qualificados. A **negociação e a entrada em vigor de um ACT para este subsector** é de grande importância para a qualidade das instituições e para a dignificação da atividade dos seus docentes e investigadores.

Os elevados níveis de precariedade e o PREVPAP

O PREVPAP, programa destinado a combater a precariedade na Administração Pública, tem sido de notória ineficácia, no que toca às carreiras especiais. Num sector há muito necessitado de medidas estruturais de prevenção e correção da precariedade, este programa foi mal concebido e altamente ineficaz, como o elevado número de situações gritantes de precariedade por regularizar comprova.

O número de instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL) criadas por instituições de Ensino Superior públicas, como forma de contornar alguns dos constrangimentos impostos a toda a Administração Pública, aumentou muito significativamente ao longo dos últimos anos. Para o SPGL, este processo de externalização de funções (outsourcing), frequentemente concretizado na criação de IPSFL que operam unicamente enquanto extensões das instituições a que estão associadas, deve ser objeto de uma regulamentação muito mais restritiva e de uma monitorização mais apertada por parte das autoridades responsáveis.

O mesmo se aplica aos casos ainda mais graves de criação, pelas Escolas, de organizações ainda menos transparentes e de carácter puramente empresarial, de que participam na qualidade de acionistas e para as quais transferem várias incumbências suas, gerando situações de incomensurável promiscuidade institucional.

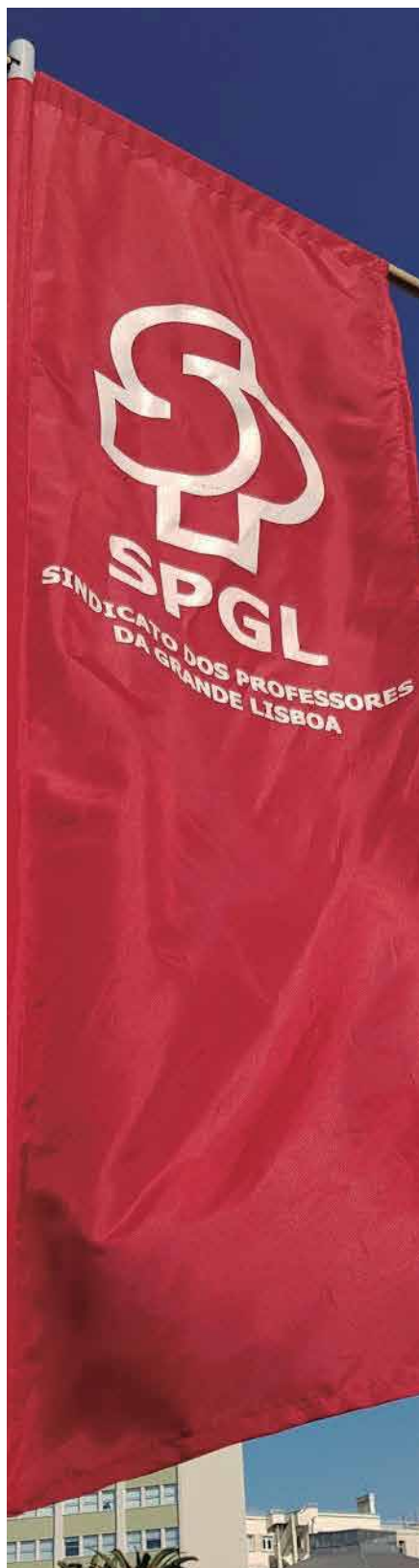
Na Ciência, os níveis de precariedade são dos mais alarmantes, existindo hoje muitos mais investigadores doutorados precários do que integrados na respetiva carreira. Depois dos programas “Ciência” e “Investigador FCT”, acrescenta-se agora o Regime Jurídico do Emprego Científico (DL57/2016) que, à semelhança dos anteriores, não resolve o problema da precariedade. Efetivamente, são imperiosas a **revogação da figura do bolseiro de pós-doutoramento e a aplicação da Carta Europeia do Investigador e da Diretiva Comunitária.** Doutra forma, as instituições nunca terão incentivos para a contratação de investigadores para a respetiva carreira e estes terão sempre um estatuto de subalternidade face aos docentes. O desinvestimento nos Laboratórios de Estado, cujo futuro é incerto, bem como o funcionamento errático da FCT que inviabiliza quaisquer possibilidades de planeamento a longo prazo, ilustram bem o desnorte que tem caracterizado a Ciência em Portugal.

O SPGL continuará a lutar para que sejam atingidos níveis de sucesso na integração na carreira superiores aos que o PREVPAP apresenta atualmente, sabendo embora que a resolução do problema de fundo da precariedade no Ensino Superior e na Ciência não fica resolvido com programas como este.

O défice de participação democrática e a responsabilidade do RJIES

Nos planos da participação na gestão e da salvaguarda dos valores da liberdade académica e da colegialidade, têm-se verificado grandes recuos





na sequência da aprovação, em 2007, de um RJIES que veio introduzir uma concentração de poderes e soluções com base em instituições-fundação de direito privado.

O atraso na democratização do acesso e da frequência do Ensino Superior

No que se refere à democratização do acesso e da frequência do Ensino Superior, objetivo sempre defendido pelo SPGL e pela FENPROF, importa continuar a reclamar medidas que, sem por em causa os elevados níveis de exigência e qualidade que globalmente caracterizam o sistema de Ensino Superior português, removam as barreiras que o impedem, designadamente através do reforço dos apoios sociais diretos e indiretos, sendo particularmente importante a provisão de alojamento adequado e suficiente.

2. Medidas prioritárias defendidas pela Lista S - "Um SPGL ainda mais FORTE"

Não esquecendo a necessidade de, no imediato, conseguir obter os melhores resultados possíveis no PREVPAP e um regime transitório adequado para os **leitores** das universidades, a **Lista S - "Um SPGL ainda mais FORTE"** propõe-se lutar pela concretização das seguintes medidas:

1. Aprovação de um plano financiado pelo OE de **abertura de concursos para a base das carreiras**, em correspondência com as necessidades das diferentes áreas disciplinares em cada instituição, tendo em conta as aposentações já acontecidas ou previstas, os falsos convidados contratados e outras soluções de recurso para cobrir necessidades letivas permanentes;
2. Desacoplamento dos procedimentos de recrutamento de novos docentes e de promoção às categorias superiores dos docentes em cada instituição, consagrando concursos internos, ou provas de

mérito absoluto, que permitam a agilização do reconhecimento das qualificações e competências dos docentes dentro de cada instituição, reforçando, assim, a sua autonomia neste âmbito, sem comprometer a estabilidade financeira das instituições por correrem o risco de empolar os seus efetivos docentes face às suas necessidades;

3. Introdução, a par da condição de obtenção de 6 anos sucessivos com a menção máxima na avaliação do desempenho, de uma outra condição obrigatória para a progressão salarial: **um número máximo de anos na mesma posição**, escalonado conforme as pontuações das avaliações positivas de desempenho obtidas nos triénios anteriores;

4. Regulamentação de forma mais precisa da figura do docente convidado, separando esta figura da do docente contratado para uma substituição temporária, e obrigar a que a fundamentação de uma contratação de um docente convidado seja publicada em DR em conjunto com o despacho de contratação ou por outro meio igualmente eficaz;

5. **Eliminação** da disposição estatutária que permite o concurso de profissionais para a **docência sem remuneração**.

6. Defender que aos docentes convidados e aos docentes de carreira se aplicam **os mesmos limites nas cargas letivas semanais**, assegurando que nunca poderão ser ultrapassados os limites máximos definidos na lei;

7. Efetivação do direito à **licença sabática**.

8. Inclusão dos efeitos da agregação na grelha salarial dos docentes do Politécnico, tal como se verifica, desde 1989, na dos docentes universitários, reforçando assim a **equiparação salarial entre as carreiras docentes do Ensino Superior**;

9. Aprovação de um diploma regulador da contratação e da carreira dos docentes e investigadores das **instituições privadas** que assegu-

re a existência de corpos docentes próprios permanentes e qualificados;

10. Negociação com a associação patronal (APESP) de um **Contrato Coletivo de Trabalho para o ESPC** que garanta condições dignas de carreira e de remuneração para docentes e investigadores.

11. Atribuição às instituições públicas de Ensino Superior de **dotações orçamentais** transferidas diretamente do OE que lhes permitam: i) definir com autonomia os seus planos estratégicos e contratar para as suas carreiras de investigação o pessoal necessário para desenvolver as linhas de investigação conforme esse planeamento; ii) apoiar com programas específicos o desenvolvimento e a consolidação da atividade de investigação nas instituições cujos indicadores se encontrem abaixo da média nacional;

12. Concretização da **estabilidade dos investigadores** integrados no programa “Investigador FCT”, através da aprovação de um diploma regulador da contratação dos investigadores IF e sua integração efetiva nas instituições em que desenvolvem a sua atividade;

13. **Revisão do RJIES** visando a introdução de medidas que promovam a participação alargada da comunidade académica na gestão, revigorando as condições para o pleno exercício das liberdades académica e de opinião, bem como do princípio da colegialidade das decisões;

14. Aprovação de um quadro legal que reconheça à figura jurídica “Instituição Pública de Ensino Superior” os requisitos de autonomia, em correspondência com o estabelecido no art.º 76.º da Constituição da República Portuguesa, assegurando-lhes as condições necessárias para operar com eficácia, sem abandono do regime público, com a concomitante **eliminação da figura da fundação pública com regime de direito privado**, do RJIES, e conversão ao regime público das IPSFL, em regra, para contornar as restrições



impostas à Administração Pública em geral.

4. APOSENTADOS

O departamento de Aposentados do SPGL desenvolveu no mandato que agora termina uma qualificada atividade oferecendo aos sócios aposentados um conjunto de iniciativas que lhes tem vindo a proporcionar um “envelhecimento ativo”, culturalmente rico e socialmente gratificante. Ao mesmo tempo que manteve este importante setor informado e atuante nas lutas dos docentes e do movimento sindical unitário, com ativa participação nas organizações de aposentados na FENPROF e da CGTP-IN e da Frente Comum

Um SPGL Ainda Mais FORTE continuará a **apoiar a atividade do departamento de Aposentados, nomeadamente:**

- na participação dinâmica nas estruturas sindicais com que já trabalha e outras estruturas de aposentados e pensionistas, possibilitando a inserção nas lutas dos aposentados por melhores direitos sociais, nomeadamente a defesa e consolidação da ADSE, o alargamento e melhoria dos apoios à saúde, a exigência de aumentos anuais e de anulação do fator de sustentabilidade, a definição de um verdadeiro Plano Nacional sobre o Envelhecimento e Dependência que, entre outras questões, concretize o alargamento de estruturas de apoio a toda a população idosa, facilita a mobilidade, responsabilize o Estado pela consagração do direito à proteção na eventualidade de dependência.

- no projeto **“O meu livro quer outro livro”**, que tem proporcionado aos sócios do SPGL, e particularmente aos aposentados, um contacto com nomes grandes da nossa literatura e personalidades de destaque na vida democrática.

- na realização de iniciativas culturais

5. REFORÇAR O SPGL

A ligação do nosso sindicato às escolas, característica que tem mantido apesar das dificuldades que a atividade sindical atravessa, uma forte dinâmica reivindicativa, um eficiente apoio aos sócios e uma informação atualizada permitem que o SPGL tenha, ao longo do último mandato, estabilizado o número de sócios ativos, que sofreu mesmo um ligeiro aumento. **Um SPGL Ainda Mais FORTE** manterá esta característica do SPGL procurando **aumentar o número de sócios**, sobretudo através de dinâmicas campanhas de sindicalização, de ações de formação próprias, do desenvolvimento de formas de auscultação dos professores sobre a atividade reivindicativa. É necessário melhorar a rede de delegados e ativistas sindicais de modo a poder ser reativada a Assembleia de Delegados Sindicais. Uma gestão financeira criteriosa permitiu ao SPGL superar as dificuldades resultantes da crise económica de 2010-2014. O SPGL tem uma situação financeira estável, com pleno respeito pelos direitos laborais dos seus trabalhadores. Um SPGL ainda mais forte manterá uma política de gestão financeira cuidada, sem prejuízo da dinamização da atividade sindical. A nossa lista manterá a prática de um funcionamento interno democrático, com respeito pleno dos estatutos que garantem a liberdade de expressão, de organização de tendências representadas no Conselho Geral (eleito pelo método de Hondt, tal como o conselho fiscal) e de respeito por todos os sócios.

A nossa lista manterá a prática que fez do SPGL um sindicato aberto ao diálogo e à cooperação com outros sindicatos e com outras organizações sociais que convirjam no objetivo de uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais democrática. Nomeadamente, reforçará a colaboração que tem mantido com os movimentos que lutam por

soluções climáticas que defendam o planeta, questão de que o movimento sindical não pode alhear-se.

Um SPGL Ainda Mais FORTE continuará a atividade cultural desenvolvida pelo ESPAÇO ABC (António Borges Coelho), cuja qualidade tem contribuído para o prestígio que o SPGL granjeia na sociedade.

Um SPGL Ainda Mais FORTE continuará a desenvolver as Jornadas Pedagógicas do SPGL, como momentos de formação pedagógica e de desenvolvimento cultural e cívico.

REFORÇO DA FENPROF E DO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO

Um SPGL ainda mais FORTE continuará a participar ativamente no seio da FENPROF na definição das grandes linhas de intervenção sindical e na definição das linhas de atuação no plano internacional, sem prejuízo da sua intervenção enquanto SPGL quando para tal achar conveniente ou for solicitado.

Com a nossa lista, o SPGL manterá as relações de trabalho solidário com a CGTP-IN e com a Frente Comum na luta conjunta pela defesa dos direitos dos trabalhadores, na luta contra a desvalorização dos salários, nomeadamente exigindo aumentos salariais anuais que no mínimo cubram o valor da inflação.

Confiamos no voto dos sócios do nosso sindicato para construirmos UM SPGL AINDA MAIS FORTE



Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa



VOTA



C



**Para Devolver
o Poder aos
Professores**

AUTONOMIA SINDICAL

Programa Lista C



A- INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se assistido a uma progressiva tentativa, por parte dos sucessivos Governos, de retirar direitos sócio-profissionais aos Professores e de proceder a uma sistemática desvalorização da Escola Pública. Política que sofreu um incremento brutal após a tomada de posse do anterior Governo, do qual se pode dizer que implementou um verdadeiro Plano Global para alcançar aqueles objectivos.

Plano cuja aplicação conduziu aos cortes de salários e pensões e ao despedimento de 30.000 Professores.

Situação gravíssima que alguns esperavam ver revertida com o actual Governo.

Esperança que rapidamente se dissipou perante o progressivo confronto com os Professores assumido pelo Governo, e desenvolvido, numa

escalada de arrogância e prepotência, por parte do Ministro da Educação e do Primeiro Ministro.

De facto, não só nada de significativo foi resolvido nesta segunda metade da Legislatura, como, pelo contrário, se assistiu ao aparecimento de uma linha de confronto deliberado com os Professores, com o Governo a recusar-se a negociar e a tentar, até, pôr em causa o exercício do direito à greve.

Tudo isto culminando no avanço do processo de municipalização do ensino público (rejeitada, em Referendo Nacional, por mais de 90% dos Professores) e, acima de tudo, na recusa de contar os 9A 4M 2D de tempo de serviço congelado.

Tudo confirmando aquilo que sempre afirmámos – o derube do “Governo” dos Srs. Coelho e Crato não resolveria, miraculosamente, os problemas.

Essa resolução dependeria de uma mudança efectiva de políticas – para melhor, evidentemente.

Mudança que, como sempre, dependerá daquilo que, ao longo dos anos, nos trouxe resultados concretos – **A Luta.**

Luta coerente, global, organizada.

A única que, tal como em Julho de 2013, nos conduzirá à Vitória.

B - A SITUAÇÃO ACTUAL

Os Professores portugueses encontram-se, neste momento, na situação mais difícil de sempre.

Continuam a ser confrontados com o roubo do tempo de serviço, com o bloqueio à progressão nas Carreiras, com a situação de desemprego e de precariedade de um terço da Classe docente, com condições de trabalho nas Escolas absolutamente insustentáveis, com situações de

tremendo desgaste e exaustão, com o avanço do processo de municipalização.

C - AUSÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA SINDICAL CLARA – SUAS CONSEQUÊNCIAS

Desde sempre que o Grupo de Sindicalistas Independentes (GSI), tem vindo a defender, **no seio do SPGL e da FENPROF**, a imprescindibilidade da existência de uma estratégia sindical de acção – única forma de responder eficazmente e com antecipação à política anti-educativa e anti-sindical que os diversos Governos têm, sucessivamente, posto em prática.

Também, durante muitos anos, foi notória a aversão das cúpulas sindicais do SPGL, à existência de planos de luta, nomeadamente quando estes previam greve às avaliações e (suprema heresia!) propunham a ratificação democrática das formas de luta – e dos acordos alcançados (ou a alcançar) com o ME.

Ora, depois de Junho de 2013, ficou amplamente demonstrado, se tal ainda fosse necessário, que, quando as Direcções Sindicais (da FENPROF) assumem uma posição de combate decidido, em torno de objectivos claros e com formas de luta credíveis, a grande massa dos Professores se levanta e luta, decididamente, até à vitória.

Capacidade de luta que foi claramente reafirmada na greve às avaliações de Junho e Julho do ano passado.

Luta cuja força não pode ser dissociada do facto de esta ter tido objectivos claros e de ter sido ratificada em Consulta nacional aos Professores.

Consulta nacional que foi repetida este ano, indiciando, finalmente, a opção decidida por aquilo que o Grupo de Sindicalistas Independentes/Autonomia Sindical há muito vem defendendo – a adopção de um Plano de Luta Global, coerente e democrático.

Plano que, **no imediato**, terá de corporizar aquilo que os Professores portugueses decidiram em Março deste ano. **Todavia, é também indispensável adoptar linhas de orientação para os próximos anos.**

Orientação indissociável da existência de um Plano de Luta coerente e democrático.

Plano que terá de ter **objectivos claros e mobilizadores** da generalidade dos Professores:

- **Recuperação integral dos 9A 4M 2D de tempo de serviço.**
- **Vinculação dinâmica dos professores contratados, de acordo com a LGT.**
- **Equiparação das Pensões de Aposentação aos salários do activo, em iguais condições.**
- **Antecipação da idade de aposentação.**
- **Combate decidido à Municipalização e às tentati-**

vas de privatização do Ensino Público.

- Restauração da gestão democrática das escolas, em todos os níveis de Ensino.
- Melhores condições de ensino nas Escolas – máximo de 20 alunos por turma.
- Contagem integral, pela Segurança Social/CGA, do tempo de serviço prestado como contratado, independentemente do horário atribuído.

D - A ESTRUTURA DO SPGL

Na nossa participação nos Órgãos do SPGL privilegiaremos tudo aquilo que possa reforçar a eficácia e a combatividade do nosso Sindicato. Para isso defenderemos um conjunto de medidas e desenvolveremos um conjunto de acções que, a seguir, sintetizamos:

1. Na Direção Regional de Lisboa

Asseguraremos que, no contacto com as Escolas, seja dada prioridade à mobilização dos Professores para os combates que teremos de travar. Mobilização que é inseparável da consulta democrática aos Professores sobre quais os objectivos e formas de luta que consideram mais adequadas em cada momento.

2. No Conselho Fiscal

Participaremos, empenhadamente, nas suas reuniões, contribuindo activamente para que este Órgão assumam, cada vez mais, a plenitude das suas competências, como Entidade fiscalizadora do regular funcionamento do nosso Sindicato, designadamente, quanto ao rigoroso cumprimento dos Estatutos e das deliberações aprovadas na Assembleia Geral de Sócios e na Assembleia Geral de Delegados Sindicais.

3. No Conselho Geral

Tomaremos iniciativas para reforçar a democraticidade e assegurar a transparência de funcionamento do SPGL, nomeadamente:

- Assegurando que os regulamentos de Congressos, Conferências, etc., sejam debatidos e aprovados democraticamente.
- Garantindo que, por ocasião de Congressos (do SPGL ou da FENPROF), todos os sócios tenham conhecimento antecipado dos locais, datas e horas de eleição de Delegados.
- Garantindo o efectivo exercício da liberdade de expressão nos órgãos da imprensa sindical, através da criação de um Conselho Editorial, eleito pelo Conselho Geral.
- Garantindo a divulgação antecipada de todas as moções apresentadas às Assembleias Gerais ou às Assembleias de Delegados.
- Garantindo igualmente a divulgação, no “Escola Informação” e na Página do SPGL na Internet, das

deliberações da Assembleia Geral, da Assembleia de Delegados, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal.

E - A REVISÃO DOS ESTATUTOS DO SPGL

Em cumprimento do nosso compromisso de tudo fazermos para o reforço da democraticidade e da combatividade do SPGL, proporemos uma revisão estatutária. Revisão que deverá privilegiar o reforço da rede de delegados sindicais e dos mecanismos de consulta democrática aos sócios e contemplar a **criação de um Fundo de Greve.**

F - AS RELAÇÕES DO SPGL COM O MOVIMENTO SINDICAL

1. A nível geral

A FENPROF deverá continuar a pautar o seu relacionamento com o Movimento Sindical em geral, na base da não ingerência mútua e da unidade possível na acção, para defesa dos interesses dos trabalhadores em geral, e das liberdades democráticas que, de modo encoberto (e não só...), se encontram cada vez mais ameaçadas.

2. O SPGL e a Plataforma Sindical dos Professores

A ofensiva desencadeada pelo Governo contra os direitos dos Professores e, designadamente, a sua recusa em proceder à recuperação dos 9A 4M 2D de tempo de serviço prestado e não contabilizado, reactivou a “Plataforma Sindical de Professores”, envolvendo todos os Sindicatos de Docentes. Dados os resultados positivos das posições em conjunto assumidas, torna-se indispensável que, nesta conjuntura política, o SPGL, sem pôr em causa a sua autonomia de acção, continue a desenvolver todos os esforços para manter uma frente unida que permita alcançar objectivos comuns a toda a Classe Docente.

3. O Relacionamento com a CGTP

Em Abril de 2002, o SPGL aderiu à CGTP. Nessa ocasião, fomos o único grupo organizado que, de acordo com os nossos Princípios de independência sindical, tomou posição contra a adesão, no que obtivemos o apoio de 43% dos sócios. Hoje, passados 17 anos, todos os sindicatos componentes da FENPROF integram a CGTP. Deve, todavia, reconhecer-se que essa integração se traduziu, em diversas ocasiões, por uma clara subalternização dos interesses dos Professores, em relação aos da CGTP, designadamente quanto à calendarização das acções de luta. Situação que tem provocado, e ainda provoca, justi-

VOTA LISTA C

ficadas reticências em muitos professores, sócios do SPGL.

Por isso mesmo defenderemos sempre, nos órgãos para os quais fomos eleitos, que, sem prejudicar a unidade dos Trabalhadores portugueses, **a participação na CGTP não poderá pôr em causa**, em momento algum, **o desenvolvimento de uma linha estratégica autónoma** que garanta efectivamente a defesa dos reais interesses dos Professores, aos quais terá de caber, **sempre**, a última palavra sobre a acção do **seu** sindicato – o SPGL.

**G – DEVOLVER O PODER AOS PROFESSORES
– LUTAR PARA VENCER**

Os Professores portugueses encontram-se, neste momento, na situação mais difícil de sempre.

Continuam a ser confrontados com o roubo do tempo de serviço, com o bloqueio à progressão nas Carreiras, com a situação de desemprego e de precariedade de um terço da Classe docente, com condições de trabalho nas Escolas absolutamente insustentáveis, com situações de tremendo desgaste e exaustão.

A superação desta situação exige a adopção de medidas fortes e eficazes. Exige um **Plano de Luta**, Global, Coerente e Democrático.

Plano cuja aplicação e resultados terão de ser democraticamente ratificados pelos Professores.

Plano que terá de adoptar uma atitude dinâmica e combativa, devolvendo aos Professores, o orgulho e a confiança na sua força enquanto Classe. **Na força que pôs, por duas vezes, mais de 100 mil Professores na rua.**

Têm de voltar a acreditar na força da Classe – e na vontade de lutar do **seu Sindicato – o SPGL.**

**É por este SPGL que lutamos – Contamos contigo!
Dia 16 de Maio VOTA pelo FUTURO**

**VOTA AUTONOMIA SINDICAL
VOTA LISTA**

C



Para Devolver o Poder aos Professores

Conselho Fiscal



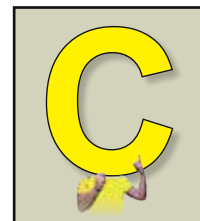
1. José Alberto Peres Alves
Sócio nº 51134 - Aposentado
Ens. Secundário



2. Jorge Manuel Correia Seabra
Sócio nº 33228 - Aposentado Ens.
Secundário



3. Luís Filipe Xarepe de Jesus
Sócio nº 19286 - Aposentado
Ens. Secundário



4. Artur José de Almeida Santos
Sócio nº 5350 - Aposentado
Ens. Secundário

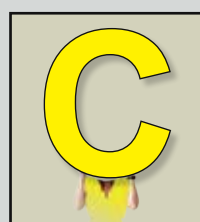


5. Ana Maria Cassapo P. Henriques
Sócia nº 45140 – Aposentada
1º Ciclo



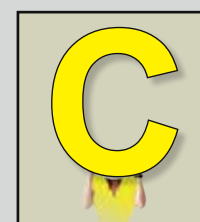
SUPLENTE

6. Daniel Casanovas González
Sócio nº 32836 - Aposentado
Ens. Secundário



SUPLENTE

7. Maria Cristina F. Sacramento
Sócia nº 12472 - Aposentada
1º Ciclo



SUPLENTE

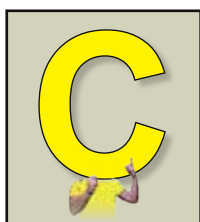
8. Maria Helena Neves Cruz
Sócia nº 39 - Aposentada 1º Ciclo

Conselho Geral

Dia 16 de Maio Vota pelo futuro



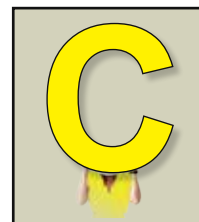
1. Carlos Valdez Pinto de Vasconcelos
Sócio nº 21053 – 3º Ciclo/
Secundário



6. Luís Gonzaga da Cruz Almeida
Sócio nº 32322 – ES da Amadora



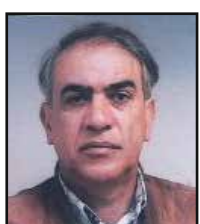
11. Julia Maria Perdigão Silva
Sócia nº 51852 – ES Frei Gonçalo
de Azevedo



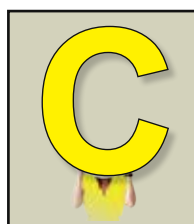
**15. Ana Glória Pires Coelho
de Freitas Sousa Vieira**
Sócia nº 65109 – EB Paula Vicente



2. António Luís Melo dos Santos
Sócio nº 14719 – Ensino Superior



7. Alexandre Manuel Pimentel de Jesus
Sócio nº 23102 – ES Prof. José
Augusto Lucas



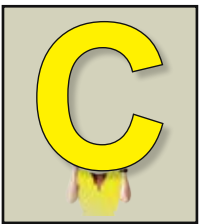
12. Cecília Rosa de Almeida S. Bicho
Sócia nº 70158 – Colégio Manuel
Bernardes



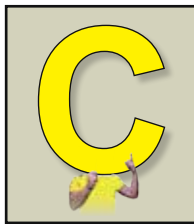
16. Emília Maria de C. Mendes
Sócia nº 36299 – 3º Ciclo/Sec.
Agrup. Esc. António Gedeão



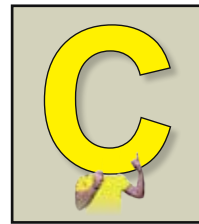
3. Leonor Garcia Vasco
Sócio nº 45200 – 3º Ciclo/
Secundário



**8. Maria João da Silva e Sousa
Teodoro dos Santos**
Sócia nº 34299 – GILCO



**13. Fernando Jorge Antunes
Saraiva**
Sócio nº 37567 – ES de Camões



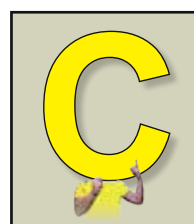
17. Domingos Manuel Janeirinho
Sócio nº 31514 – Secundário/
Aposentado



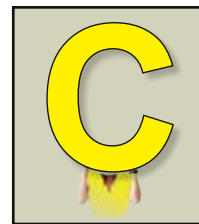
4. Otilia Maria Simões Marques
Sócia nº 63780 – EB 2,3 Eugénio
dos Santos



9. Maria do Rosário Santos Silva
Sócia nº 49237 – EB1 de Caneças



14. Nuno Pedro Pereira Miranda
Sócio nº 67978 – ES D. Pedro V



18. Esmeraldina Rocha Sacadura
Sócia nº 25242 – Secundário/
Aposentada

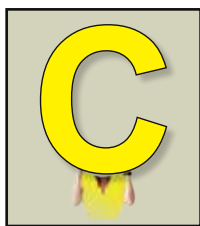


5. Cristina Filipa Martins Beaumont
Sócia nº 61763 – 3º CEB/Sec.
Agrup. Escolas Amadora Oeste



**10. Maria Emília Nobre Paulo
Rodrigues Alves da Silva**
Sócia nº 61723 – EB 2,3
de Alfofnelos

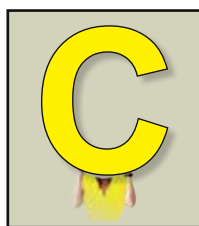
VOTA



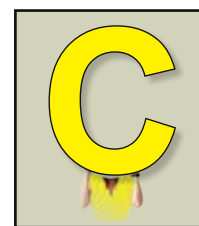
19. Ana Paula Candeias
Sócia nº 61629 – ES Pedro Nunes



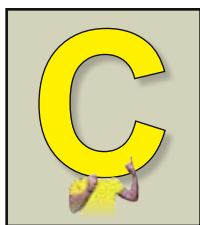
23. Rui Manuel P. dos Reis Potrica
Sócio nº 32823 – ES António Gedeão



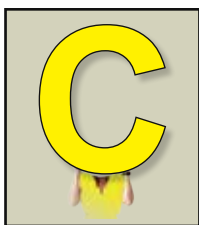
27. Susete Alves Graça G. Ferreira
Sócia nº 28860 -1º Ciclo - Aposentada



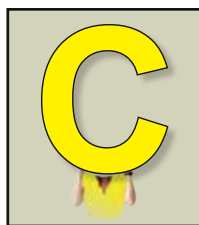
31. Ana Cristina de Brito D. Pedro
Sócia nº 67587 – EB 2,3 Eugénio dos Santos



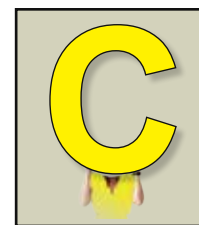
20. Luís Filipe Mendonça Malaca
Sócio nº 46195 – ES do Restelo



24. Isaura Maria Trindade Santos Afonso Araújo
Sócia nº 76699 - ES do Restelo



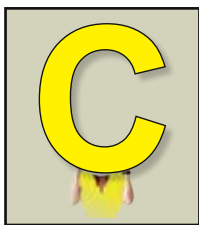
28. Vera Maria Rodrigues Marques Guerreiro Correia
Sócia nº 54287 – ES Ibn Mucana



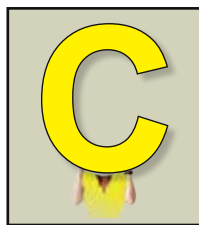
32. Eduardo Batista Barracas
Sócio nº 76879 – ES Matilde Rosa Araújo



21. Francisco José Roque F. Barreto
Sócio nº 60239 – ES Mestre Domingos Saraiva



25. Maria Salette Sanches Frango
Sócia nº 60766 – ES Miguel Torga

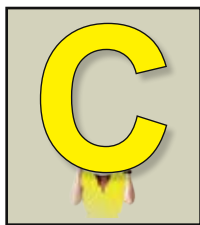


29. Daniela Marina Sousa Frade
Sócia nº 74474 – ES Rainha D. Leonor

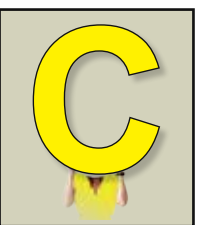


33. Luís Filipe Xarepe de Jesus
Sócio nº 19286 - Aposentado Ens. Secundário

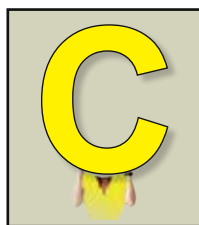
SUPLENTE



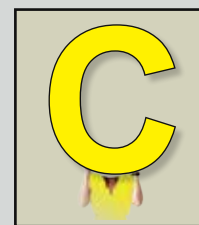
22. Marina Marques Tavares
Sócia nº 70959 – ES do Restelo



26. Sandra Maria Sequeira A. Dias
Sócia nº 73158 – EB 2,3 Delfim Santos



30. Maria Joaquina Lapa Frade Magalhães Rodrigues
Sócia nº 39198 – 2º Ciclo/ Aposentada



34. Maria Helena Neves Cruz
Sócia nº 39 – 1º Ciclo - Aposentada

SUPLENTE

16 de maio

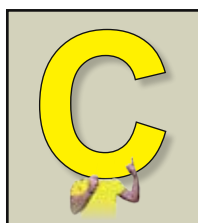
VOTA
Autonomia Sindical



Direção Regional de Lisboa



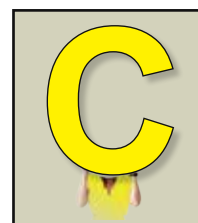
Carlos Valdez Pinto de Vasconcellos
Sócio nº 21053 - Ensino Secundário



Fernando Jorge Antunes Saraiva
Sócio nº 37567 – ES de Camões



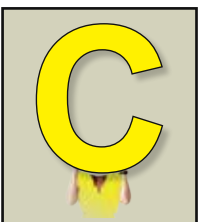
Maria do Rosário Santos Silva
Sócia nº 49237 – EB 1 de Caneças



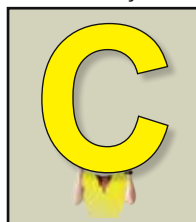
Ana Paula Candeias
Sócia nº 61629 – ES Pedro Nunes



António Luís Melo dos Santos
Sócio nº 14719 .- Ensino Superior



Ana Glória Pires Coelho Vieira
Sócia nº 65109 – EB Paula Vicente



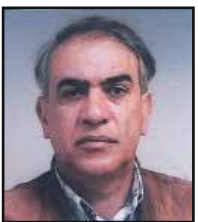
Marina Marques Tavares
Sócia nº 70959 – ES do Restelo



Maria Emília N. P. R. Alves da Silva
Sócia nº 61723 – EB 2,3 Alfovelos



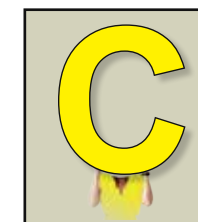
Cristina Filipa Martins Beaumont
Sócia nº 61763 – 3º Ciclo/Sec. Agrupamento Amadora Oeste



Alexandre Manuel Pimentel de Jesus
Sócio nº 23102 – ES Prof. José Augusto Lucas



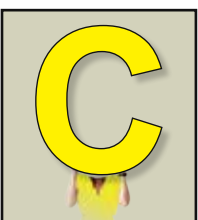
Júlia Maria Perdigoão Silva
Sócia nº 51852 – ES Frei Gonçalo de Azevedo



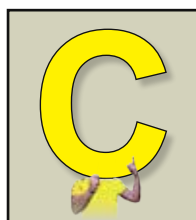
Vera Maria Rodrigues Marques Guerreiro Correia
Sócia nº 54287 – ES Ibn Mucana



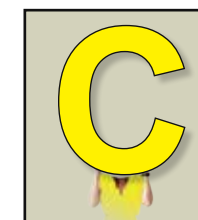
Otília Maria Simões Marques
Sócia nº 63780 – EB 2,3 Eugénio dos Santos



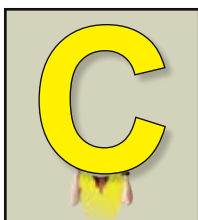
Cecília Rosa de Almeida S. Bicho
Sócia nº 70158 – Colégio Manuel Bernardes



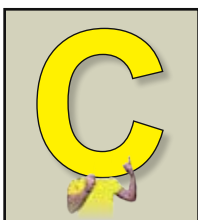
Nuno Pedro Pereira Miranda
Sócio nº 67978 – ES D. Pedro V



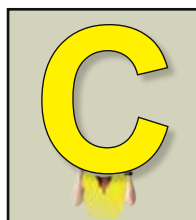
Isaura Maria Trindade Santos Afonso Araújo
Sócia nº 76699 – ES do Restelo



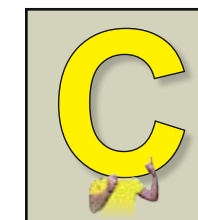
Maria João da Silva e Sousa Teodoro dos Santos
Sócia nº 34299 - GILCO



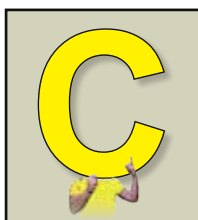
Luís Filipe Mendonça Malaca
Sócio nº 46195 – ES do Restelo



Sandra Maria Sequeira Abreu Dias
Sócia nº 73158 – EB 2,3 Delfim Santos



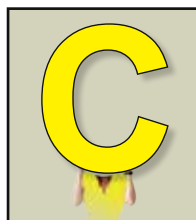
Eduardo Batista Barracas
Sócio nº 76879 – ES Matilde Rosa Araújo



Luís Gonzaga da Cruz Almeida
Sócio nº 32322 – ES da Amadora



Francisco José Roque F. Barreto
Sócio nº 60239 – ES Mestre Domingos Saraiva



Maria Salette Sanches Frango
Sócia nº 60766 – ES Miguel Torga

**VOTA
PELO
FUTURO**

Dia 16 de Maio
Vota Independente



Vota

C



Para Devolver
o Poder aos
Professores

AUTONOMIA SINDICAL

MESAS DE VOTO

**HORÁRIO DE
FUNCIONAMENTO**

ESCOLAS: DAS 10H00 ÀS 17H00

SEDE E DELEGAÇÕES DO SPGL: DAS 10H00 ÀS 20H00



Direção Regional de Santarém

CONCELHO DE ABRANTES

EB Sec Dr. Manuel Fernandes
Sócios do Agrupamento de Escolas nº 2
de Abrantes

Esec Dr. Solano de Abreu
Sócios do Agrupamento de Escolas nº 1
de Abrantes

Delegação do SPGL de Abrantes
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados dos concelhos de Abrantes e Sardoal, não constantes em outras mesas existentes nestes concelhos. Os sócios aposentados e desempregados do concelho

CONCELHO DE ALCANENA

Esec Alcanena
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Alcanena
Os sócios aposentados e desempregados do concelho

CONCELHO DE ALMEIRIM

Esec Marquesa d'Alorna
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Almeirim. Sócios aposentados e desempregados deste concelho

CONCELHO DE ALPIARÇA

EB Sec José Relvas
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Alpiarça
Os sócios aposentados e desempregados do concelho

CONCELHO DE BENAVENTE

Esec. Benavente
Sócios do Agrupamento de Escolas de Benavente, exceto EB Duarte Lopes.
Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados dos Concelhos de Benavente e Coruche não constantes em outras mesas existentes nestes concelhos. Sócios aposentados e desempregados destes concelhos

EB Duarte Lopes
Sócios desta escola

EB Prof. João Fernandes Prates
Sócios do Agrupamento de Escolas de Samora Correia

CONCELHO DE CARTAXO

Esec Cartaxo
Sócios do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita, exceto os da EB Marcelino Mesquita.
Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho do Cartaxo não constantes em outras mesas existentes neste concelho

EB Marcelino Mesquita
Sócios da EB Marcelino Mesquita

EB D. Sancho I
Sócios do Agrupamento de Escolas D. Sancho I

CONCELHO DE CHAMUSCA

EB Sec Chamusca
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados dos concelhos da Chamusca e Golegã

CONCELHO DE CONSTÂNCIA

EB Sec Luís de Camões
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Constância

CONCELHO DE ENTRONCAMENTO

Esec Entroncamento
Sócios do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, de outros estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados dos concelhos do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha

CONCELHO DE FERREIRA DO ZÉZERE

EB Sec Pedro Ferreiro
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Ferreira do Zêzere

CONCELHO DE MAÇÃO

EB Sec Mação
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Mação

CONCELHO DE OURÉM

EB Sec Ourém
Sócios do Agrupamento de Escolas de Ourém e aposentados e desempregados do concelho de Ourém

EB 4º Conde Ourém

Sócios do Agrupamento de Escola Conde de Ourém e outros de estabelecimentos públicos e privados não constantes em outras mesas no concelho de Ourém

CONCELHO DE RIO MAIOR

EB Marinhas do Sal
Sócios do Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal, do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro da Silva e de outros estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Rio Maior

Esec Dr. Augusto César S. Ferreira
Sócios desta escola

CONCELHO DE SALVATERRA DE MAGOS

Esec Salvaterra de Magos
Sócios do Agrupamento de Escolas de Salvaterra de Magos e do Agrupamento de Escolas de Marinhas e de outros estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Salvaterra de Magos

CONCELHO DE SANTARÉM

Esec Ginestal Machado
Sócios desta escola e da Escola EB Mem Ramires

Esec Sá da Bandeira
Sócios do Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira

Sócios do Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques

EB Alexandre Herculano
Sócios do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano

Delegação do SPGL de Santarém
Sócios do Instituto Politécnico de Santarém
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Santarém não constantes em outras mesas existentes neste concelho.
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados não constantes em outras mesas da Região de Santarém

CONCELHO DE TOMAR

Esec Santa Maria do Olival
Sócios do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria

Esec Jacome Raton
Sócios do Agrupamento de Escolas dos Templários, exceto os sócios da EB Gualdim Pais.

EB Gualdim Pais
Sócios desta escola

Sociedade Filarmónica Gualdim Pais
Sócios desta instituição

Delegação do SPGL em Tomar
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Tomar não constantes em outras mesas do concelho

CONCELHO DE TORRES NOVAS

Esec Maria Lamas
Sócios do Agrupamento de Escolas Gil Paes

EB Sec Artur Gonçalves
Sócios do Agrupamento de Escolas Artur Gonçalves

Delegação do SPGL de Torres Novas
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Torres Novas não constantes em outras mesas do concelho

Direção Regional de Setúbal

CONCELHO DE ALCOCHETE

EB El Rei D. Manuel I
Sócios desta escola e de outros estabelecimentos públicos e privados do concelho de Alcochete, exceto os da Escola Secundária de Alcochete

Esec Alcochete
Sócios deste estabelecimento

CONCELHO DE ALMADA

Delegação do SPGL de Almada
Sócios dos estabelecimentos privados da União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas não constantes em

outras mesas existentes nestas freguesias. Sócios aposentados e desempregados dos concelhos de Almada e do Seixal

ESec Cacilhas-Tejo
Sócios da Escola Secundária Cacilhas-Tejo

ESec Fernão Mendes Pinto
Sócios da Escola Secundária Fernão Mendes Pinto

ESec Anselmo de Andrade
Sócios do Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade

ESec Emídio Navarro
Sócios do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro, exceto os da EB D. António da Costa

EB D. António da Costa
Sócios da EB D. António da Costa

EB Vale Rosal
Sócios do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio, exceto os da Escola Secundária Daniel Sampaio

ESec Daniel Sampaio
Sócios desta escola e de outros estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias da Charneca da Caparica e Sobreda não constantes em outras mesas existentes nestas freguesias

EB Elias Garcia
Sócios do Agrupamento de Escolas de Elias Garcia

EB Monte Caparica
Sócios do Agrupamento de Escolas Monte de Caparica

EB Miradouro de Alfazina
Sócios do Agrupamento de Escolas de Miradouro de Alfazina

ESec do Monte da Caparica
Sócios desta escola e de outros estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Caparica e Trafaria, não constantes em outras mesas existentes nestas freguesias

EB da Costa de Caparica
Sócios do Agrupamento de Escola da Caparica, exceto os da ESec do Monte da Caparica

EB Carlos Gargaté
Sócios do Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté

ESec Professor Ruy Luís Gomes
Sócios do Agrupamento de Escolas Professor Ruy Luís Gomes

ESec António Gedeão
Sócios desta Escola, da EB do Alfeite e da EB nº3 do Laranjeiro

EB Comandante Conceição e Silva
Sócios desta Escola, das EB nº 1 e nº 2 da Cova da Piedade

ESec de Romeu Correia
Sócios desta Escola e de outros estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Laranjeiro e Feijó não constantes em outras mesas existentes nestas freguesias

EB da Alebrança
Sócios da Escola Básica da Alebrança e do Agrupamento de Escolas Francisco Simões

CONCELHO DO BARREIRO

Delegação do SPGL Barreiro
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho do Barreiro não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados dos

concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo

EB Álvaro Velho
Sócios do Agrupamento de Escolas Álvaro Velho

EB D. Luís de Mendonça Furtado
Sócios do Agrupamento de Escolas do Barreiro

ESec Alfredo da Silva
Sócios do Agrupamento de Escolas Alfredo da Silva

ESec Augusto Cabrita
Sócios do Agrupamento de Escolas Augusto Cabrita, exceto os da EB Padre Abílio Mendes

EB Padre Abílio Mendes
Sócios desta escola

EB Quinta Nova da Telha
Sócios do Agrupamento de Escolas Casquilhos, exceto Escola Secundária de Casquilhos. Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados da União das freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena

ESec de Casquilhos
Sócios deste estabelecimento

ESec Santo André
Sócios do Agrupamento de Escolas de Santo André, exceto os da EB Quinta da Lomba

EB Quinta da Lomba
Sócios desta escola

EB Sec Santo António
Sócios do Agrupamento de Escolas de Santo António e de outros estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Santo António da Charneca

CONCELHO DA MOITA

EB Mouzinho da Silveira
Sócios do Agrupamento de Escolas Mouzinho da Silveira

EB D. João I
Sócios do Agrupamento de Escolas D. João I

EB Fragata do Tejo
Sócios do Agrupamento de Escolas Fragata do Tejo

EB D. Pedro II
Sócios do Agrupamento de Escolas da Moita, exceto ESec da Moita e os da EB nº 2 da Moita. Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados do concelho da Moita não constantes em outras mesas existentes neste concelho

ESec Moita
Sócios deste estabelecimento

EB Nº2 da Moita
Sócios desta escola

EB José Afonso
Sócios do Agrupamento de Escolas José Afonso, exceto nº 2 de Alhos Vedros

EB Nº2 de Alhos Vedros
Sócios desta escola

EB Vale da Amoreira
Sócios do Agrupamento de Escolas Vale da Amoreira

ESec Baixa da Banheira
Sócios desta escola

CONCELHO DO MONTIJO

EB D Pedro Varela
Sócios do Agrupamento de Escolas D. Pedro Varela

ESec Jorge Peixinho
Sócios desta escola e de outros estabelecimentos públicos e privados do concelho do Montijo não constantes em outras mesas existentes neste concelho

ESec Poeta Joaquim Serra
Sócios do Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra

CONCELHO DE PALMELA

ESec do Pinhal Novo
Sócios desta escola, do Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos e do Agrupamento de Escolas José Saramago. Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados da Freguesia do Pinhal Novo e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca

ESec de Palmela
Sócios desta escola e do Agrupamento de Escolas de Palmela. Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados do Concelho de Palmela não constantes em outras mesas deste concelho

CONCELHO DE SANTIAGO DO CACÉM

ESec Manuel da Fonseca
Sócios dos Agrupamentos de Escolas Alcácer do Sal, Torrão, Grândola, Prof. Arménio Lança, Cercal do Alentejo e Santiago do Cacém e de outros estabelecimentos públicos e privados do concelho de Santiago do Cacém não constantes em outras mesas existentes nestes concelhos. Sócios aposentados e desempregados dos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém

ESec Padre António Macedo
Sócios do Agrupamento de Escola de Santo André, Santiago do Cacém

CONCELHO DO SEIXAL

ESec João de Barros
Sócios do Agrupamento de Escolas João de Barros, exceto os da Escola Básica de Corroios
Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Corroios

EB Corroios
Sócios deste estabelecimento

EB da Cruz de Pau
Sócios do Agrupamento de Escolas Terras de Larus

EB Paulo da Gama
Sócios do Agrupamento de Escolas Paulo da Gama

ESec da Amora
Sócios desta escola e de outros estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Amora

ESec Manuel Cargaleiro
Sócios desta escola

EB Pedro Eanes Lobato
Sócios do Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato

EB Nun'Álvares
Sócios do Agrupamento de Escolas Nun'Álvares

ESec Dr. José Afonso
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da União das freguesias do Seixal, Arrentela e Aldeia de Paio Pires e da freguesia de Fernão Ferro exceto os constantes em outras mesas existentes nestas freguesias

ESec Alfredo Reis Silveira
Sócios deste estabelecimento

Associação dos Serv Sociais dos Trabalhadores da Autarquia do Seixal
Sócios desta instituição

EB Dr. António Augusto Louro
Sócios do Agrupamento de Escolas Dr. António Augusto Louro, exceto outras mesas existentes neste Agrupamento

EB Quinta dos Franceses
Sócios desta escola, da EB do Bairro Novo e do Centro Paroquial da Arrentela - Jardim de Infância Pica-Pau

EB Pinhal de Frades
Sócios do Agrupamento de Escolas de Pinhal de Frades

EB Vale Milhaços
Sócios do Agrupamento de Escolas de Vale Milhaços

CONCELHO DE SESIMBRA

ESec de Sampaio
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Sesimbra, exceto os da Freguesia da Quinta do Conde

EB Sec Michel Giacometti
Sócios do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti

EBI da Quinta do Conde
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados da Freguesia da Quinta do Conde, exceto os do Agrupamento de Escolas Michel Giacometti

CONCELHO DE SETÚBAL

Delegação do SPGL de Setúbal
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do Concelho de Setúbal não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados dos concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal

Escola Superior Educação Setúbal
Sócios deste estabelecimento

EB de Aranguez
Sócios do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama, exceto os da ESec Sebastião da Gama

ESec Sebastião da Gama
Sócios desta escola

ESec de Bocage
Sócios desta escola

EBSec Ordem de Sant'Iago
Sócios do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago e da ESec D. Manuel Martins

ESec D. João II
Sócios da Escola Secundária D. João II

EB Luísa Todi
Sócios do Agrupamento de Escolas Luísa Todi

EB Bocage
Sócios do Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage

EB Azeitão
Sócios do Agrupamento de Escolas de Azeitão

CONCELHO DE SINES

EB Vasco da Gama
Sócios do Agrupamento de Escolas de Sines e de outros estabelecimentos públicos e privados do Concelho de Sines não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados deste Concelho

ESec Poeta Al Berto
Sócios desta escola e da Escola Tecnológica Litoral Alentejano

Direção Regional do Oeste

CONCELHO DE ALENQUER

EB do Carregado
Sócios do Agrupamento de Escolas do Carregado

ESec Damião de Goes
Sócios do Agrupamento de Escolas Damião de Goes e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Alenquer não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados deste concelho

EB Visconde de Chancelheiros
Sócios do Agrupamento de Escolas de Visconde de Chancelheiros

EB de Abrigada
Sócios do Agrupamento de Escolas de Abrigada

CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS

Centro Escolar de Arruda dos Vinhos
Sócios do Agrupamento de Escolas de Arruda dos Vinhos e dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Arruda dos Vinhos

CONCELHO DE BOMBARRAL

EB Sec Fernão Pó
Sócios do Agrupamento de Escolas Fernão Pó e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho do Bombarral

CONCELHO DE CADAVAL

EB Sec Cadaval
Sócios do Agrupamento de Escolas de Cadaval e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho do Cadaval

CONCELHO DE CALDAS DA RAINHA

EB Sec Raul Proença
Sócios do Agrupamento de Escolas Raul Proença

EB Sec Rafael Bordalo Pinheiro
Sócios do Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro

EB D. João II
Sócios do Agrupamento de Escolas D. João II

Delegação do SPGL de Caldas da Rainha
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Caldas da Rainha não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados dos concelhos de Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche

CONCELHO DE LOURINHÃ

EB Dr João das Regras
Sócios do Agrupamento de Escolas D. Lourenço Vicente e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho da Lourinhã não constantes em outras mesas existentes neste concelho

EB Dr Afonso Rodrigues Pereira
Sócios do Agrupamento de Escolas da Lourinhã

CONCELHO DE MAFRA

EB António Bento Franco
Sócios do Agrupamento de Escolas da Ericeira

ESec José Saramago
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Mafra não constantes em outras mesas no concelho

EB Prof. Armando de Lucena
Sócios do Agrupamento de Escolas Prof. Armando de Lucena

EB Venda do Pinheiro
Sócios do Agrupamento de Escolas de Venda do Pinheiro

CONCELHO DE ÓBIDOS

EB Sec Josefa de Óbidos
Sócios do Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Óbidos

CONCELHO DE PENICHE

ESec de Peniche
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Peniche, exceto os do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia

EB Atouguia da Baleia
Sócios do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia

CONCELHO DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

EB Sec Joaquim Inácio da Cruz Sobral
Sócios do Agrupamento de Escolas Joaquim Inácio da Cruz Sobral e dos estabelecimentos públicos e privados, aposentados e desempregados do concelho de Sobral de Monte Agraço

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

ESec Madeira Torres
Sócios do Agrupamento de Escolas Madeira Torres

ESec Henriques Nogueira
Sócios do Agrupamento de Escolas Henriques Nogueira

EB Freiria
Sócios do Agrupamento de Escolas S. Gonçalo

EB Padre Vítor Melícias
Sócios do Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias

Delegação do SPGL Torres Vedras
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Torres Vedras não constantes em outras mesas existentes neste concelho. Sócios aposentados e desempregados dos concelhos da Lourinhã e Torres Vedras

Direção Regional de Lisboa

CONCELHO DE AMADORA

EB Alformelos
Sócios do Agrupamento de Escolas de Alformelos e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Encosta do Sol, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Almeida Garrett
Sócios do Agrupamento de Escolas Almeida Garrett e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Alfragide, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Cardoso Lopes
Sócios do Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Mina de Água, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Sec D. João V
Sócios do Agrupamento de Escolas D João V

EB Roque Gameiro
Sócios do Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa, exceto os da Escola Secundária da Amadora

ESec Amadora
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Águas Livres, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Prof. Pedro D'Orey da Cunha
Sócios do Agrupamento de Escolas da Damaia

EB Sec Mães D'Água
Sócios do Agrupamento de Escolas Mães D'Água e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Falagueira e Venda Nova, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec Seomara da Costa Primo
Sócios do Agrupamento de Escolas Amadora Oeste

EB Sec Dr. Azevedo Neves
Sócios do Agrupamento de Escolas Dr Azevedo Neves

ESec Fernando Namora
Sócios do Agrupamento de Escolas Amadora nº 3 e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Venteira, exceto os sócios do ensino superior e investigação

CONCELHO DE AZAMBUJA

ESec Azambuja
Sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Azambuja não constantes em outras mesas existentes neste concelho

CONCELHO DE CASCAIS

EB Sec Ibn Mucana
Sócios do Agrupamento de Escolas Ibn Mucana e Sócios do Agrupamento de Escolas de Alcabideche e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Alcabideche

ESec São João do Estoril
Sócios do Agrupamento de Escolas de S. João do Estoril

EB Sec Cidadela
Sócios do Agrupamento de Escolas de Cidadela e sócios dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Cascais e Estoril

EB Sec Matilde Rosa Araújo
Sócios do Agrupamento de Escolas Matilde Rosa Araújo

EB Sec Alvide
Sócios do Agrupamento de Escolas Alvide

EB Alapraia
Sócios do Agrupamento de Escolas Alapraia

EB Sec Frei Gonçalo de Azevedo
Sócios do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo de Azevedo e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de S. Domingos de Rana

EB Sec Carcavelos
Sócios do Agrupamento de Escolas de Carcavelos e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Carcavelos e Parede

ESec Fernando Lopes Graça
Sócios do Agrupamento de Escolas da Parede

Escola Salesianos de Manique
Sócios deste estabelecimento

EB Cascais
Sócios do Agrupamento de Escolas de Cascais

CONCELHO DE LISBOA

Instituto Superior Técnico
Sócios desta instituição

Faculdade Letras Universidade Lisboa
Sócios do Ensino Superior público e investigação não constantes em outras mesas existentes no concelho de Lisboa e sócios do Colégio Moderno

Faculdade de Belas Artes
Sócios desta instituição

Escola Profissional Bento Jesus Caraça Associação Para o Ensino
Sócios deste estabelecimento e sócios da Academia dos Amadores de Música

EB Eugénio dos Santos
Sócios do Agrupamento de Escolas Rainha D. Leonor e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Alvalade não constantes em outras mesas existentes nesta freguesia, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Sec D. Filipa Lencastre
Sócios do Agrupamento de Escolas D Filipa Lencastre e Sócios do Agrupamento de Escolas Luís de Camões

EB Olaias
Sócios do Agrupamento de Escolas das Olaias e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia do Areeiro, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec Marquês de Pombal
Sócios desta escola, do CED Nuno Álvares Pereira e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia da Ajuda, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec Restelo
Sócios do Agrupamento de Escolas do Restelo

CED Jacob Rodrigues Pereira – Casa Pia de Lisboa
Sócios deste estabelecimento

CED Pina Manique – Casa Pia de Lisboa
Sócios deste estabelecimento

ESec Rainha Dona Amélia
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Alcântara, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec Camões
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Arroios, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec D. Pedro V
Sócios do Agrupamento de Escolas das Laranjeiras

ESec Maria Amália Vaz de Carvalho
Sócios desta escola

ESec Pedro Nunes
Sócios desta Escola

EB Sec Passos Manuel
Sócios do Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado

ESec Vergílio Ferreira
Sócios do Agrupamento de Escola Vergílio Ferreira e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Benfica, exceto os sócios do ensino superior e investigação

ESec José Gomes Ferreira
Sócios do Agrupamento de Escolas de Benfica

EB Quinta de Marrocos
Sócios do Agrupamento de Escolas Quinta de Marrocos

EB Sec Josefa de Óbidos

Sócios do Agrupamento de Escolas Pe. Bartolomeu de Gusmão e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Campo de Ourique, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Alto Lumiar
Sócios do Agrupamento de Escolas Alto Lumiar

ESec Lumiar
Sócios do Agrupamento de Escolas Lindley Cintra e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia do Lumiar não constantes em outras mesas existentes nesta freguesia, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Escola de Dança do Conservatório Nacional
Sócios da Escola de Dança do Conservatório Nacional e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia da Misericórdia não constantes em outras mesas existentes nesta freguesia, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Escola Música do Conservatório Nacional
Sócios da Escola de Música do Conservatório Nacional

ESec Eça de Queirós
Sócios do Agrupamento de Escolas Eça de Queirós

EB Piscinas - Olivais
Sócios do Agrupamento de Escolas Piscinas – Olivais

ESec António Damásio
Sócios da Escola Secundária António Damásio

EB Luís António Verney
Sócios do Agrupamento de Escolas Luis António Verney

ESec D. Dinis
Sócios do Agrupamento de Escolas Dom Dinis

EB Olivais
Sócios do Agrupamento de Escolas Santa Maria dos Olivais e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia dos Olivais não constantes em outras mesas existentes nesta freguesia, exceto os sócios da Escola Secundária António Damásio e do ensino superior e investigação

EB Nuno Gonçalves
Sócios dos Agrupamentos de Escolas Nuno Gonçalves

Escola Artística António Arroio
Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Penha de França, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Sede - SPGL
Sócios da Direção Regional de Lisboa não constantes em outra mesa da Região. Sócios aposentados e desempregados da Região de Lisboa. Sócios das restantes regiões que não constam das mesas constituídas na área do SPGL. Sócios fora de zona

CONCELHO DE LOURES

ESec São João da Talha
Sócios dos Agrupamentos de Escolas de S. João da Talha e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Santa Iria de Azóia, S. João da Talha e Bobadela, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Bobadela
Sócios do Agrupamento de Escolas

da Bobadela.

EB Santa Iria da Azóia

Sócios do Agrupamento de Escolas de Santa Iria da Azóia.

EB Maria Veleda

Sócios do Agrupamento de Escolas José Afonso, exceto ESec José Afonso. Sócios de outros estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Esec José Afonso

Sócios desta Escola. Sócios do Agrupamento de Escolas João Villaret e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Santo Antão e S. Julião do Tojal e das freguesias de Bucelas e Loures, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Mário Sá Carneiro - Camarate

Sócios do Agrupamento de Escolas Camarate - D Nuno Alvares Pereira e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Luís Sttau Monteiro

Sócios do Agrupamento de Escolas nº 1 de Loures e dos estabelecimentos públicos e privados das freguesias de Fanhões e Lousa

Esec Arco Iris

Sócios do Agrupamento de Escolas Portela e Moscavide e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Moscavide e Portela e Sacavém e Prior Velho exceto os sócios do ensino superior e investigação

Esec Dr António Carvalho Figueiredo

Sócios do Agrupamento de Escolas 4 de Outubro

CONCELHO DE ODIVELAS

EB Pontinha

Sócios do Agrupamento de Escolas Bramcamp Freire

Esec Odivelas

Sócios do Agrupamento de Escolas Adelaide Cabette e sócios dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Odivelas, exceto os sócios do ensino superior e investigação, ou outros não constantes em outras mesas do concelho

Esec Pedro Alexandrino

Sócios do Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino e dos estabelecimentos públicos e privados da União de Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Vasco Santana - Ramada

Sócios do Agrupamento de Escolas Vasco Santana e os da Escola Secundária da Ramada

EB António Gedeão – Arroja

Sócios do Agrupamento de Escolas Sudoeste Odivelas

EB Moinhos Arroja

Sócios do Agrupamento de Escolas Moinhos Arroja

CONCELHO DE OIRAS

EB Prof. Noronha Feio

Sócios do Agrupamento de Escolas de Linda-a-Velha e Queijas, exceto os da Esec Prof. José Augusto Lucas. Sócios dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Barcarena

Esec Professor José Augusto Lucas

Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de

Carnaxide e Queijas e Sócios do Agrupamento de Escolas de Miraflores e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada- Da-fundo, não constantes em outras mesas

Esec Luís Freitas Branco

Sócios do Agrupamento de Escolas de Paço de Arcos e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, ou outros não constantes em outras mesas no concelho de Oeiras

Esec Sebastião e Silva

Sócios do Agrupamento de Escolas de S. Julião da Barra, exceto os da EB Conde de Oeiras

EB Conde de Oeiras

Sócios desta escola

Esec Camilo Castelo Branco

Sócios do Agrupamento de Escolas de Carnaxide

Esec Amélia Rey Colaço

Sócios do Agrupamento de Escolas Santa Catarina

EB Sec Aquilino Ribeiro

Sócios do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Porto Salvo

EB São Bruno

Sócios do Agrupamento de Escolas S. Bruno

Escola Música Nossa Senhora do Cabo

Sócios deste estabelecimento

CONCELHO DE SINTRA

EB Prof. Galopim de Carvalho

Sócios do Agrupamento de Escolas Queluz-Belas, exceto os da Esec Pe. Alberto Neto e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Casal de Cambra, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Esec Padre Alberto Neto

Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Queluz-Belas, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Esec Matias Aires

Sócios do Agrupamento de Escolas Aqualva-Mira Sintra, exceto os das EB António Torrado e das Lopas. Sócios dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Aqualva e Mira Sintra, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB António Torrado

Sócios desta escola, e das EB Lopas, EB Aqualva nº 3 e EB Colaride

EB António Sérgio

Sócios do Agrupamento de Escolas António Sérgio, exceto os sócios da EB Aqualva nº 3, EB de Colaride. Sócios dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Cacém e S. Marcos, exceto os do ensino superior e investigação

EB Sec Gama Barros

Sócios do Agrupamento de Escolas D. Maria II

Esec Ferreira Dias

Sócios desta escola

Esec Leal da Câmara

Sócios do Agrupamento de Escolas Leal da Câmara. Sócios dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Rio de Mouro, exceto os sócios do ensino superior

e investigação

Escola Básica Monte Abraão 1

Sócios do Agrupamento de Escolas Ruy Belo

Esec Miguel Torga

Sócios do Agrupamento de Escolas Miguel Torga e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Massamá e Monte Abraão, exceto os sócios do ensino superior e investigação

EB Visconde Juromenha

Sócios do Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Algueirão e Mem-Martins, exceto os sócios do ensino superior e investigação

Esec Mem Martins

Sócios do Agrupamento de Escolas de Mem Martins

Esec Santa Maria

Sócios do Agrupamento de Escolas Monte da Lua e dos estabelecimentos públicos e privados do concelho de Sintra não constantes nas outras mesas existentes neste concelho

CONCELHO DE VILA FRANCA XIRA

EB Sec D. Martinho Vaz Castelo Branco

Sócios do Agrupamento de Escolas D Martinho Vaz Castelo Branco

Esec Gago Coutinho

Sócios desta escola e dos estabelecimentos públicos e privados das Uniões de freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho e de Alhandra, S. João dos Montes e Calhandriz

EB Sec Prof Reynaldo Santos

Sócios do Agrupamento de Escolas Prof Reynaldo Santos e sócios Agrupamento de Escolas Alves Redol e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias Castanheira do Ribatejo e Cacheiras e da freguesia de Vila Franca de Xira

Esec Forte da Casa

Sócios do Agrupamento de Escolas Forte da Casa e dos estabelecimentos públicos e privados da União de freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

EB Vialonga

Sócios do Agrupamento de Escolas de Vialonga e dos estabelecimentos públicos e privados da freguesia de Vialonga e outros sócios não constantes nas mesas do concelho de Vila Franca de Xira

Centro Social Desenvolvimento do Sobralinho

Sócios deste estabelecimento e da Associação Promoção Social de Alhandra



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 000252019DCE4
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 97798



1º Maio

AVANÇAR NOS DIREITOS!

VALORIZAR OS TRABALHADORES

25 DE ABRIL
Uma conquista permanente